



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JULIO DE MESQUITA FILHO”
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS



USO DO TERRITÓRIO E COMUNIDADES TRADICIONAIS:
as verticalidades do agronegócio globalizado sobre as horizontalidades do
Território Melancias, Piauí, Brasil

Bruna Henrique Albuquerque

Rio Claro - SP
2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Câmpus de Rio Claro

BRUNA HENRIQUE ALBUQUERQUE

USO DO TERRITÓRIO E COMUNIDADES TRADICIONAIS:
AS VERTICALIDADES DO AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO SOBRE AS
HORIZONTALIDADES DO TERRITÓRIO MELANCIAS, PIAUÍ, BRASIL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Frederico

Rio Claro - SP

2022

A345u

Albuquerque, Bruna Henrique

Uso do território e comunidades tradicionais : as verticalidades do agronegócio globalizado sobre as horizontalidades do Território Melancias, Piauí, Brasil / Bruna Henrique Albuquerque. -- Rio Claro, 2022

129 f. : il., tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro
Orientador: Samuel Frederico

1. Geografia. 2. Geografia Humana. 3. Território Usado. 4. Comunidades Tradicionais. 5. Fronteira Agrícola. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

BRUNA HENRIQUE ALBUQUERQUE

**USO DO TERRITÓRIO E COMUNIDADES TRADICIONAIS:
AS VERTICALIDADES DO AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO SOBRE AS HORIZONTALIDADES
DO TERRITÓRIO MELANCIAS, PIAUÍ, BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Samuel Frederico (Orientador)
IGCE/UNESP/Rio Claro – SP

Profa. Dra. Eve Anne Bühler
IG/UFRJ/Rio de Janeiro - RJ

Profa. Dra. Martine Guibert
IPEAT/UT2J/Toulouse (França)

Conceito: APROVADO

Rio Claro - SP, 02 de maio de 2022.

Aos Povos e Comunidades Tradicionais do Cerrado.

AGRADECIMENTOS

Em sua obra *Pedagogia da Esperança*, Paulo Freire nos ensina que “ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhado, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”. Assim, considerando também a máxima de que ninguém aprende a caminhar sozinho, gostaria de aproveitar esse espaço para agradecer a todos que me ajudaram a fazer e refazer a minha jornada no mestrado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Samuel Frederico, pela generosidade, humanidade, compreensão e paciência, além da enorme dedicação e rigor intelectual com os quais orientou essa dissertação. Toda a minha admiração e gratidão por compartilhar o seu melhor enquanto ser humano e professor com os seus alunos.

À Profa. Dra. Martine Guibert e ao Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves, por participarem do Exame de Qualificação, contribuindo com leituras atentas e apontamentos valiosos.

Aos ribeirinhos-brejeiros do Território Melancias, meus mestres e guias nessa caminhada. Agradeço por terem me acolhido e possibilitado a realização dessa pesquisa compartilhando seus saberes e histórias de luta. Em especial ao Seu Juarez, Dona Mariquinha, Seu João, Dona Maria, Seu Jurandir, Juracir e Dona Neusa. Agradeço também aos camponeses do Assentamento Rio Preto, Morro D'Água e Brejo do Miguel, por me receberem em suas casas com todo o carinho do mundo.

À Comissão Pastoral da Terra (CPT - Regional do Piauí), que tem um papel fundamental no apoio a luta pelos direitos dos povos e comunidades tradicionais do Cerrado, e que ofereceu todo o suporte para a realização dos trabalhos de campo. Agradeço, especialmente, ao Franzé e ao Altamiran.

À minha xará Bruna Bicalho, por me acolher em sua casa na Bahia e por ter aceitado me ajudar no primeiro trabalho de campo. Nunca esquecerei nossas aventuras pelas chapadas e baixões adentro.

Ao meu amigo Bruno Spadotto, pela parceria generosa que possibilitou a realização do segundo trabalho de campo e pelas trocas que foram de grande ajuda para o desenvolvimento desse trabalho.

À Vanessa Bastos, grande amiga e pesquisadora que tirou parte do seu tempo lá da Escócia para me auxiliar na obtenção das melhores imagens de satélite.

Aos funcionários da biblioteca, em especial, a Josimeire, Gislaine, Jair e Célia. A vocês todo o meu carinho e respeito por sempre serem cordiais e solícitos em atender todas minhas demandas.

Ao meu companheiro na jornada da vida Bruno Zucherato, pelo seu amor, compreensão e apoio, sempre me oferecendo o abraço mais carinhoso seja nos momentos mais felizes quanto nos mais complicados. Obrigada por compartilhar o seu valioso conhecimento cartográfico que me ajudou na elaboração dos mapas desse trabalho.

À minha mãe Siumara e à minha irmã Lívia, mulheres fortes e corajosas que me ensinaram tudo, que sempre me apoiaram e acreditaram no meu destino, permanecendo ao meu lado em todos os momentos.

À Mariana Prudenciatto, pela amizade e parceria que cultivamos desde os tempos de grupo-escola do PIBID. Sou eternamente grata pela sua confiança em abrir as portas e janelas que me permitiram atuar no mundo do editorial, pelo qual sou encantada.

Aos queridos Alexandre Magnum Leme, Carolina Reame Santos e Gean Eduardo Mauro, pela amizade sem medidas, pelos melhores momentos de descontração e pelo enorme apoio nos momentos mais necessários.

Aos meus amigos da pós-graduação, em especial, ao José Renato Ribeiro, Cecy Meira, Yuri Saweljew, Gláucia Mardegan, Yasmim Silva e Giovanna Moscatiello, por compartilharem as alegrias, descobertas e angústias da vida acadêmica.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, pela concessão da bolsa regular de mestrado que foi fundamental para a realização dessa pesquisa.

RESUMO

Essa dissertação se propõe a compreender as transformações do território usado pelas comunidades tradicionais decorrentes das verticalidades do agronegócio na região Sul do Piauí. Para isso, adotamos como recorte territorial a comunidade tradicional dos ribeirinhos-brejeiros do Território Melancias que resiste no baixão da Serra do Quilombo, localizada na área rural de Gilbués/PI. A partir da revisão bibliográfica sobre a temática, do levantamento e análise de dados secundários, da coleta de dados primários e informações nos trabalhos de campo, esse trabalho procurou abordar três pontos principais: a dinâmica do avanço da fronteira agrícola na região; o uso do território pela comunidade tradicional; e as consequências territoriais da presença do agronegócio para a comunidade. O avanço da agricultura moderna nessa região ocorre de forma mais acentuada, principalmente, após os anos 2000, impondo uma racionalidade que tem sido responsável por eventos verticais de apropriação, ocupação e transformação desse espaço. Esse processo, engendrado por políticas estatais aliadas aos interesses hegemônicos, subjugou os usos pretéritos dessa região que, até então, era majoritariamente ocupada por indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. De modo geral, enquanto as comunidades se estabeleceram nos fundos de vales (denominados Baixões), com lógicas de uso do território vinculadas às características naturais do Cerrado, a agricultura moderna avançou sobre as chapadas com a produção em larga escala, baseada no controle dos fatores naturais por meio das inovações técnicas e científicas, atendendo à racionalidade imposta pelo mercado financeiro. Embora ocupem áreas distintas, a proximidade com as lavouras modernas tem acarretado uma série de problemas para as comunidades, tais como a contaminação de cultivos e a disseminação de pragas, devido a pulverização aérea de agrotóxicos; e o assoreamento dos rios e brejos, causado pela aceleração dos processos erosivos, um efeito do desmatamento nas chapadas. Além disso, há um acirramento dos conflitos territoriais, resultante da apropriação ilegal das terras dos baixões pelas fazendas e empresas agrícolas, sobretudo, para a criação de áreas de Reserva Legal. Frente a isso, algumas comunidades têm se organizado e articulado com sindicatos, ONGs, universidades e organizações religiosas, para reivindicar o reconhecimento legal de seus territórios. Após diversas denúncias que atingiram repercussão internacional, o processo de regularização do Território Melancias e de outras comunidades foi iniciado com recursos do programa implementado pelo Banco Mundial. As comunidades possuem um amplo conhecimento das dinâmicas geográficas da região e a combinação de suas práticas e atividades revelam-se contrarracionalidades que devem ser consideradas, não apenas para a sobrevivência dessas populações, mas para a manutenção da vida no Cerrado.

Palavras-Chave: Território Usado. Comunidades Tradicionais. Sul do Piauí. Conflitos territoriais. Fronteira Agrícola.

ABSTRACT

This dissertation proposes to understand the transformations of the territory used by traditional communities resulting from the verticality of agribusiness in the southern region of Piauí. For this, we adopted as a territorial cut the traditional community of the riverside dwellers-breweries of the Territory Melancias that resists in the lowlands of Serra do Quilombo, located in the rural area of Gilbués/PI. From the bibliographic review on the subject, the survey and analysis of secondary data, the collection of primary data and information in the fieldwork, this work sought to address three main points: the dynamics of the advance of the agricultural frontier in the region; the use of the territory by the traditional community; and the territorial consequences of the presence of agribusiness for the community. The advance of modern agriculture in this region occurs more sharply, mainly after the 2000s, imposing rationality that has been responsible for vertical events of appropriation, occupation, and transformation of this space. This process engendered by state policies allied to hegemonic interests subjugated the past uses of this region which, until then, was occupied by indigenous peoples, quilombolas and traditional communities. In general, while communities have established themselves in the valley bottoms (called Baixões), with logics of land use linked to the natural characteristics of the Cerrado, modern agriculture has advanced over the Chapada with large-scale production, based on the control of the factors through technical and scientific innovations, meeting the rationality imposed by the financial market. Although they occupy different areas, the proximity to modern crops has caused a series of problems for the communities, such as the contamination of crops and the spread of pests, due to aerial spraying of pesticides; and the silting up of rivers and swamps, caused by the acceleration of erosive processes, an effect of deforestation in the Chapada. In addition, there is an intensification of territorial conflicts resulting from the illegal appropriation of land in the lowlands by farms and agricultural companies, especially for the creation of Legal Reserve areas. Faced with this, some communities have organized and articulated with unions, NGOs, universities and religious organizations to claim legal recognition of their territories. After several complaints that reached international repercussion, the regularization of the Territorio Melancias and other communities started with resources from the program implemented by the World Bank. Those communities know the geographic dynamics of the region, so integrating their practices and activities indicates counter rationalities that must be considered not only for the survival of these populations but for the maintenance of life in the Cerrado.

Keywords: Used Territory. Traditional Communities. South of Piauí. Territorial conflicts. Agricultural Frontier.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Área colhida de soja (hectares), nos estados do MATOPIBA, 1980 a 2019.....	28
TABELA 2 – Número de estabelecimentos e porcentagem da área total dos estabelecimentos, município de Baixa Grande do Ribeiro/PI, 1995 e 2017.....	37
TABELA 3 – Número de estabelecimentos e porcentagem da área total dos estabelecimentos, município de Uruçuí/PI, 1995 e 2017.	38
TABELA 4 – Número de estabelecimentos e porcentagem da área total dos estabelecimentos, município de Bom Jesus/PI, 1995 e 2017	38

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Conflitos por terra na Região do MATOPIBA, 1998 a 2020.....	29
GRÁFICO 2 – Série histórica da produção de soja (mil toneladas), Piauí, (1998-2019).....	36

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Região do MATOPIBA.....	27
MAPA 2 – Evolução do avanço da soja sobre os Cerrados Piauienses	34
MAPA 3 – Localização do Território Tradicional Melancias	41
MAPA 4 – Território Tradicional Melancias, Gilbués/PI	42
MAPA 5 – Imóveis Rurais e áreas de Reserva Legal sobrepostos ao Território Melancias, Gilbués/PI.....	105
MAPA 6 – Imóveis Certificados pelo INCRA sobrepostos ao Território Tradicional Melancias, Gilbués/PI.....	111

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Bloco diagrama do avanço da monocultura de grãos nas chapadas da região do Território Melancias.....	43
FIGURA 2 – Perfil simplificado da Tipologia do Território Melancias	63

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 – Casa (Esq.) e quintal (dir.) no núcleo Melancias 1, Território Melancias, Gilbués/PI.....	46
FOTOGRAFIA 2 – Visão externa (Esq.) e interna (dir.) da escola do Território Melancias, Gilbués/PI.....	47
FOTOGRAFIA 3 – O Baixão do Território Melancias entre as Serras, Gilbués/PI.....	51
FOTOGRAFIA 4 – Capela De Santa Rita De Cássia, Território Melancias, Gilbués/PI.....	52
FOTOGRAFIA 5 – Área de chapada segundo a tipologia do Território Melancias, Gilbués/PI..	55
FOTOGRAFIA 6 – Mata de rio, Território Melancias, Gilbués/PI.....	57
FOTOGRAFIA 7 – Rio Uruçuí-preto, Território Melancias, Gilbués/PI.....	59
FOTOGRAFIA 8 – Mata de Terra Firme com Roças, Território Melancias, Gilbués/PI	60

FOTOGRAFIA 9 – Veredas (Campo Limpo), Território Melancias, Gilbués/PI	61
FOTOGRAFIA 10 – Roça com Cultivo De Feijão, Território Melancias, Gilbués/PI.....	68
FOTOGRAFIA 11 – Arroz Secando dentro da casa, Território Melancias, Gilbués/PI.....	69
FOTOGRAFIA 12 – Milharal após quebra dos talos para colheita de milho seco, Território Melancias, Gilbués/PI.....	70
FOTOGRAFIA 13 – Trator utilizado pelos camponeses, Território Melancias, Gilbués/PI	72
FOTOGRAFIA 14 – Buriti, Território Melancias, Gilbués/PI.....	74
FOTOGRAFIA 15 – Fruto do Buriti.	75
FOTOGRAFIA 16 – Buritirana (Esq.) e Bacaba (Dir.), Território Melancias, Gilbués/PI	77
FOTOGRAFIA 17 – Criação de Galinhas do Quintal, Território Melancias, Gilbués/PI	79
FOTOGRAFIA 18 – Gado Bovino Solto na Chapada, Território Melancias, Gilbués/PI.....	80
FOTOGRAFIA 19 – Roça de Pasto, Território Melancias, Gilbués/PI	81
FOTOGRAFIA 20 – Tanques escavados para piscicultura, Território Melancias, Gilbués/PI.	83
FOTOGRAFIA 21 – Roda D’água no Rio Uruçuí-Preto, Território Melancias, Gilbués/PI	84
FOTOGRAFIA 22 – Pé de Feijão (Esquerda) e Milho (Direita) doentes devido a ação da Mosca-Branca, Território Melancias, Gilbués/PI	91
FOTOGRAFIA 23 – Capim-rabo-de-raposa, Território Melancias, Gilbués/PI.....	93
FOTOGRAFIA 24 – Roça de pasto invadida pelo Capim-rabo-de-raposa, Território Melancias, Gilbués/PI.....	95
FOTOGRAFIA 25 – Voçoroca, Território Melancias, Gilbués/PI.....	98
FOTOGRAFIA 26 – Cerca entre duas fazendas no Território Melancias, Gilbués/PI	113
FOTOGRAFIA 27 – Placa colocada por uma das fazendas no Território Melancias, Gilbués/PI	114

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ALEPI	Assembleia Legislativa do Piauí
APP	Área de Proteção Permanente
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CEPRO	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais
COMDEPI	Companhia de Desenvolvimento do Piauí
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FIAN	Food First Information and Action Network
FINOR	Fundos de Investimento do Nordeste
FISSET	Fundos de Investimentos Setoriais
GNSS	Global Navigation Satellite System
GRAIN	Genetic Resources Action International
IBDF	Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INCA	Instituto Nacional de Câncer
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERPI	Instituto de Terras do Piauí
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MPF	Ministério Público Federal
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAM	Produção Agrícola Municipal
PDA	Plano de Desenvolvimento Agropecuário
PI	Piauí
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
POLOAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO	Programa para o Desenvolvimento do Cerrado
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados
REDD	Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal
REDE	Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
SICAR	Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural
SIGEF	Sistema de Gestão Fundiária
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – A verticalização do agronegócio nos Cerrados Piauienses	22
1.1. A expansão da fronteira agrícola sobre o Cerrado	22
1.2. A expansão da fronteira agrícola moderna no sul do Piauí	31
CAPÍTULO 2 – O território usado pela Comunidade Melancias no sul do Piauí	41
2.1. Território Tradicional Melancias	41
2.2. Tipologia do Território Melancias	49
2.3. Horizontalidades dos Baixões Piauienses.....	64
2.3.1. Agricultura	65
2.3.2. Extrativismo	73
2.2.3. Criação e manejo dos animais.....	78
CAPÍTULO 3 – As Verticalidades do Agronegócio sobre o Uso do Território Melancias	85
3.1. Consequências ambientais sobre o uso do Baixão	85
3.1.1. O uso intensivo de agrotóxicos	85
3.1.2. A proliferação de pragas no Baixão: Mosca Branca.....	89
3.1.3. A ocorrência de plantas invasoras: o Capim-rabo-de-raposa.....	93
3.1.4. Os processos erosivos e o assoreamento dos cursos fluviais.....	95
3.2. Pressões e conflitos fundiários: a luta pelo Território Melancias	100
3.2.1. O avanço da apropriação de terras sobre os Baixões.....	103
3.2.2. O Programa de Regularização Fundiária e a luta pelo território tradicional	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	120

INTRODUÇÃO

As políticas estatais brasileiras de incentivo à modernização do setor agropecuário adotadas a partir da década de 1970, em conjunto com o desenvolvimento e difusão da base técnica e científica, viabilizou a implantação de um modelo de produção agrícola moderno sobre as áreas do Cerrado. Contudo, essa expansão não ocorreu sobre espaços vazios, como afirma o discurso pioneiro¹ (PEIXINHO; SCOPEL, 2009) utilizado pelo Estado. Essa região era majoritariamente ocupada por povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais², que utilizavam a terra de forma comunitária para agricultura de subsistência, extrativismo, caça e criação de animais. No entanto, a lógica expansionista da agricultura moderna acirrou as disputas territoriais e afetou o modo de vida dessas populações.

A partir dos anos 2000, observa-se um rápido avanço do agronegócio globalizado (ELIAS, 2011), sobretudo, nas áreas de Cerrado localizadas na Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins, que correspondem à porção do território denominada MATOPIBA. Este cenário decorre da soma de diversos fatores como a adoção de políticas de estímulo às exportações pelo Estado brasileiro, a alta dos preços das principais commodities agrícolas no mercado internacional, o aquecimento do mercado imobiliário de terras e a presença cada vez maior de empresas agrícolas controladas pelo capital financeiro (FREDERICO, 2018).

Nesse contexto, insere-se a região sul do Piauí, também chamada de Cerrados Piauienses. A incorporação de terras pelos grandes empreendimentos agropecuários na região teve início na década de 1970, porém a ocupação em termos produtivos ocorreu apenas na década de 1990 (JESUS; FABRINI, 2017). Essa região se tornou atrativa para as empresas nacionais e multinacionais hegemônicas do setor agropecuário devido à grande quantidade de terras

¹ O discurso do pioneirismo se baseia na ideia de que “nada existia antes da chegada dos que agora estão se instalando” (PEIXINHO; SCOPEL, 2009, p.102)

² A definição de Comunidades Tradicionais adotada aqui coincide com a estabelecida pelo Decreto 6.040/07, de 7 de fevereiro de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. Em seu artigo primeiro define "Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição" (BRASIL, 2007).

potencialmente produtivas e a preços relativamente baixos, à disponibilidade de mão-de-obra barata e aos incentivos fiscais e financeiros dos governos federal e estadual (REYDON; MONTEIRO, 2006). Com isso, a agricultura científica globalizada (SANTOS, 2000) tem se consolidado e expandido na região com maior velocidade, sobretudo, com crescimento das áreas plantadas de soja e milho, causando diversas transformações no território e afetando as populações camponesas³ (MORAES, 2000; ALVES, 2009, 2017; CAMPOS, 2015).

As sociedades tradicionais⁴ estão presentes nos Cerrados Piauienses desde tempos imemoriais (ALVES, 2009), mas são constantemente ignoradas pelo poder público em seus projetos de integração e ocupação que descrevem a região como um vazio demográfico. Na década de 1980, o governo piauiense passou a adotar diversas estratégias para atrair a instalação de novos grupos de produtores, sobretudo na região sul do estado. Para isso, além dos incentivos fiscais e da instalação de infraestruturas, elaborou uma série de publicações com estudos preliminares sobre as potencialidades do Cerrado para o projeto de exploração agrícola, tido como moderno, tecnificado, racional e focado no grande empreendimento empresarial (CEPRO, 1992), porém sem mencionar as populações camponesas.

Assim como nas outras áreas de avanço da produção agrícola moderna, a apropriação de terras no sul do Piauí é marcada pelo caráter concentrador de propriedades e pela grande quantidade de irregularidades devido à ampla utilização dos mecanismos de grilagem. Além disso, o modelo de produção da agricultura moderna, caracterizado pela supressão da vegetação nativa para a instalação de monoculturas com uso intensivo de insumos químicos, tem acarretado uma série de problemas para as sociedades tradicionais, envolvendo a expropriação de terras e a degradação da sua base de recursos (VAN DER PLOEG, 2009) essenciais para a sua subsistência.

O Cerrado é um dos grandes domínios morfoclimáticos brasileiros (AB'SABER, 2003) caracterizado pela presença de grandes planaltos, chamado

³ O trabalho não tem a pretensão de adentrar no complexo campo de pesquisa acerca da definição do campesinato. Contudo, adota-se aqui o conceito de camponês como grupo sócio-econômico constituído por pequenos produtores que cultivam a terra com mão-de-obra familiar visando primeiramente a sua subsistência e que comercializa o seu excedente.

⁴ Optou-se por utilizar o termo sociedades tradicionais, em seu sentido mais amplo, para designar povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

de chapadões ou chapadas, intercalados por vales úmidos. Essa característica evidencia como tem se estabelecido a sobreposição de arranjos produtivos (ELIAS, 2006) nos Cerrados Piauiense. De modo geral, as sociedades tradicionais se estabeleceram ao longo dos vales úmidos, devido ao fácil acesso a água e a presença de solos férteis, o que possibilita a agricultura de subsistência e a criação de animais. Já a agricultura moderna avançou prioritariamente sobre as chapadas, por apresentarem relevo aplainado, o que facilita a mecanização da produção em larga escala. Dessa forma, tem-se a coexistência de diferentes divisões do trabalho e de um território usado de forma diversa e contraditória.

A ideia de território usado proposta por Santos e Silveira (2001) é fundamental na perspectiva teórica deste trabalho. O território usado é o território de todos os agentes e não apenas o espaço dos agentes hegemônicos da política e da economia (SANTOS, 1994), isto é, uma "arena onde atores de todas as ordens, independentemente da sua força, apesar de sua força desigual, contribuem à geração de situações" (SILVEIRA, 2011, p. 5). O acúmulo de velhas e novas formas de divisão social e territorial do trabalho, ou seja, a articulação solidária e contraditória entre as formas materiais, naturais e socialmente produzidas, e sócio-políticas, a cada período histórico, indica como o território é usado (SILVEIRA, 2008). Assim, os diferentes usos do território revelam as diversas ações dos agentes territoriais, uma vez que estes possuem interesses e forças desiguais, o que leva a conformar as desigualdades em seu conteúdo material. Como resultado, as injustiças e os conflitos no uso do território são revelados por estas desigualdades.

No uso do território dos Cerrados Piauienses observa-se duas lógicas contraditórias, de um lado a agricultura de subsistência das sociedades tradicionais e, de outro, uma agricultura intensiva em capital e tecnologia, em grandes propriedades e destinadas majoritariamente à exportação (FREDERICO, 2010). Para compreender essa contradição, o trabalho baseou-se nas noções de horizontalidades e verticalidades propostas por Milton Santos (1996). Este par dialético permite analisar de forma indissociável a relação contraditória da materialização dos eventos nos lugares.

Nessas condições, as verticalidades aparecem como vetores da modernidade mais moderna, transportadores de uma racionalidade superior, veículos do discurso pragmático dos setores hegemônicos. As ações racionais, dando-se sobre um espaço tornado racionalizado pela presença de objetos tão estritamente fabricados para dar resposta às suas exigências, criam um cotidiano obediente e disciplinado. Quanto às horizontalidades tanto elas podem ser o lugar da finalidade imposta de fora, de longe ou de cima, quanto o da contrafinalidade. Neste caso, elas são o palco de um cotidiano conforme, mas não conformista, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta. (SANTOS, 1996, p. 105)

As verticalidades criam interdependências entre diferentes lugares de forma hierárquica visando gerar um cotidiano obediente à racionalidade política e econômica hegemônica. Segundo Santos (2006), “nessa união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício” (p. 287). Nesse sentido, as verticalidades se concretizam no avanço da fronteira agrícola quando grandes produtores e empresas agrícolas financeirizadas se apropriam de terras devolutas, públicas e das sociedades tradicionais através de especulação imobiliária, expropriação, desmatamento e incentivo de políticas governamentais.

No entanto, muitas sociedades tradicionais ainda resistem nos interstícios das vastas lavouras modernas que avançam sobre o Cerrado. De acordo com Matos e Pessôa, (2011),

é necessário apreender que há uma relação dialética e contraditória entre o capital e o espaço agrário. Ao mesmo tempo em que se tem uma racionalidade única de produção, isto é, do capital, criam-se irracionalidades, sobretudo, por aqueles que são excluídos socialmente, que se contrapõem à racionalidade do capital. Ao invés de se submeterem à força de trabalho, às explorações dos capitalistas, muitos trabalhadores preferem lutar pela reconquista de um pedaço de terra, contrariando a lógica do sistema capitalista (p. 295).

As horizontalidades não dizem respeito somente à manutenção do cotidiano das comunidades, mas também são resultantes da resistência e luta destas pela permanência em seus territórios e pelos seus modos de vida. Segundo Brandão e Leal (2012), as comunidades tradicionais são “aquelas que

"ali estavam" quando outros grupos "ali chegaram" e se estabeleceram. Além disso, a primeira característica destas comunidades não está tanto em sua tradicionalidade, mas na sua autonomia, autoctonia e cultura de resistência

Assim sendo, elas não são tradicionais porque aos olhos de quem chega opõem-se ao que, segundo "eles" é: moderno. São tradicionais porque são ancestrais, porque são autóctones, porque são antigos, resistentes anteriores. Porque possuem uma tradição de memória de si mesmo em nome de uma história construída, preservada e narrada no existir em um lugar, por oposição a quem "chega de fora". (BRANDÃO; LEAL, 2012, p. 85)

Apesar destas racionalidades distintas e contraditórias, tanto as comunidades quanto os produtores do agronegócio globalizado conformam a mesma horizontalidade, isto é, o mesmo cotidiano.

Diante desse contexto de conflito e expropriação territorial surgiu a necessidade de uma articulação que, além das próprias comunidades, envolve organizações e entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que as apoiam e assessoram na luta para assegurar sua reprodução através do reconhecimento de seus territórios tradicionais⁵.

Entre as sociedades tradicionais que tem se organizado e resistido no Sul do Piauí, destaca-se o Território Melancias. Essa comunidade tradicional de ribeirinho-brejeiros está localizada no vale úmido da Serra do Quilombo, no município de Gilbués/PI. Constituída a partir de diferentes movimentos migratórios (INTERPI, 2018), a comunidade ocupa o território há pelo menos 120 anos. Assim como outras inúmeras sociedades tradicionais da região, não tinham a preocupação em garantir documentos de titularidade da terra até a instalação das fazendas monocultoras na região, quando começaram a receber ameaças de expropriação e ter acesso limitado aos recursos que antes utilizavam de forma livre e comunal. Com isso, a luta pelo reconhecimento e regularização do território passou a ser elemento central da comunidade. Além disso, as consequências ambientais decorrentes da presença da agricultura moderna também têm comprometido o uso do território pela comunidade.

⁵ O decreto nº 6040/07, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades, estabelece que "Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária" (BRASIL, 2007).

Diante disso, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos apresentados, este trabalho tem como objetivo compreender como o uso do Território Melancias tem sido transformado em decorrência das verticalidades impostas pelo avanço da agricultura moderna na região. Para tanto, o trabalho comportou a abordagem de três aspectos principais: a) o processo de avanço agricultura moderna sobre os Cerrados Piauienses; b) como o território é usado pela comunidade tradicional do Território Melancias; c) as consequências da presença da agricultura moderna sobre o uso do território da comunidade.

Desse modo, a dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, buscou-se analisar o avanço da agricultura moderna sobre as áreas do Cerrado, com ênfase na região Sul do Piauí. Para isso, é apresentada uma periodização hierarquizando os principais eventos que propiciaram o ritmo e a direção do avanço da fronteira agrícola moderna. Depois, analisa-se como os Cerrados Piauienses se inserem e se diferenciam nesse contexto de expansão, bem como esse movimento estabeleceu a coexistência de diferentes temporalidades e usos do território na região.

O segundo capítulo se propõe a compreender o uso do território pelas sociedades tradicionais que ainda resistem nos vales úmidos do Sul do Piauí, a partir do diálogo entre os saberes locais e os saberes científicos. Dessa forma, primeiramente buscou-se caracterizar e localizar o Território Melancias, adotado como recorte territorial do trabalho. Em seguida, é apresentada uma tipologia do território baseada na classificação e nas nomenclaturas utilizadas pelos ribeirinhos-brejeiros para discriminar os diferentes terrenos e determinar suas potencialidades de uso. Ademais, esse saber local é associado às definições de alguns conceitos geomorfológicos (GUERRA; GUERRA, 2011) e à classificação das fitofisionomias do Cerrado proposta por Ribeiro e Walter (2008).

Porto-Gonçalves (2019) destaca o potencial deste diálogo de saberes para desconstruir o equivocado imaginário moderno-colonial construído sobre o Cerrado. Ao utilizar discursos que apontam um vazio demográfico, este imaginário ignora as populações tradicionais dessas regiões para legitimar a ocupação pela agricultura moderna. Segundo o autor, a partir deste diálogo "logamos vislumbrar com mais clareza as tantas riquezas dos Cerrados e o quanto os saberes de seus povos convergem com o conhecimento científico comprometido com a desconstrução da colonialidade do saber do poder.

Posteriormente, são apresentadas as principais atividades e práticas exercidas no Território Melancias e, assim, evidencia-se como a diversidade dos aspectos naturais influenciam os diversos usos que os ribeirinhos-brejeiros fazem dele. A partir disso, propõe-se uma topologia do território com o intuito de contribuir, não apenas para o conhecimento da rica biodiversidade do Cerrado, mas sobretudo para o reconhecimento dos saberes locais e para legitimação das reivindicações das sociedades tradicionais frente as transformações impostas pela presença da agricultura moderna na região.

Por fim, o terceiro capítulo dedica-se à análise dos problemas que as sociedades tradicionais do Cerrado passaram a enfrentar devido ao avanço das fazendas monocultoras de grãos na região. Para tal, a primeira parte se propõe a focar nas consequências ambientais, como a propagação de pragas devido o uso excessivo de insumos químicos e o assoreamento dos rios causado pela erosão nas escarpas das chapadas intensificadas pelo desmatamento. Na segunda parte são abordadas as consequências relacionadas aos conflitos por terra e a luta pelo reconhecimento do Território Melancias.

Metodologia

Para elaboração dessa dissertação, além da pesquisa bibliográfica, foram utilizados dados primários (obtidos nos trabalhos de campo) e dados secundários (IBGE, SICAR, SIGEF, CPT, MapBiomias, entre outros). Primeiramente, foi realizada a revisão bibliográfica em livros, artigos, dissertações e teses para interpretação e sistematização dos conceitos teóricos envolvidos na pesquisa.

A partir da realização de leituras, buscou-se o embasamento sobre a incorporação de terras das áreas de Cerrado pela agricultura moderna, particularmente na região Sul do Piauí. O intuito era compreender os fatores e agentes envolvidos no avanço da fronteira agrícola, além das particularidades e as consequentes transformações desse processo nos Cerrados Piauienses, sobretudo, para as comunidades tradicionais. Ademais, foram coletados e analisados dados relativos ao avanço das lavouras modernas, notadamente da soja (MapBiomias), além da série história da produção e área plantada das

principais commodities agrícolas (PAM/IBGE) e do número de conflitos no campo (CPT) nos Cerrados Piauienses.

Com a cooperação da CPT (Regional Piauí), foram realizados dois trabalhos de campo no Território Melancias, por se tratar do recorte territorial da pesquisa⁶. O primeiro trabalho de campo ocorreu entre os dias 23 de abril e 1 de maio de 2019. Nesta ocasião foram realizadas entrevistas semidirigidas (LAVILLE; DIONNE, 1999) com os ribeirinhos-brejeiros com o objetivo de compreender a dinâmica e organização do território pela comunidade, bem como as transformações causadas pelo avanço das lavouras modernas na região. Também foram coletados pontos pelo Sistema Global de Navegação por Satélite (GNSS) em locais apontados pelas lideranças, com o intuito de identificar o perímetro do território tradicional reivindicado, a localização dos núcleos da comunidade e as áreas que foram impedidos de criar gado e abrir roças devidos aos conflitos territoriais.

A partir dos dados e informações obtidas neste primeiro campo foi possível estabelecer um diálogo entre os saberes vernaculares (PORTO-GONÇALVES, 2019) da comunidade e o conhecimento acadêmico. Para isso, propomos uma tipologia e uma topologia do território baseadas na classificação e nas nomenclaturas utilizadas pelos ribeirinhos-brejeiros associadas à classificação das fitofisionomias do Cerrado proposta por Ribeiro e Walter (2006) e as definições geomorfológicas organizadas por Guerra e Guerra (2011). Além disso, os dados obtidos com GNSS possibilitaram a elaboração das primeiras representações cartográficas do Território Melancias.

O segundo trabalho de campo foi realizado entre os dias 2 e 10 de março de 2019. O intuito era complementar os dados e informações sobre a organização e a dinâmica do território obtidos no primeiro campo. Outro importante objetivo era a validação das representações cartográficas junto a comunidade. Nessa ocasião, os ribeirinhos-brejeiros indicaram que a orientação para Sul fornecia uma melhor referência espacial para os mapas da região. Com isso, decidimos elaborar os mapas do Território Melancias com a orientação para o Sul. Nesse sentido, tomamos como base Harley (2005) que afirma que a

⁶ Além do Território Melancias, passamos por outras comunidades tradicionais da região como o Assentamento Rio Preto, o Morro D'água e o Brejo do Miguel.

desomogeneização da cartografia passa pelo processo de empoderamento dos interessados na informação cartográfica.

Os trabalhos de campo foram fundamentais para compreender e representar a lógica de uso do território dos ribeirinho-brejeiros do Território Melancias, assim como as suas reivindicações pelo reconhecimento legal enquanto território tradicional e as transformações provocadas pela presença da agricultura moderna na região. Entre as consequências ambientais, destaca-se a proliferação de novas pragas e contaminação de cultivos agrícolas causadas pelo uso de agrotóxicos nas fazendas vizinhas, e o assoreamento dos brejos e rios causados pelo desmatamento nas chapadas. Além disso, os ribeirinho-brejeiros relataram inúmeros conflitos e pressões de fazendas que avançaram sobre o território e que passaram a impedir o uso de algumas áreas para a abertura de roças e criação de gado.

CAPÍTULO 1 – A verticalização do agronegócio nos Cerrados Piauienses

1.1. A expansão da fronteira agrícola sobre o Cerrado

A partir da década de 1970, as áreas do Cerrado passaram a ser incorporadas para implantação de uma agricultura moderna. Esse processo – engendrado por políticas estatais aliadas aos interesses hegemônicos – deu-se com o desenvolvimento e difusão de inovações técnicas e científicas (ELIAS, 2011) associadas a um discurso pioneiro (PEIXINHO; SCOPEL, 2009), que ignora os usos pretéritos do território (SANTOS, 2006). Até então, a maior parte dessa região era ocupada por camponeses, povos indígenas e quilombolas, que usavam as terras de forma comunal e garantiam sua reprodução por meio da agricultura de subsistência, caça e extrativismo. Contudo, o avanço do modelo de produção agrícola moderno passou a impor uma nova racionalidade, com lógicas externas à escala local, que transcende até as fronteiras do território nacional (FREDERICO, 2014).

O Cerrado é um dos grandes domínios morfoclimáticos brasileiros (AB'SABER, 2003) que possui mais de dois milhões de km², o que equivale a cerca de 22% do território nacional. Estende-se pelos estados da região Centro-Oeste, por parte de Minas Gerais, pelo leste do Tocantins, oeste da Bahia, sudoeste do Piauí e sul do Maranhão. Possui clima tropical, com duas estações bem definidas: uma chuvosa e outra seca. A temperatura média anual fica em torno de 23°C e a precipitação média anual, entre 1200 e 1800 mm. Além disso, apresenta, em sua maior parte, topografia plana com baixa declividade, o que favorece a utilização de maquinários agrícolas (SILVA; SUERTEGARAY; BARROS, 2019).

Devido à alta acidez e carência de nutrientes dos solos, as áreas de Cerrado não eram consideradas propícias para a produção agrícola em larga escala. No entanto, as inovações técnicas e científicas, desenvolvidas no último quartel do século XX, permitiram a transformação dessas terras no principal recurso para a agricultura moderna (ELIAS, 2011; FREDERICO, 2018). Assim, a introdução de insumos químicos, biológicos e mecânicos, reduziu a dependência dos fatores naturais de produção e possibilitaram que essas áreas se tornassem altamente produtivas e rentáveis (MAZZALI, 2000).

Conjuntamente com outros incentivos do Estado brasileiro, o desenvolvimento e a difusão da base técnica e científica viabilizou a expansão da agricultura moderna sobre as áreas do Cerrado. Desse modo, configurou-se a fronteira agrícola moderna, que corresponde as áreas do território brasileiro que, a partir de 1970, foram ocupadas por extensas monoculturas intensivas em capital e tecnologia, com produção em larga escala voltada, principalmente, para exportação (FREDERICO, 2014).

Conforme Santos e Silveira (2003), a expansão da agricultura moderna brasileira para novos territórios se distingue em *belts* e *fronts*. Para os autores, os *belts* “são, por vezes, heranças e cristalizações de *fronts* próprios de uma divisão territorial do trabalho anterior; áreas que, ocupadas em outros momentos, hoje se densificam e se tecnificam” (p.119). As fronteiras (por eles denominadas como *fronts*), por outro lado, são territórios incorporados à agricultura moderna, a partir do último quartel do século XX, que nascem com grandes conteúdos em técnica, ciência e informação. De modo geral, enquanto as áreas de produção agrícola moderna das regiões Sul e Sudeste constituem-se como *belts*, as áreas de produção moderna de grãos, localizadas nas regiões Centro-Oeste⁷, Norte⁸ e Nordeste⁹ correspondem ao que se denomina por fronteira agrícola moderna (FREDERICO, 2018).

Embora se mostre contínua, a expansão da fronteira agrícola moderna apresentou variações em seu ritmo ao longo do tempo. Para compreender esse processo, conforme Frederico (2014, 2018), pode-se estabelecer uma periodização espaço-temporal, baseada na constituição técnica e na atuação do Estado brasileiro e dos agentes hegemônicos relacionados à produção agropecuária. A partir disso é possível distinguir três fases distintas desde a década de 1970.

O primeiro período, entre 1970 e 1985, foi marcado pela intensa expansão da fronteira agrícola, incentivada pelo amplo apoio e incentivo do Estado (DELGADO, 2012). Este pretendia aumentar a produção agrícola, visando

⁷ Centro-Norte, Leste e Sudoeste do Mato Grosso do Sul/MS; Norte, Nordeste, Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste Mato-grossense/MT; Noroeste, Norte, Leste e Sul Goiano/GO; e Distrito Federal/DF.

⁸ Leste Rondoniense/RO; Sudeste Paraense/PA; Oriental do Tocantins/TO e Ocidental do Tocantins/TO.

⁹ Leste e Sul Maranhense/MA; Sudoeste Piauiense/PI; Extremo Oeste Baiano/BA.

ampliar as exportações para garantir o equilíbrio da balança comercial, além de abastecer um país com urbanização e industrialização em curso (ALVES, 2006; DELGADO, 2012). Ademais, os governos militares (1964-1985) buscavam garantir a integração do território nacional com a ocupação das áreas fronteiriças, onde as atividades capitalistas não haviam se estabelecido plenamente, promovendo a transferência de contingentes populacionais de regiões mais densamente povoadas, sobretudo da Região Sul, por meio de programas oficiais de colonização (FREDERICO, 2018).

Para isso, o Estado criou diversas políticas de incentivos fiscais e creditícios para a capitalização de produtores e agroindústrias, por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) (DELGADO, 2012). O intuito era viabilizar a expansão e a modernização agrícola, fomentando a aquisição das inovações técnicas e de terras pelos grandes produtores agrícolas. Concomitante a tais políticas, o Estado atuou na instalação de infraestruturas de transporte e armazenagem e, através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), criada em 1973, financiou o desenvolvimento de pesquisas de melhoramento genético de culturas agrícolas, sobretudo da soja (BERNARDES, 2009).

De acordo com Alves (2006), nesse período, os interesses se voltavam

para aquelas áreas que pudessem melhor articular os interesses de setores econômicos hegemônicos: disponibilizando terras a baixos custos para os grandes produtores e, ao mesmo tempo, abastecendo as empresas vencedoras com cultivos rentáveis financeiramente (p.18).

Nesse sentido, foram instituídos programas governamentais de incentivo à expansão da agricultura modernizada voltados para as regiões do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, elaborados com o objetivo de elevar a produção agrícola para exportação, tais como: Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA); Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE); Programa para o Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) e o Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). Esse último, criado em 1974, foi fundamental para viabilizar a expansão da agricultura moderna nas áreas de

Cerrado, pois foi o principal programa de fomento dos projetos de colonização nessa região (PIRES, 2000; MONTEIRO, 2002).

No segundo período da expansão da fronteira agrícola, compreendido entre os anos de 1985 e 2000, observa-se o arrefecimento do ritmo do avanço e a redução da atuação direta do Estado frente ao aumento da participação e do poder de regulação da produção das *tradings* agrícolas (Cargill, ADM, Bunge, Louis Dreyfus). Com as crises cambiais, ocorridas em 1982 e 1999, e a adoção de políticas de cunho neoliberal, especialmente na década de 1990, algumas funções que o Estado desempenhava, como a logística e o mercado de insumos agrícolas, passaram a ser paulatinamente exercidas pelas *tradings*. Segundo Peixinho e Scopel (2009), com a redução da atuação estatal e a abertura para o sistema privado,

As empresas do setor do agronegócio, especialmente as processadoras/exportadoras de soja, viram nesse novo sistema a oportunidade de adquirir a produção antecipada através do financiamento dos produtores, fornecendo insumos em troca da produção. Como esse setor é dominado por poucas empresas com atuação global (Cargill, ADM, Bunge, Grupo Dreyfus), elas disputam entre si e alguns grupos regionais (cooperativas no Rio Grande do Sul e Paraná e Grupo Maggi-Mato Grosso, Caramuru - Goiás etc.) o domínio do comércio da soja e dos seus derivados no mercado global. Assim, normalmente essas empresas constroem uma rede de captação da produção de onde escoam para os portos a soja in natura para exportação, ou destinam para suas unidades industriais para o processamento e, posteriormente, exportam (farelo e óleo) ou comercializam no mercado interno (p. 107).

Cabe destacar que, nessa fase, o Estado não se tornou ausente, mas permaneceu desempenhando as funções mais onerosas, como a instalação de infraestruturas para transporte, comunicação e energia. Contudo, a expansão contínua da fronteira agrícola moderna desse período foi influenciada, sobretudo, pela atuação das *tradings*, visto que essas passaram a viabilizar a logística do escoamento das *commodities* agrícolas, além de fornecer os insumos e oferecer o crédito para a produção (FREDERICO, 2010). Assim, embora não comprem terras e não atuem diretamente na produção agrícola, essas empresas passaram a subordinar os produtores, constituindo a agricultura

científica e globalizada, organizada em rede (FREDERICO, 2015; ELIAS, 2006; SANTOS, 2000; MAZZALLI, 2000).

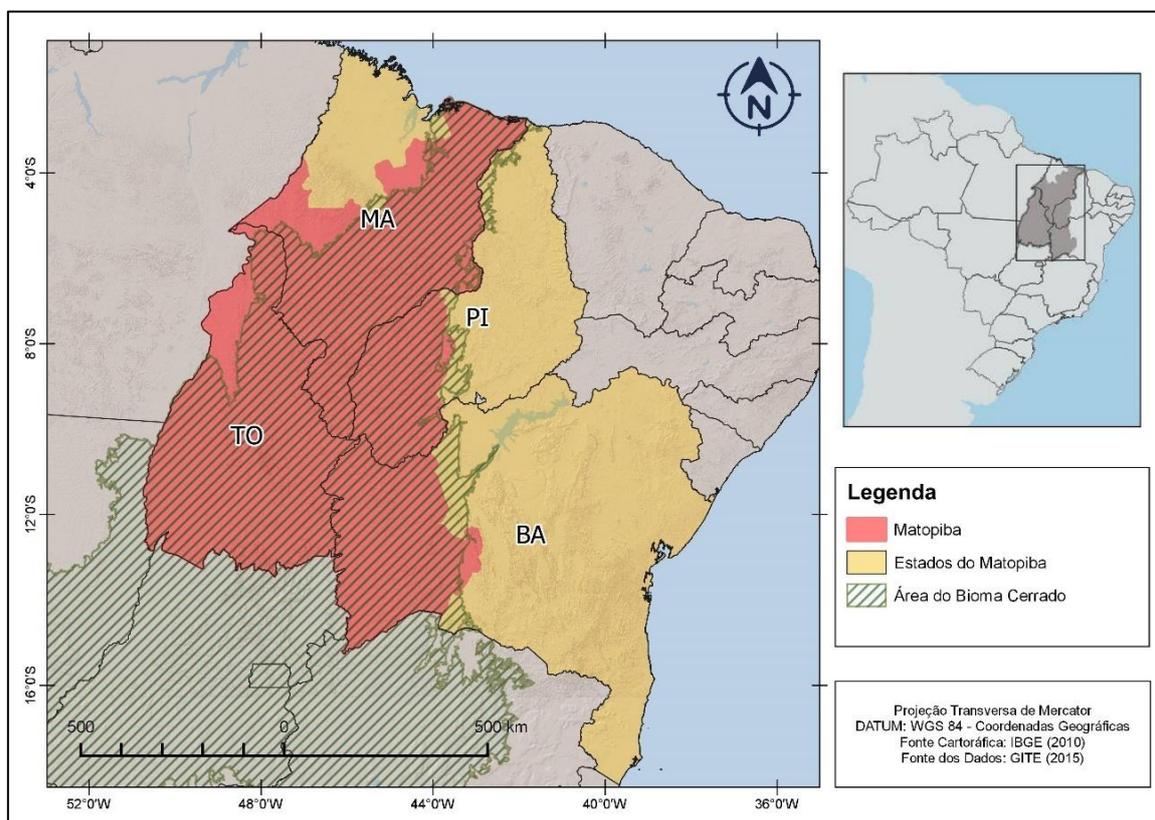
Por fim, o terceiro período do avanço da fronteira agrícola, a partir da década de 2000, é marcado pela reaceleração do ritmo de expansão, decorrente de fatores internos e externos à formação socioespacial brasileira (SANTOS, 2005). Resulta, sobretudo, da retomada das políticas estatais de subsídio e estímulo à produção de itens primários para exportação, associadas ao aumento do preço das *commodities* agrícolas no mercado internacional e à participação de investimentos de fundos financeiros em terras e na produção agrícola (FREDERICO; BÜHLER, 2015; FREDERICO, 2018).

De acordo com Delgado (2012), a partir da crise cambial de 1999, a política estatal de estímulo das exportações se tornou mais incisiva, constituindo a reestruturação da economia do agronegócio. Desde então, o Estado brasileiro tem adotado ações com o intuito de aumentar as exportações do país, para reverter a redução das reservas internacionais, gerando saldos no comércio exterior, visando garantir o pagamento da dívida externa e suprir o déficit da conta corrente. Entre as medidas estatais para este fim destacam-se: a reativação do crédito rural para produção agroexportadora; o financiamento de pesquisas da EMBRAPA, em parceria com empresas multinacionais; a política cambial de desvalorização do real; o planejamento e a instalação de importantes infraestruturas logísticas (como a abertura da BR-163, expansão da malha ferroviária e modernização de portos) e a flexibilização do mercado de terras (DELGADO, 2012).

Além disso, conforme Frederico (2018), grande parte da aceleração da expansão da fronteira agrícola, observada nesse período, se deve à atuação do capital financeiro, articulado com produtores e empresas agrícolas, no mercado de terras e na produção agrícola. A viabilidade de certa padronização produtiva, decorrente do desenvolvimento dos meios técnicos e informacionais, permitiu que a produção agrícola alcançasse uma referência mundial, passando a atender às demandas e temporalidades dos sistemas financeiros com negociações das *commodities* agrícolas nas bolsas de valores. Para atender às exigências da lógica financeira, os produtores adotam diversos mecanismos como a superexploração do trabalho e dos recursos naturais, com destaque para a aquisição de grandes extensões de terra.

A expansão da fronteira agrícola nesse período ocorre principalmente em direção à porção setentrional do Cerrado, nas áreas ainda pouco aproveitadas pela agricultura moderna (FREDERICO, 2014), particularmente nos estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins. Essa porção do território nacional, denominada como MATOPIBA (Mapa 1), apresenta baixo preço relativo das terras quando comparada às regiões agrícolas tradicionais do Sul e Sudeste ou regiões da fronteira agrícola com a produção mais consolidada, como no Centro-Oeste. Além da difusão de inovações e sistemas técnicos e das condições fisiográficas favoráveis do Cerrado, esse avanço é motivado pela disponibilidade de fundos territoriais (MORAES, 2000), ou seja, áreas de reserva passíveis de serem ocupadas, reconvertidas e valorizadas pela produção agrícola moderna.

Mapa 1 - Região do MATOPIBA



Elaboração própria.

Vale ressaltar que a abertura da fronteira agrícola para as áreas de Cerrado do Nordeste foi propiciada por uma série de políticas estatais, adotadas para impulsionar o setor agropecuário no país. Assim, a atual situação geográfica (SILVEIRA, 1999) do MATOPIBA resulta dos programas governamentais e dos investimentos direcionados para essa região desde 1970.

No entanto, após os anos 2000, é que se verifica uma verticalização do agronegócio no MATOPIBA (ALVES, 2015), sendo a região em que a agricultura científica globalizada (SANTOS, 2000) tem se consolidado e expandido com maior velocidade. Desde então, a soja se destaca entre as principais culturas agrícolas para exportação produzidas na região, com rápido avanço da área colhida como pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1 - Área colhida de soja (hectares), nos estados do MATOPIBA, 1980 a 2019

Unidade Federativa	Área colhida (ha)				
	1980	1990	2000	2010	2019
<i>Bahia</i>	1.906	360.015	628.356	1.017.250	1.581.842
<i>Maranhão</i>	80	15.230	178.716	494.236	977.598
<i>Piauí</i>	-	1.560	40.004	343.092	765.944
<i>Tocantins</i>	-	26.280	57.919	352.875	905.044
Total	1.986	403.085	904.995	2.207.453	4.230.428

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2020.

Entre 2000 e 2019, a área plantada de soja nos quatro estados da Região do MATOPIBA teve um crescimento de 467%. Do mesmo modo, a produção do grão, na região, apresentou um crescimento vertiginoso passando de pouco mais de 2 mil toneladas, em 1980, para 2,2 milhões de toneladas, em 2000, e ultrapassando 13 milhões de toneladas em 2019 (PAM/IBGE,2019).

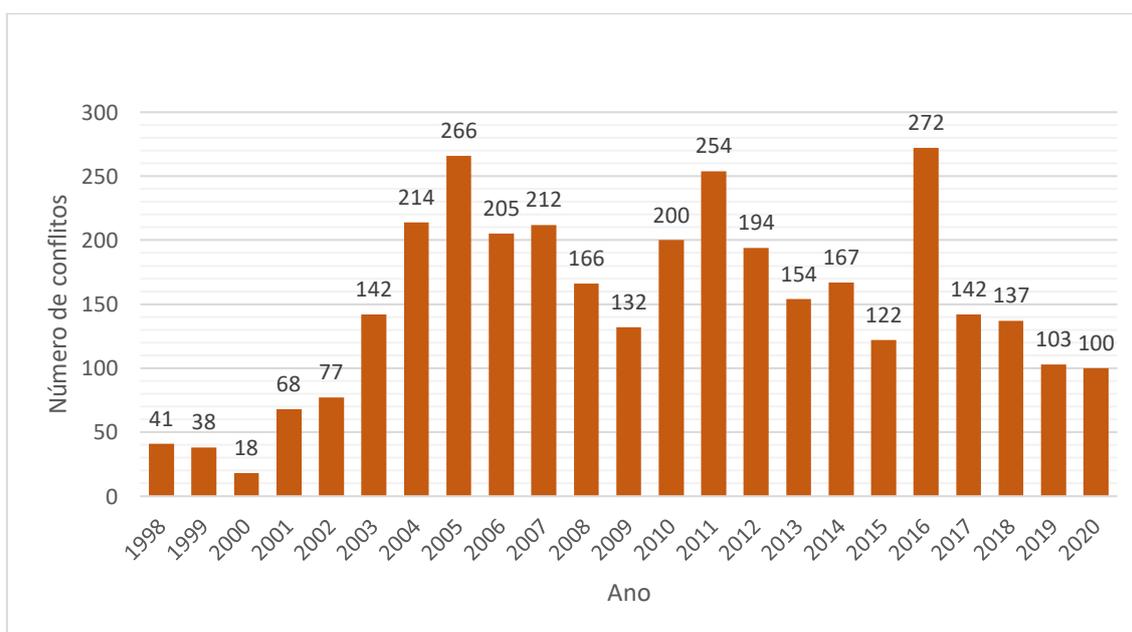
Nesse contexto, o MATOPIBA se constituiu em uma área de grande interesse estatal, aliado ao setor agroindustrial e aos agentes financeiros. Isto é evidenciado com a oficialização da região, por meio do decreto nº 8.447, de 6 de maio, de 2015 (BRASIL, 2015), que criou o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA (PDA do MATOPIBA). Segundo Souza (2017), este plano se configura como uma elaboração para a viabilidade territorial (SILVEIRA, 2003) para o agronegócio, uma vez que promoveu ações estrategicamente planejadas para o desenvolvimento da agropecuária na região. Embora o plano

tenha sido descontinuado em setembro de 2016, a região continuou atraindo investimentos voltados para o agronegócio (VINHA; PEREIRA, 2016).

Porém, a expansão da fronteira agrícola sobre o Cerrado também é acompanhada pelo agravamento dos problemas agrários (SILVA, 1982). Estes decorrem, entre outros fatores, pela elevação da concentração fundiária, que restringe o acesso às terras pelos pequenos e médios produtores, acentuando as desigualdades tanto no espaço rural, quanto no urbano (FREDERICO, 2018). Trata-se da modernização conservadora (SILVA, 1982), pois embora tenha tecnificado e informatizado a produção, fortaleceu a estrutura agrária brasileira, centrada no latifúndio, acentuando as históricas desigualdades socioeconômicas e territoriais brasileiras.

Na região do MATOPIBA, assim como nas outras áreas da fronteira agrícola, esse avanço da agricultura moderna se deu, em grande parte, com a aquisição ou apropriação irregular de terras públicas, mecanismo conhecido como grilagem. Essa expansão ocorreu sobre as áreas de uso coletivo das comunidades tradicionais, povos indígenas e quilombolas, o que tem resultado em um acirramento de conflitos por terra, como pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Conflitos por terra na Região do MATOPIBA, 1998 a 2020



Fonte: CPT, 2020.

De acordo com Bernardes (2009), a região do MATOPIBA (denominada pela autora como BAMAPITO)

é constituída por territórios contínuos que apresentam formas semelhantes de produção e reprodução do capital e do trabalho, tanto modernas como tradicionais, revelando também formas de conflito similares, associadas aos referidos processos de reprodução do capital (BERNARDES, 2009, p. 34).

Contudo, de acordo com Frederico (2008), a expansão da fronteira agrícola sobre estes territórios não se dá de forma homogênea devido às rugosidades¹⁰ (SANTOS, 2011), isto é, as heranças sócio-políticas e físico-territoriais particulares de cada lugar. Assim, ainda que apresentem um modelo técnico semelhante, as heranças socioespaciais de cada território estabelecem condições distintas de produção, fazendo com que as verticalidades atinjam os lugares de forma distinta. Conforme ressalta Santos (1997)

Para isso concorrerão a história do lugar, as condições existentes no momento da internalização (quando o que é externo a uma área se torna interno) e o jogo de relações que se estabelecerá entre o que chega e o que preexiste. É esse conjunto de coisas que fará com que um mesmo processo de escala mundial tenha resultados distintos, particulares, segundo os lugares (p. 46).

Portanto, ao passo que a agricultura moderna avança unificando uma estrutura produtiva em escala nacional articulada com a escala internacional, esta expansão produz diferenciações espaciais do Cerrado, conformando arranjos espaciais de acordo com as condições locais ou regionais preexistentes. Diante disso, o próximo item se propõe a compreender como a região sul do Piauí se insere e se diferencia no contexto de expansão da fronteira agrícola moderna, bem como esse movimento estabeleceu a coexistência de diferentes temporalidades e usos do território nessa sub-região do MATOPIBA.

¹⁰ Santos (2011) denomina por rugosidades "ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço – fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho" (p. 140).

1.2. A expansão da fronteira agrícola moderna no sul do Piauí

Desde o início da década de 2000, a região sul do Piauí, também chamada de Cerrados Piauienses, tem se constituído como uma importante área de ocupação da agricultura moderna, isto é, de incorporação acelerada de terras para a produção de commodities agrícolas, sobretudo, da soja. Essa região pertence ao Domínio Morfoclimático do Cerrado e localiza-se na porção da bacia Maranhão-Piauí, em uma zona fisiográfica de transição entre o semiárido e a Amazônia (AB'SABER, 2003). Portanto, possui condições topográficas e climáticas favoráveis à mecanização e à produção agrícola em larga escala, além de possibilitar o cultivo de sequeiro e irrigado, aproveitando o potencial hídrico dos vales úmidos dos rios Itaueira, Gurguéia, Fidalgo, Uruçuí Preto e Parnaíba, somado ao representativo potencial de águas subterrâneas (REYDON; MONTEIRO, 2006)

O avanço da agricultura moderna sobre o sul do Piauí, assim como nas outras áreas de Cerrado, resulta das diversas políticas estatais implementadas, a partir da década de 1970, com objetivo de impulsionar a modernização da agropecuária brasileira (ALVES, 2006). Na região Nordeste, o intuito destas políticas era viabilizar a integração da economia das áreas do interior que apresentavam baixo rendimento produtivo ao mercado nacional ou internacional, por meio da exportação de produtos primários. Para tanto, o Estado implementou programas direcionados a essa região – como o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas no Nordeste (POLONORDESTE), o Projeto Sertanejo e o Programa de Irrigação do Nordeste – que beneficiaram, principalmente, médios e grandes proprietários de terras. Instituído em 1974, o POLONORDESTE contribuiu para a instalação de infraestruturas e modernização da agricultura, marcando o início de uma atuação estatal mais intensa no desenvolvimento agropecuário piauiense (ALVES, 2017).

No mesmo ano, além do POLONORDESTE, foram criados programas governamentais visando garantir o financiamento de grandes proprietários da região Nordeste, com ampla atuação no sul do Piauí. Entre esses, destacam-se os Fundos de Investimento do Nordeste (FINOR), administrado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cuja parte significativa dos recursos se destinava ao setor agropecuário, sobretudo, para

melhoria da capacidade produtiva da pecuária bovina. Contudo, os resultados positivos desse programa não foram substanciais, pois, atualmente, poucos pecuaristas do Piauí criam seus rebanhos de gado bovino de forma intensiva e moderna (MORAES, 2000).

Outra importante linha de financiamento que destinou recursos para os Cerrados Piauienses foram os Fundos de Investimentos Setoriais (FISSET). Esses se destinavam prioritariamente aos projetos de reflorestamento, com financiamento do Banco do Brasil via Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF). No sul do Piauí, os recursos do FISSET foram direcionados, principalmente, para os projetos de reflorestamento com caju, visando o desenvolvimento da produção industrial de sucos, doces e beneficiamento da castanha (MONTEIRO, 2002). Segundo Moraes (2000), entre os anos de 1970 e 1980, mais de 108 mil hectares do estado (88% áreas dos Cerrados Piauienses) foram destinados para esses projetos. A proposta do FISSET era aliar a geração de renda à preservação ambiental, porém, quase a totalidade desses projetos foram abandonados e, atualmente, são ocupados por lavouras modernas (ALVES, 2017).

Tais políticas favoreceram o acesso a grandes extensões de terras na região, mas não vieram acompanhadas de uma ocupação produtiva dos imóveis, demonstrando o caráter preponderantemente especulativo desse período¹¹. Desse modo, embora tenham contribuído para a inserção de certa modernização agropecuária no Piauí, esses programas não obtiveram os resultados pretendidos e privilegiaram os grandes proprietários, aprofundando a concentração fundiária na região (MONTEIRO; AGUIAR, 2006).

Nesse sentido, Alves (2006) destaca a atuação do governo do Piauí que, por meio da Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI), atual Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), passou a negociar grandes extensões de terras públicas com grupos interessados em adquirir áreas, a preços simbólicos, para implantação dos projetos financiados pelos programas mencionados. Tratava-se de uma estratégia para atrair investidores do setor agropecuário para a região e,

¹¹ Empresas de diversos ramos de atividades adquiriram terras nos Cerrados Piauienses, a pretexto da execução dos projetos agropecuários financiados pelos programas agropecuários e de reflorestamento, porém com o principal interesse em acessar recursos públicos e adquirir grandes extensões de terras e não em desenvolver essas áreas produtivamente (ALVES, 2006; MORAES, 2000).

ao mesmo tempo, criar um mercado de terras. Contudo, como mencionado, os projetos não tiveram êxito, resultando na elevação da concentração fundiária, associada a diversas irregularidades na apropriação de terras (BANDEIRA, 1993).

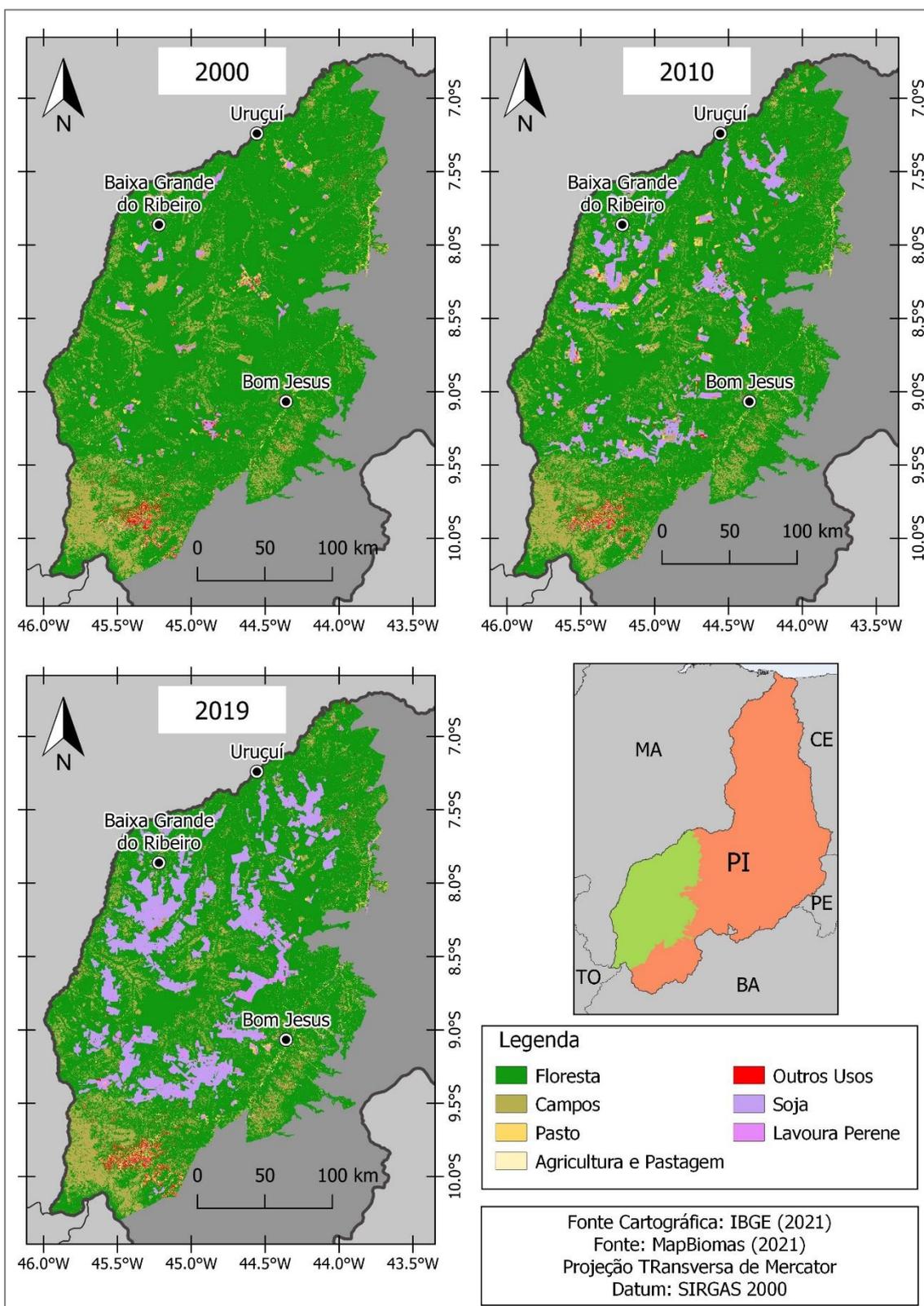
Além disso, o governo piauiense, a partir da década de 1980, ampliou as políticas de estímulo à difusão da agricultura moderna, especialmente sobre as áreas de Cerrado. Para isso, apresentou múltiplos incentivos fiscais¹² somados à implantação ou melhoramento de infraestrutura viária, de energia elétrica e de telecomunicações (ALVES, 2006). Conjuntamente a essas ações, passou a divulgar uma série de publicações sobre as potencialidades da região dos Cerrados Piauienses para o projeto de exploração agrícola moderna.

Em meados da década de 1990, tais políticas governamentais, associadas à perspectiva da construção de corredores viários de exportação, que facilitariam o escoamento da produção, e à grande disponibilidade de terras potencialmente produtivas e mais baratas, passaram a atrair produtores agrícolas de outras localidades para os Cerrados Piauienses. A maior parte desses eram oriundos dos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná. No entanto, muitos deles não migravam direto para o sul do Piauí, mas das áreas onde a fronteira agrícola se encontrava mais consolidada, como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Nesse caso, a maior parte destes produtores vendeu suas terras nessas regiões para adquirir áreas ainda maiores na fronteira agrícola em expansão na região do MATOPIBA (BERNARDES, 2009; ALVES, 2017; FREDERICO, 2018).

De acordo com Alves (2017), esse fluxo de migração se acentuou no final da década de 1990, e são esses novos grupos de produtores sulistas que passam a empreender uma nova dinâmica de ocupação e de uso no sul do Piauí. Com isso, nesse período inicia a ocupação em termos produtivos dessa região, sobretudo, com a introdução da soja (REYDON; MONTEIRO, 2006).

¹² Entre os incentivos fiscais concedidos pelo poder público estadual do Piauí, destaca-se a implementação da Lei n. 4.859, de 27 de agosto de 1996, que isenta, por até 15 anos, o pagamento do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) para empreendimentos industriais e agroindustriais (PIAUI, 1996).

Mapa 2 - Evolução do avanço da soja sobre os Cerrados Piauienses



Elaboração própria.

Conforme evidenciado no Mapa 2, a partir da década de 2000, há uma grande expansão de áreas destinadas a cultura da soja nos Cerrados Piauienses. Os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE, 2020) do Piauí indicam que, em 2000, o estado possuía uma área plantada de 40 mil hectares e produção de 100 mil toneladas do grão. Em 2010, a área plantada avançou para 343 mil hectares e a produção aumentou para 868 mil toneladas. Já em 2019, a área plantada foi 766 ml hectares e a produção de 2,3 milhões de toneladas de soja, ou seja, nas últimas duas décadas a área plantada de soja teve um aumento de 1915% e a produção de 2304% no estado.

Essa rápida expansão da sojicultura nos Cerrados Piauienses, verificada a partir de 2000, foi impulsionada pela chegada de diversos grupos econômicos do agronegócio, atraídos pelos diversos incentivos governamentais. Entre essas empresas, destaca-se a Bunge, *trading* agrícola que adquiriu diversas unidades de armazenamento no Piauí e instalou, em 2002, uma unidade para beneficiamento de farelo e óleo de soja em Uruçuí/PI, município situado na fronteira com o estado do Maranhão. Trata-se de uma das unidades mais modernas da empresa que, atualmente, adquire e processa grande parte da soja produzida no Piauí, além de parte da produção do Maranhão e do Tocantins (ALVES, 2012).

Conforme Elias (2006), as *tradings* Bunge e Cargill comandam o arranjo territorial que produz o avanço da fronteira agrícola nas áreas de Cerrado da Região Nordeste, visto que oferecem a infraestrutura e o crédito que fomentam essa expansão. Sobre esse cenário, a autora ressalta que:

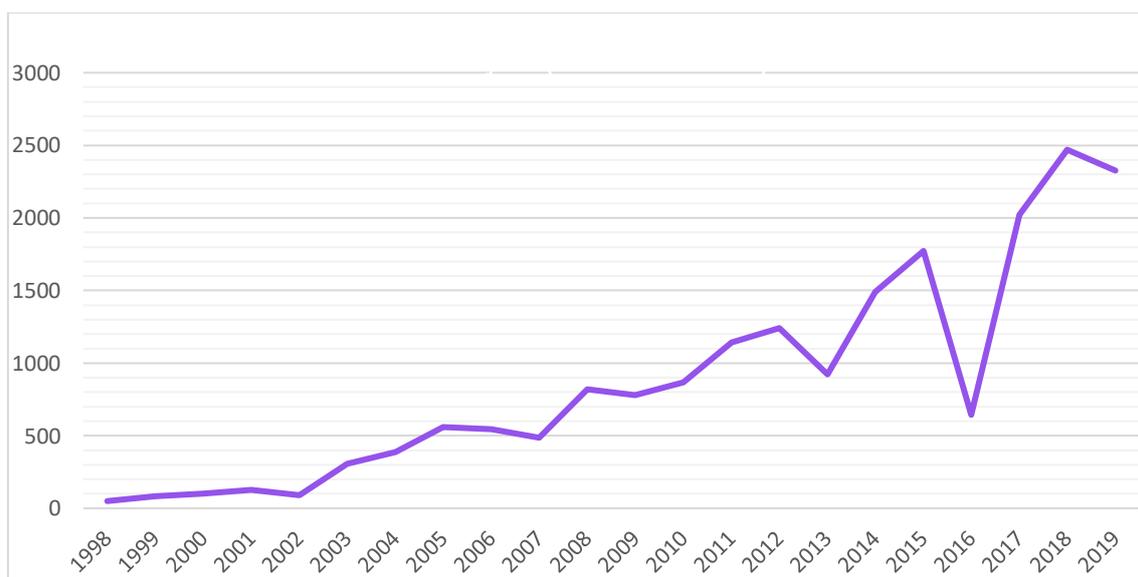
Este arranjo territorial produtivo compõe uma nova região de produção agrícola globalizada, cujos nexos organizacionais são comandados de forma oligopsônica pelas multinacionais Cargill e Bunge. (...) Neste arranjo produtivo, estas duas multinacionais comandam a produção de soja por parte de centenas de médios e grandes empresários agrícolas. Apesar de não atuarem na produção agrícola diretamente, dominam a produção por meio da compra e da moagem do grão, compondo um tipo específico de parceria no qual o principal elo de dependência entre os empresários agrícolas e as agroindústrias se dá pelo empréstimo de capital que estas fazem aos primeiros. Ou seja, as agroindústrias adiantam o capital da compra da produção no período do plantio, substituindo as instituições financeiras no fornecimento de capital de custeio. Com isto, praticamente tornam os empresários agrícolas, aos quais chamam de “clientes”, seus

fornecedores exclusivos, e garantem a matéria-prima para a produção (ELIAS, 2006, p.41).

No caso do sul do Piauí, Alves (2012) aponta que a Bunge estabeleceu uma relação de subordinação com os produtores agrícolas da região, que dura até hoje, uma vez que controla as infraestruturas de armazenagem e possui a sede beneficiadora mais próxima das grandes fazendas produtoras de soja. Ademais, a empresa atua no comércio de insumos e no financiamento da produção nos moldes do sistema bancário, deixando os produtores agrícolas com poucas opções para comercializar sua produção, ou seja, atrelados a esse oligóprio.

Nesse contexto, Peixinho e Scopel (2009) ressaltam que a presença da Bunge consolidou mudanças que já vinham se projetando na produção agrícola, nos Cerrados Piauienses. Desse modo, a atuação dessa empresa influenciou o crescimento acelerado da produção de soja na região, bem como as profundas alterações socioespaciais resultantes desse processo.

Gráfico 2 - Série histórica da produção de soja (mil toneladas), Piauí, (1998-2019)



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2020.

Como é possível verificar no Gráfico 2, houve um crescente¹³ aumento da produção de soja no Piauí, especialmente após 2002, com a instalação da unidade da Bunge em Uruçuí/PI.

Tal avanço acelerado da agricultura moderna, após a década de 2000, aprofundou ainda mais a concentração de terras no sul do Piauí. Essa situação é demonstrada a seguir, a partir dos dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006, 2017) dos três municípios piauienses que, atualmente, apresentam a maior produção de commodities agrícolas do estado: Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus e Uruçuí.

Conforme os dados da Tabela 2, referente ao município de Baixa Grande do Ribeiro, entre os anos de 1995 e 2017, houve uma redução significativa do número dos estabelecimentos de até 100 hectares e entre 100 e 1000 hectares, enquanto isso, o número de estabelecimentos com mais de 1000 hectares apresentou um aumento de 7 unidades. Esse último grupo de área correspondia, em 1995, a 83% da área total e, em 2017, passou a corresponder a 92% da área total.

Tabela 2 - Número de estabelecimentos e porcentagem da área total dos estabelecimentos, município de Baixa Grande do Ribeiro/PI, 1995 e 2017

Grupos de área	1995		2017	
	Nº de estabelecimentos	% área total	Nº de estabelecimentos	% área total
<i>Até 100 ha</i>	1.327	6,62	512	3,25
<i>Entre 100 a 1000 ha</i>	365	9,5	89	4,7
<i>Mais de 1000 ha</i>	28	83,88	35	92,03

Fonte: IBGE – Censo agropecuário, 1995, 2017.

Os dados demonstram que a distribuição, extremamente desigual do acesso à terra em Baixa Grande do Ribeiro, aumentou ainda mais nas últimas décadas, coincidindo com a expansão da agricultura moderna. Em 1995, a área plantada de soja no município era de pouco mais de 5 mil hectares, expandindo para 179 mil hectares em 2017 (PAM/IBGE, 2017).

¹³ A queda da produção observada em 2016 decorre de uma quebra de safra devido à falta de chuvas provocada pelo fenômeno El Niño (CANAL RURAL, 2016).

Os dados da estrutura fundiária dos municípios de Uruçuí e Bom Jesus demonstram uma situação similar aos de Baixa Grande do Ribeiro, conforme é apresentado a seguir.

Tabela 3 - Número de estabelecimentos e porcentagem da área total dos estabelecimentos, município de Uruçuí/PI, 1995 e 2017.

Grupos de área	1995		2017	
	Nº de estabelecimentos	% área total	Nº de estabelecimentos	% área total
<i>Até 100 há</i>	1.402	5,64	913	4,32
<i>Entre 100 a 1000 ha</i>	266	30,59	221	12,49
<i>Mais de 1000 ha</i>	64	63,75	86	83,18

Fonte: IBGE – Censo agropecuário, 1995, 2017

Assim como em Baixa Grande do Ribeiro, os dados do município de Uruçuí, apresentados na Tabela 3, apontam que, entre 1995 e 2017, houve uma redução dos estabelecimentos de até 100 hectares e entre 100 e 1000 hectares, ao passo que aumentou o número dos estabelecimentos com mais de 1000 hectares. Esses, em 1995, eram responsáveis por 63% da área total e, em 2017, passaram a representar 83% da área total dos estabelecimentos do município. Do mesmo modo, a acentuação da concentração de terras ocorreu concomitantemente à expansão da produção de commodities agrícolas, pois a área plantada com a oleaginosa, no município, em 1995, era de apenas 6 mil hectares, aumentando para 134 mil hectares em 2017 (PAM/IBGE, 2017).

Tabela 4 - Número de estabelecimentos e porcentagem da área total dos estabelecimentos, município de Bom Jesus/PI, 1995 e 2017

Grupos de área	1995		2017	
	Nº de estabelecimentos	% área total	Nº de estabelecimentos	% área total
<i>Até 100 há</i>	1.854	5,97	894	5,39
<i>Entre 100 a 1000 ha</i>	274	14,03	91	11,25
<i>Mais de 1000 ha</i>	61	79,98	39	83,25

Fonte: IBGE – Censo agropecuário, 1995, 2017.

No município de Bom Jesus a situação não é diferente. Segundo dados da Tabela 4, observa-se que entre 1995 e 2017 as propriedades com menos de 100 hectares e entre 100 e 1000 hectares apresentaram uma redução tanto em unidades, quanto na porcentagem de área total. No mesmo período, também

houve uma redução do número de propriedades com mais de 1000 hectares, porém, essas áreas que, em 1995, correspondiam a 79% do total, em 2017, passaram a representar 83% da área total dos estabelecimentos do município.

Como é possível inferir em Baixa Grande do Ribeiro, Uruçuí e no município de Bom Jesus a concentração de terras se acentuou com o avanço da agricultura moderna. A produção de soja nesse município teve início em 1998, com área plantada de apenas mil hectares e produção de cerca de 2 mil toneladas, expandindo em 2017, para 67 mil hectares, com produção de 176 mil toneladas (PAM/IBGE, 2017).

Portanto, nos três principais municípios produtores de commodities agrícolas dos Cerrados Piauienses verifica-se um aumento da porcentagem de área total controlada pelas unidades com mais de 1000 hectares. Segundo Saweljew (2019), as fazendas produtivas de soja, sobretudo as pertencentes às grandes empresas, necessitam de áreas extensas para atender à sua escala de produção, isto é, para obter o lucro da produção devido ao volumoso capital investido. Logo, a acentuação da concentração fundiária, nas últimas décadas, está diretamente associada à expansão da produção dessa oleaginosa (PEIXINHO, SCOPEL, 2009).

Essas grandes propriedades, destinadas à produção agrícola moderna, não surgiram de antigos latifúndios de pecuária extensiva, mas da incorporação de terras públicas, avançando sobre as áreas das chapadas cobertas pela vegetação original do Cerrado (JESUS, FABRINI, 2017). Contudo, não se tratavam de espaços vazios, conforme insiste o “discurso pioneiro”, adotado pelo Estado (PEIXINHO; SCOPEL, 2009). Ao contrário, essa região era majoritariamente ocupada por comunidades tradicionais, quilombolas e povos indígenas, que utilizavam as chapadas de forma comunitária para caça, extrativismo e para soltura do gado. Logo, a substituição da vegetação original dessas áreas pelas lavouras modernas não refletiu apenas em problemas ambientais, mas afetou o modo de vida dessas populações e acirrou as disputas territoriais no sul do Piauí. Todavia, essas populações não foram eliminadas, pois muitas ainda resistem nos vales úmidos, lutando pelo reconhecimento legal dos territórios que ocupam, desde tempos imemoriais (ALVES, 2006).

É nesse contexto que tem se estabelecido uma sobreposição de arranjos produtivos nos Cerrados Piauienses (ELIAS, 2006), ou seja, a coexistência de

diferentes usos do território, que comportam lógicas e temporalidades distintas. Dessa forma, nas chapadas verifica-se o avanço da agricultura moderna mundializada, que atende a racionalidade imposta pelo mercado financeiro, com a produção em larga escala baseada no controle dos fatores naturais por meio das inovações técnicas e científicas. Nos vales úmidos resistem os camponeses das comunidades tradicionais, os indígenas e os quilombolas, que apresentam lógicas de uso do território pautada em saberes vernaculares¹⁴ (PORTO-GONÇALVES, 2019) baseados no tempo e nas características naturais do Cerrado. O uso dos baixões e chapadas pelas comunidades tradicionais no Sul do Piauí será abordado no próximo capítulo.

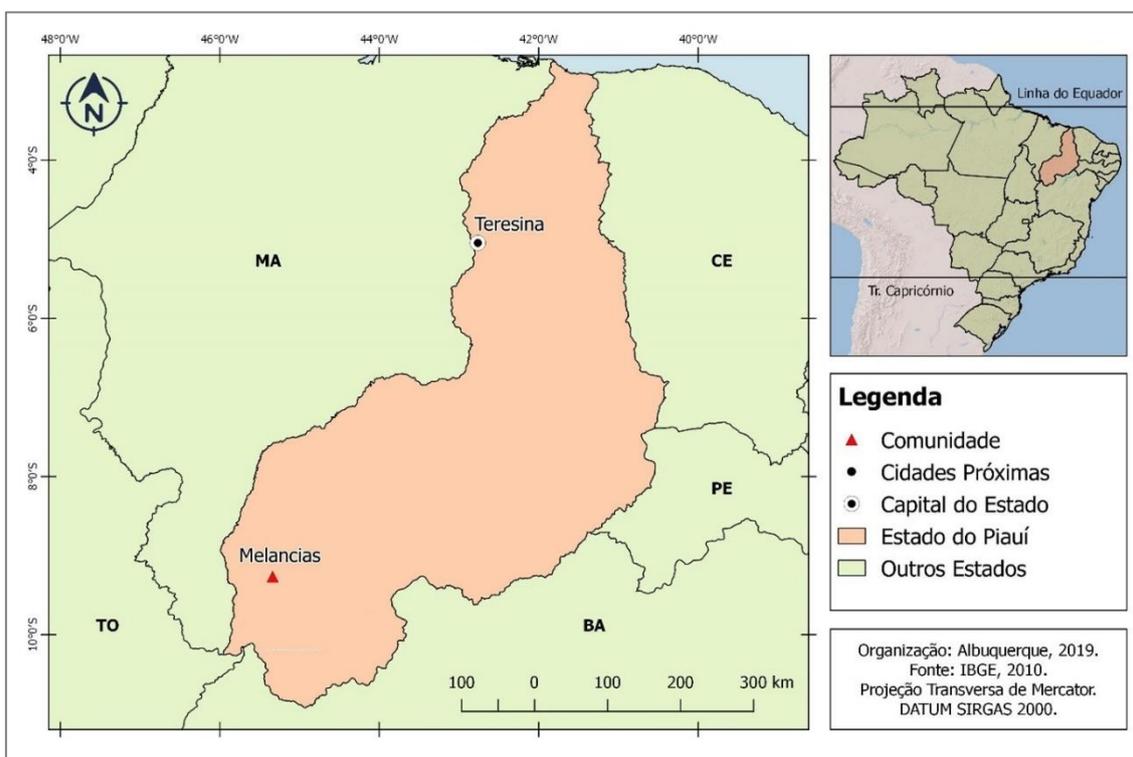
¹⁴ Conforme Porto-Gonçalves (2019, p.03) "O termo "vernacular" é usualmente utilizado para referir-se à linguagem própria de uma nação ou lugar, sem influências de estrangeirismos. Estende-se aos saberes e práticas próprios de um lugar, ou seja, situados geograficamente, bem como acumulados e transmitidos por tradição".

CAPÍTULO 2 – O território usado pela Comunidade Melancias no sul do Piauí

2.1. Território Tradicional Melancias

O Território Tradicional Melancias está localizado em um fundo de vale da Serra do Quilombo, na zona rural do município de Gilbués/PI, na mesorregião do Sudoeste Piauiense. Atualmente, são 54 famílias e cerca de 140 pessoas que vivem neste território e que se autorreconhecem como Ribeirinhos-Brejeiros¹⁵. Garantem a sua subsistência a partir da agricultura de grãos, cereais, raízes e de pasto, além do extrativismo e coleta de frutos, da criação de gado bovino e de outros animais.

Mapa 3 – Localização do Território Tradicional Melancias

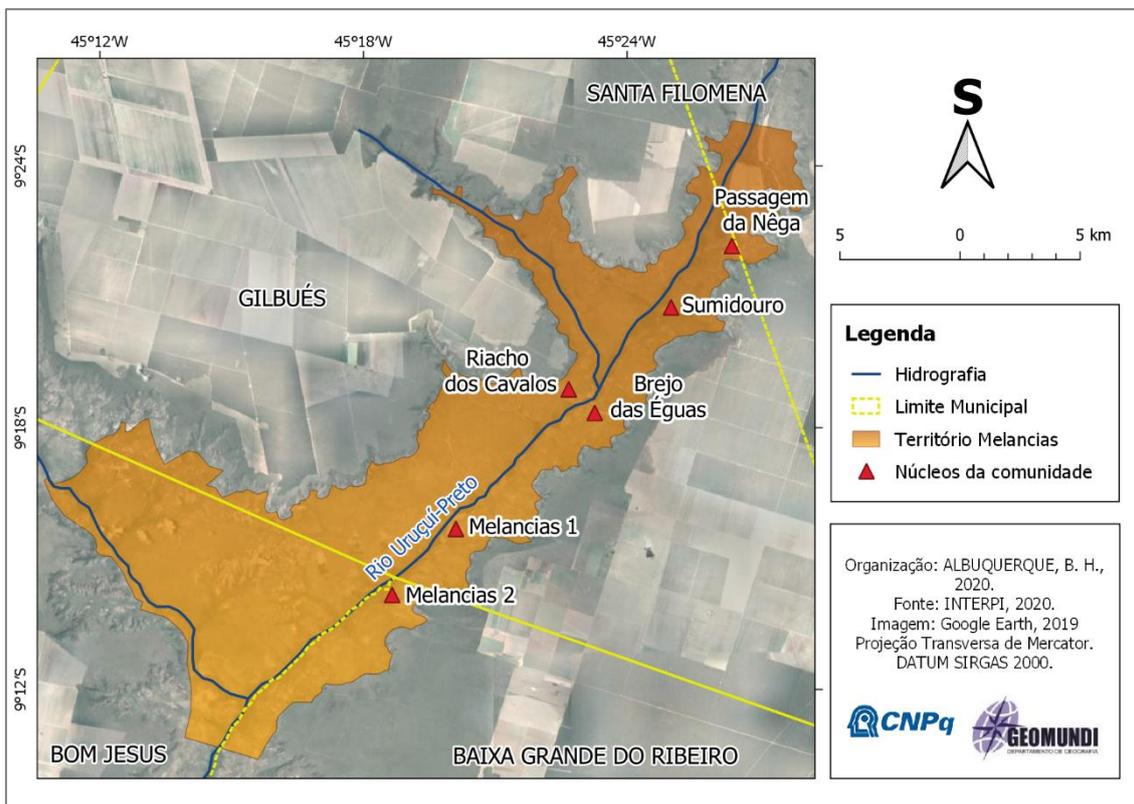


O território é constituído por seis núcleos: Passagem da Nega, Sumidouro, Brejo das Éguas, Riacho dos Cavalos, Melancias 1 e Melancias 2. Os núcleos correspondem a áreas que conglomeram de 4 a 7 casas que, além

¹⁵ Povos Ribeirinhos são aqueles que vivem à margem de rios e apresenta, agricultura de subsistência, a coleta de frutos e a pesca artesanal – seus principais meios de subsistência –, enquanto brejeiros são aqueles que residem em brejos e outras áreas alagadiças.

de manter algum grau de parentesco entre as famílias, compartilham os recursos do mesmo território.

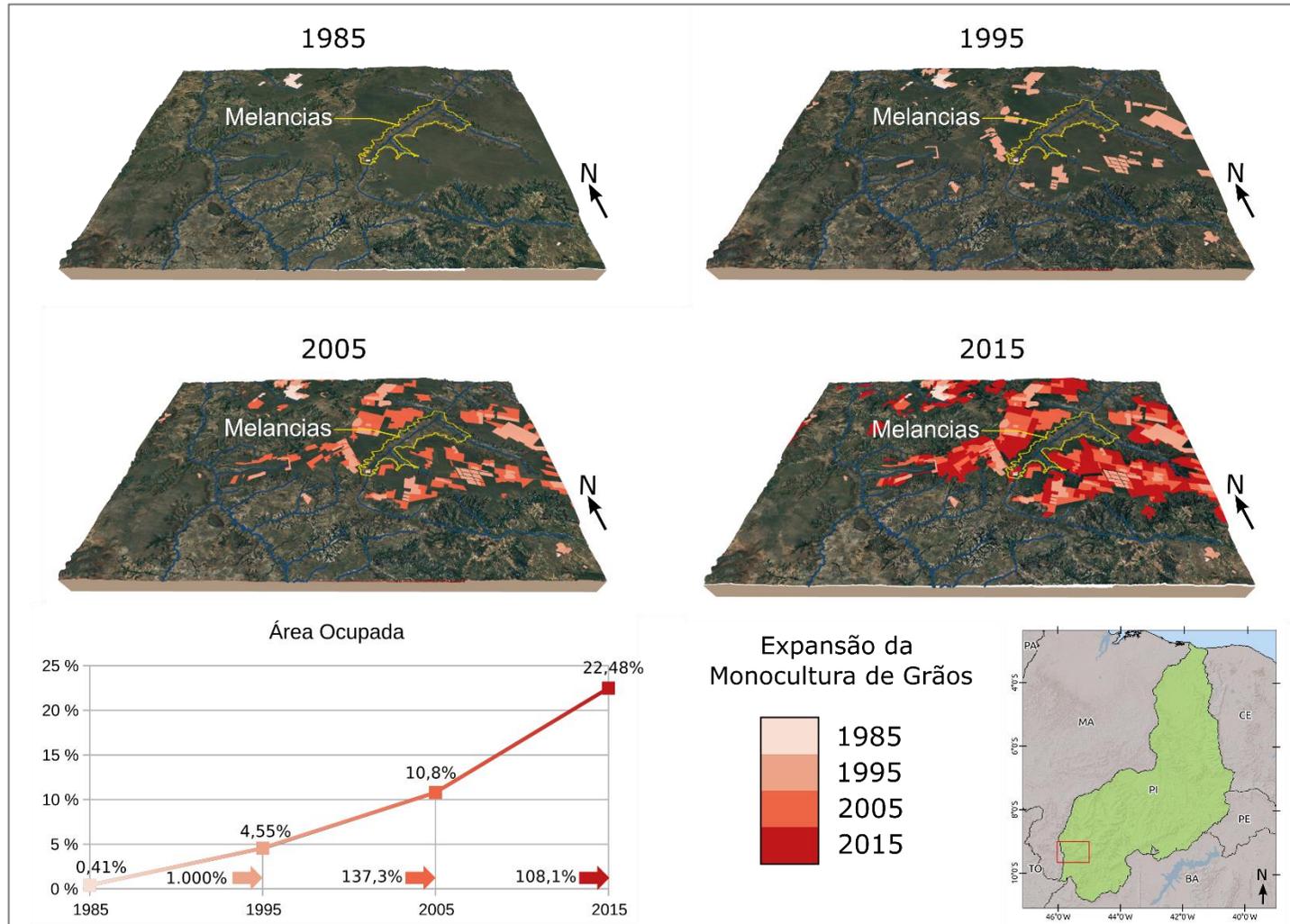
Mapa 4 – Território Tradicional Melancias, Gilbués/PI



Assim como muitas das comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas presentes nos Cerrados Piauienses, o Território Melancias reivindica o direito de permanecer em seu território frente ao avanço da agricultura moderna na região. Antes da chegada dos chamados projeteiros¹⁶, os ribeirinhos-brejeiros não tinham a preocupação imediata em garantir documentos de titularização legal de seu território. No entanto, o avanço das fazendas monocultoras de grãos, tem pressionado o território e comprometido o modo de vida da comunidade.

¹⁶ As comunidades tradicionais do Sul do Piauí utilizam a denominação projeteiros para designar os donos das grandes fazendas da região. São assim chamados por serem associados aos grandes proprietários de terras que foram beneficiados pelos projetos estatais durante a década de 1970 com objetivo de incentivar a produção agrícola moderna na região.

Figura 1 – Bloco diagrama do avanço da monocultura de grãos nas chapadas da região do Território Melancias



Organização: ALBUQUERQUE, B. H., 2021. Fonte: Google Earth, 2021.

O bloco diagrama representa o avanço da monocultura de grãos nas chapadas do entorno do Território Melancias nas últimas décadas. A tridimensionalidade evidencia que expansão da agricultura moderna ocorreu sobretudo, sobre os planaltos. Como já mencionado essas áreas favorecem a utilização de maquinário agrícola para produção em larga escala devido o aplainamento. Enquanto as comunidades tradicionais da região, de maneira geral, estabeleceram-se nos fundos de vale em função da presença de cursos d'água e de terras férteis para agricultura de subsistência.

O gráfico apresenta os percentuais que correspondem a área ocupada pelas lavouras monocultoras de grãos na área selecionada para a representação do bloco diagrama. Desse modo, em 1995 essas lavouras ocupavam 0,41% da área representada, passando para 4,55% em 2005, depois para 10,8% em 2005 e, por fim, para 22,48% em 2015. Entre os anos 1985 e 1995, o aumento dessa área ocupada pela produção de grãos foi de 1000%, porém esse percentual se dá em relação a um período em produção de grãos era praticamente inexistente na região. Já entre os anos 1995 e 2005, essa expansão foi de 137,3%, e entre 2005 e 2015 de 108,1%.

Desse modo, é possível observar como a expansão da agricultura moderna na região em que se localiza o Território Melancias ocorreu de forma acelerada, principalmente a partir da década de 1990. Este período coincide com a implementação de políticas governamentais e incentivos fiscais para a difusão da agricultura moderna nas áreas de Cerrado que foram abordados no primeiro capítulo. Tais políticas atraíram grupos de produtores de outras localidades para o sul do Piauí, o que deu início a uma nova dinâmica de uso e ocupação na região (ALVES, 2017).

Durante os trabalhos de campo no Território Melancias, os ribeirinhos-brejeiros apontaram uma série de alterações ambientais que têm afetado o território. Entre estes, o uso abusivo de agrotóxicos pelas fazendas, as grandes erosões nas escarpas e o assoreamento do rio ocasionado pelo desmatamento das chapadas.

Além disso, relatam diversos conflitos que passaram a enfrentar diante da pressão das fazendas que avançaram sobre o território da comunidade. Devido às ameaças de expropriação e o uso da violência, eles passaram a ser impedidos de ter acesso a algumas áreas e recursos dentro de seu território que

são fundamentais para garantir sua subsistência. Dessa forma, a luta pelo reconhecimento e regularização do território tradicional passou a ser um elemento central para a comunidade. Contudo, os ribeirinhos-brejeiros destacam as dificuldades e a morosidade em conseguir regularizar seu território junto ao Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), processo que teve início em 2018 e ainda segue em andamento¹⁷.

A primeira etapa do processo de regularização do Território Tradicional Melancias consistiu na elaboração do Diagnóstico Técnico-Antropológico¹⁸ (INTERPI, 2018). Nesse documento é apresentada uma genealogia que identificou antigos moradores que já ocupavam o território entre os anos finais do século XIX e do início do século XX. Somado a isso, o documento destaca que a presença de fornos e casas de adobe abandonados e dos cemitérios de pedra nesta área indicam que esta ocupação territorial ocorre há mais de 120 anos.

Ainda segundo esta peça técnica (INTERPI, 2018), os núcleos que compõem este território tradicional resultam de diferentes processos de migratórios. O primeiro teria ocorrido possivelmente no período pós-abolição, quando mulheres e homens negros que saíram de fazendas próximas da região se fixaram nas margens do Rio Uruçuí-Preto, mais precisamente na área do núcleo que hoje recebe o nome de Passagem da Nega, onde a mata fechada do Cerrado seria favorável para que não fossem encontrados com facilidade. O segundo movimento se refere à chegada de retirantes, oriundos principalmente do Estado da Bahia, que após a seca rigorosa de 1932, estabeleceram-se na região em busca de terras agricultáveis e do acesso facilitado a água. Como último movimento importante, o relatório indica que migrantes de diversas localidades do país se deslocaram e se fixaram em Gilbués atraídos pela descoberta de jazidas de diamantes em 1946. Estes movimentos convergiram

¹⁷ O INTERPI deu início ao processo de regularização do Território Melancias em 2018, após reivindicações dos povos e comunidades tradicionais piauienses junto a órgão e iniciativas internacionais, assunto que é abordado com mais detalhes no capítulo 3.

¹⁸ Peça técnica elaborada pelo Antropólogo Edmundo Fonseca Machado Junior a serviço do INTERPI, para compor a documentação do processo de regularização do território tradicional. Este documento, assim como o processo, insere-se no "Projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social" financiado pelo Banco Mundial, que passou a priorizar a regularização de terras ocupadas tradicionalmente após receber uma série de denúncias por parte das comunidades e organizações internacionais de estar atuando na regulamentação da grilagem de terras no Sul do Piauí.

quando os migrantes estabeleceram residência e constituíram casamentos, dando origem ao território que atualmente é ocupado por seus descendentes.

Atualmente a maior parte das casas do território são de alvenaria, porém muitos mantiveram as estruturas das antigas casas de adobe como um anexo integrando uma cozinha mais ampla nos quintais. Embora muitas casas apresentem fogão e acesso ao gás de cozinha, a maioria das mulheres preferem utilizar o fogão a lenha no preparo da comida. O quintal da maioria das casas tem acesso a brejos e são margeados pelo rio Uruçuí-Preto, tributário do rio Parnaíba, que atravessa o território, sendo utilizado para higiene pessoal, alimentação e pesca.

Fotografia 1 – Casa (Esq.) e quintal (dir.) no núcleo Melancias 1, Território Melancias, Gilbués/PI.



Fotografias: Bruna Henrique Albuquerque, em março de 2020.

Com a exceção do núcleo Melancias 2, todas as casas do território possuem acesso à energia elétrica. Além disso, em 2019 foram instaladas torres que deram acesso a rede de telefonia e internet aos camponeses. Segundo Colaço e Sparemberger (2010), os recursos online podem ser instrumentos eficientes na luta pelos direitos das comunidades tradicionais, pois possibilitam a comunicação e a organização entre estas e organismos que apoiam suas reivindicações. Os autores ainda apontam a importância de garantir o direito à informação e comunicação para o maior acesso aos serviços de segurança e emergência médica e hospitalar, além da educação que é favorecida pela

possibilidade de acesso e intercâmbio de conhecimentos científicos, tradicionais e culturais.

O território possui uma escola multisseriada, isto é, que reúne diferentes séries e níveis em uma turma com apenas um docente responsável pela condução do trabalho pedagógico. De acordo com relatos dos camponeses e pelo que foi observado durante o trabalho de campo, a casa onde funciona a escola apresenta condições precárias de infraestrutura que interferem no desenvolvimento das atividades e podem colocar as crianças em risco. Diante disso, a construção de uma nova escola também se apresenta como umas das reivindicações da comunidade.

Fotografia 2 – Visão externa (Esq.) e interna (dir.) da escola do Território Melancias, Gilbués/PI.



Fotografias: Bruna Henrique Albuquerque, em março de 2020.

A atual escola atende apenas os anos iniciais do Ensino Fundamental, o que faz com que as crianças tenham que se deslocar para a cidade de Gilbués para continuar seus estudos. Para tanto, alguns moradores possuem casas na cidade onde geralmente a mãe ou uma outra familiar em idade adulta cuida das crianças. Segundo os moradores, muitos jovens, em sua maioria as mulheres, seguem para o ensino superior e se fixam em outros municípios.

Contudo, a relação do território tradicional com a cidade não se baseia apenas no acesso às escolas dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. O deslocamento para a área urbana também se faz necessário

para a realização de outros serviços, como: bancários, jurídicos e de saúde. Além disso, a cidade é o local de venda do excedente e onde os moradores buscam os produtos que não são produzidos na comunidade. Isso revela que o Território Melancias apresenta uma dinâmica importante com o espaço urbano, não se constituindo como um conglomerado de camponeses que vivem de maneira isolada.

A área urbana do município de Gilbués está localizada a aproximadamente 70 quilômetros de distância do Território Melancias. Este trajeto conta com uma estrada de terra que atravessa a comunidade tradicional até a BR-235 que dá acesso à cidade. Como não há transporte público para esta rota, a principal forma de locomoção dos ribeirinhos são as motocicletas que passaram a substituir os jegues desde o início dos anos 2000¹⁹. O tempo médio deste deslocamento é de 1 hora e 30 minutos dependendo das condições da estrada de terra, pois no período das chuvas ocorre a formação de buracos e valetas e no período mais seco a característica arenosa dos solos aumenta o risco de acidentes e atolamentos. Por outro lado, o trecho da BR-235 é totalmente pavimentado, visto que esta rodovia foi construída para atender a demanda pelo escoamento da produção de grãos da região.

O território tradicional também possui uma relação com algumas das fazendas próximas, pois, apesar dos conflitos, muitos jovens da comunidade trabalham nelas. O regime de trabalho da maior parte deles consiste em permanecer nos alojamentos das fazendas durante a semana e retornar para suas casas no território tradicional apenas nos finais de semana e feriados. A maioria dos trabalhadores oriundos da comunidade ocupa cargos que exigem menor especialização e que apresentam menor remuneração, como a operação das máquinas agrícolas. Assim, revela-se uma divisão interna do trabalho, pois geralmente os cargos mais especializados e mais bem remunerados são

¹⁹ Segundo Sússekind e Azevedo (2019), os jegues, animais muito utilizados para transporte e trabalho, passaram a ser substituídos por motocicletas em toda a região Nordeste a partir do início dos anos 2000. A facilidade de crédito do período e a popularização das motocicletas de baixo custo possibilitaram que as classes C e D, particularmente nas zonas rurais, adquirissem este meio de transporte. Desse modo, entre 2000 e 2014, a frota de motocicletas no Nordeste passou de 700 mil para 5,8 milhões. Como consequência, os jegues foram sendo gradualmente abandonados e passaram a viver soltos nas proximidades de estradas e rodovias provocando acidentes de trânsito na região.

ocupados por profissionais de outras localidades, em particular, das regiões Sul e Sudeste do país.

De acordo com Alves (2006), a modernização agrícola que se apresentou como uma promessa de inclusão nos Cerrados Piauienses, acabou por suscitar uma nova crise ao desarticular os meios de produção dos camponeses. As consequências ambientais e as pressões fundiárias sobre as comunidades tradicionais dificultam a subsistência em seus territórios, o que faz com que os camponeses tenham que vender sua força de trabalho nas fazendas ou no espaço urbano para sobreviver. Segundo o autor

O trabalho assalariado se converte em desarticulação das formas de vida desse universo camponês, enfraquecendo as formas de relações mediadas pela natureza e fortalecendo as mediadas pelo dinheiro (ALVES, 2006, p.170).

Em contraste com a racionalidade do agronegócio globalizado, o uso do território pelas comunidades tradicionais se baseia, sobretudo, nas condições da natureza. Dessa forma, enquanto as grandes fazendas monoculturas que avançam sobre a região buscam atender às demandas externas de produtividade com uso de inovações técnicas e científicas, os camponeses organizam sua produção e modo de vida segundo seus saberes vernaculares das potencialidades da natureza.

2.2. Tipologia do Território Melancias

O Cerrado é formado por um mosaico de diferentes tipos de fitofisionomias, isto é, áreas que se distinguem pela disposição, organização e arranjo das espécies vegetais e que podem ser classificadas de diversas formas (WALTER, 2006). Essas alternâncias da composição da flora no bioma são determinadas, principalmente, pela relação inerente ao nível do lençol freático, da composição e fertilidade do solo, da geomorfologia do relevo e da topografia (RIGONATO, 2005). A classificação destes diferentes terrenos, estabelecida pelos camponeses, possibilita compreender a importância que cada fitofisionomia representa para a comunidade, bem como as lógicas de uso e ocupação do território.

Nesse sentido, a partir do diálogo entre os saberes vernaculares do Território Melancias com os saberes científicos é possível estabelecer uma tipologia para compreender o uso do território pelos ribeirinhos-brejeiros. Para tanto, parte-se das características geomorfológicas da região em que esta e outras comunidades tradicionais se inserem.

O Território Melancias está localizado no compartimento regional de relevo dos Chapadões do Alto-Médio Parnaíba (LIMA, 1987), que compreende os extensos planaltos presentes no sul do Piauí, dentro da grande unidade estrutural da Bacia Sedimentar do Maranhão-Piauí (RADAM BRASIL, 1973). De modo geral, o relevo nessa região se caracteriza pelo contraste entre dois conjuntos topográficos: as chapadas e os vales.

As chapadas representam as formas de relevo em áreas de planalto com grandes superfícies, a mais de 600 metros de altitude, com topo aplainado e são limitadas por escarpas. Enquanto os vales correspondem às áreas mais baixas entre as vertentes das áreas de planalto, formando um corredor ou depressão longitudinal, que pode ter muitos quilômetros de extensão (GUERRA; GUERRA, 2011).

As áreas dos vales, por apresentarem altitude inferior ao seu entorno, são chamadas de "Baixão" por grande parte da população local. As comunidades tradicionais e posseiros dos cerrados escolheram essas áreas de vales para a construção de suas habitações devido à existência de vários recursos naturais (ALVES, 2006), como os cursos d'água, que possibilitam, ainda hoje, tanto a agricultura quanto a formação de pastagens para a criação de animais.

O "Baixão" do Território Melancias se localiza entre as chapadas da Serra do Quilombo (RADAM BRASIL, 1973). Além das casas dos camponeses e das áreas destinadas à agricultura e criação de animais, o "Baixão" também abriga outros lugares de grande significado para a comunidade, como a capela, a escola e o cemitério.

Fotografia 3 – O Baixão do Território Melancias entre as Serras, Gilbués/PI

Fotografia: Bruna Henrique Albuquerque, em abril de 2019.

A capela, por exemplo, além de acolher as celebrações religiosas, é o local onde as comunidades se reúnem para discutir sobre os conflitos da região e mobilizar a luta pela regularização do território. Próximo a essa capela, há um espaço no qual todos os anos, durante o mês de maio, ocorre o festejo dedicado à Santa Rita de Cássia, padroeira da comunidade. Logo ao lado, está localizada a escola, onde se oferece ensino multisseriado dos anos iniciais do ensino fundamental para as crianças. Assim, conforme apontado por Moraes (2000, p. 264), "O Baixão descortina-se, portanto, como o lócus de uma sociabilidade que envolve aspectos diversos das populações que ali vivem."

Alves (2009) evidencia os fatores que influenciaram a ocupação dos vales dos cerrados piauienses ao invés das áreas das chapadas, conforme aponta:

A pouca ocorrência de água na superfície dos platôs planos e a sua precária comunicação com os núcleos urbanos que se formaram na região, instalados frequentemente próximos aos principais rios, impediam que os piauienses habitassem os domínios dos platôs planos, exceto nos vales intercalados, denominados de Baixões, onde há água e terras férteis, e em muitos deles moram posseiros que sobrevivem de suas pequenas roças e do que podem extrair dos gerais (ALVES, 2009, p. 82).

Fotografia 4 – Capela De Santa Rita De Cássia, Território Melancias, Gilbués/PI



Fotografia: Bruna Henrique Albuquerque, em abril de 2019.

As áreas das chapadas também recebem outra denominação da população local, sendo chamadas de “serras”. Do ponto de vista geográfico, os geomorfólogos apontam que o conceito de serra é muito impreciso e, por isso, preferem empregar termos que indiquem uma explicação genética evolutiva do relevo (GUERRA; GUERRA, 2011). Apesar disso, de acordo com Lima (1987), o termo “serra” é utilizado de forma generalizada pela população local para se referir a todas as elevações piauienses.

Como já mencionado, a agricultura moderna avançou justamente sobre as “Serras”, devido às suas amplas áreas planas, que facilitam a mecanização da produção e às suas condições edafoclimáticas que possibilitam o desenvolvimento de cultivares adaptados (FREDERICO, 2018). Para tanto, o Estado difundiu um discurso de que essas áreas não possuíam nenhuma utilidade para a população local, e que se constituíam de grandes vazios a serem explorados (MORAES, 2006). Contudo, tanto as “Serras” quanto o “Baixão” possuem usos que se complementam, garantindo a manutenção da vida dos camponeses dos cerrados.

Antes da chegada do agronegócio, as “serras” apresentavam grandes áreas de vegetação nativa, constituídas predominantemente por terras devolutas e sem cercas. Os camponeses da região consideravam essas áreas lugares de uso comum, isto é, onde todos podiam utilizar os recursos existentes. Não eram espaços aproveitados para agricultura ou moradia, mas sim para a caça, o extrativismo de madeira, de frutas, de plantas medicinais e de mel. Ademais, muitas comunidades tradicionais piauienses costumavam soltar o gado nessas áreas em determinadas épocas do ano para aproveitar as pastagens naturais (ALVES, 2006).

Essa articulação entre o uso dos “baixões” e das “serras” pelos camponeses dos cerrados piauienses é ressaltada por Moraes (2009):

De fato, os solos da “chapada”, nos cerrados, só se tornaram propícios à prática da agricultura moderna com as tecnologias geradas pela chamada Revolução Verde (Moraes, 2000), nos anos 70. Esse terreno tampouco era tido pelos(as) camponeses(as) como lugar de cultivo agrícola, mas o sistema de reprodução desses povos agroextrativistas, tomado em sentido mais amplo, supõe uma articulação essencial entre “baixões” e “chapadas”. Assim, se o “Baixão” significa a territorialidade, toponímia (Tuan, 1983), delimitação da parentela, da vizinhança, a “chapada” é o mundo a perder de vista, a terra de ninguém e, por conseguinte, de todos – com funções nem por isso menos básicas para essa economia e esse modo de vida. Aliás, no sistema antigo, a “chapada” era um espaço de uso comum da “terra voluntária”, sem cercamento (p. 151).

Outra distinção de nomenclatura é o uso da palavra “chapada” que, para os ribeirinhos-brejeiros do Território Melancias, possui um significado bastante distinto da definição geomorfológica. Para eles, as chapadas correspondem às áreas que apresentam uma vegetação caracterizada pela presença do capim agreste (*Imperata brasiliensis*) e de algumas árvores nativas como, por exemplo, o Pequi (*Cariocar brasiliense*), a Mangabeira (*Hancornia speciosa*), o Jatobá (*Hymenaea courbaril*), entre outras. Assim, para eles, as áreas de chapada se localizam tanto dentro dos vales (os “Baixões”), quanto nas áreas dos planaltos, como um dos ribeirinhos relata:

“Eu não sei de modo geral, não entendo como que o pessoal falaram chapada e começaram essa coisa lá. Agora a nossa cultura de chamar chapada aqui é a terra de agreste. Chapada para nós aqui é a terra de agreste. Não é só em cima da serra.

Na verdade, a terra da serra que hoje é a terra da soja que nós chama, ela é de agreste também só que ela está no alto. Mas aqui, a chapada nossa é da escarpa da serra para a encosta das matas do rio. Então, essa chapada ela se limita como a Mata de Terra Firme. Você saindo da Mata de Terra Firme você pega a nossa chapada até a escarpa da serra, que nós chamamos de chapada.” (informação verbal)²⁰.

No entanto, ressalta-se que este significado das áreas de Chapada difere do indicado por outras comunidades dos Cerrados Piauienses, como é observado nos trabalhos de Moraes (2000), Campos (2015) e Alves (2006, 2009, 2017):

Outro domínio corresponde ao das terras altas, denominado pela população local de “gerais” ou “chapadas”, e se caracteriza por extensos platôs planos com menor presença de cursos d'água, mas com grande ocorrência de pastagens naturais, madeira, frutos silvestres, mel e animais de caça (ALVES, 2017, p. 22).

Portanto, enquanto outras comunidades tradicionais da região coincidem com a definição geomorfológica das áreas, e as designam como “gerais” ou “chapadas”, os ribeirinhos-brejeiros do Território Melancias caracterizam essas denominações, principalmente, pelo tipo de vegetação e pela forma como são aproveitadas.

Apesar de serem utilizadas para diversas atividades, os moradores apontam que o uso de maior importância é como pastagem natural para o gado bovino.

“A chapada, ela é usada de várias formas por nós aqui. Porque a chapada é onde está a madeira da cerca, é onde está alguma fruta nativa que você pega lá, o pequi, mangaba... Enfim, uma série de coisas lá na chapada nós pega. E para a pastagem do gado também, sem chapada não cria gado também, não tem como. E a chapada é uma excelente coisa para criar o gado.” (informação verbal)²¹

²⁰ Entrevista fornecida por Seu Juarez. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (150 min.).

²¹ Entrevista fornecida por Seu Juarez. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (150 min.).

Fotografia 5 – Área de chapada segundo a tipologia do Território Melancias, Gilbués/PI



Fotografia: Martine Guibert, em abril de 2019.

Além disso, essas chapadas são áreas que, embora também estejam dentro do "Baixão", geralmente não são aproveitadas para agricultura devido à baixa qualidade do solo e à dificuldade de abrir áreas de cultivo sem a utilização de máquinas.

A chapada pode servir para roça mecanizada, mas sem mecanizar a chapada não produz aqui, para nós, nem pasto para o gado. Sem mecanizar, não. Nem o pasto do gado não segura. Ela é, como nós chamamos de terra fraca, e se ele nascer esse ano, no outro ano ele já se acabou. Então, ela só serve para roça, no caso, se for mecanizada.” (informação verbal)²².

Ao relacionar a classificação fitofisionômica do Cerrado, proposta por Ribeiro e Walter (2008), com as características das áreas de chapada, indicadas pelos camponeses do Território Melancias, percebe-se que essas áreas possuem vegetações de diferentes tipos de fitofisionomias. Conforme as particularidades apontadas pelos camponeses que definem as áreas dentro do Baixão, pode-se dizer que as áreas de chapadas apresentam vegetação típica

²² Entrevista fornecida por Seu Juarez. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (150 min.).

da formação florestal Cerradão, das formações savânicas Cerrado Sentido Restrito e Parque de Cerrado e da formação campestre do Campo Sujo.

Além das áreas designadas como chapadas, os camponeses diferenciam outros tipos de espaços dentro do Baixão. Conforme é apontado por Moraes (2000), os camponeses dos cerrados, a partir de seu relacionamento com o meio, elaboram uma complexa classificação dos tipos de terrenos, que se baseia nas distinções das características do solo, da vegetação, do clima e, sobretudo, dos usos que são feitos de cada um destes espaços naturais. Com isso, o Território Melancias possui uma tipologia local do Baixão que, basicamente, se divide entre: áreas de Chapada, Mata de Rio, Mata de Terra Firme e Vereda.

A Mata de Rio, como o nome indica, corresponde às áreas de vegetação que se encontram no entorno dos cursos d'água. Os ribeirinhos do Território Melancias reconhecem a importância da preservação dessas áreas, como modo de proteger o rio do assoreamento. Assim evidencia o relato:

“O uso mesmo é pouco assim para alguma coisa. Às vezes a gente tira alguma madeirinha para uso nas nossas casas aqui, por exemplo, essa madeira redonda aí ela vem dali da Mata do Rio. Ela só dá na Mata do Rio. No alto, na chapada ela não dá essa madeira assim reta. Às vezes a gente tira lá da Mata do Rio. E no mais só para usar algum fruto. Para trabalhar nós anteriormente já plantamos nessa Mata de Rio, mas aí a gente viu, depois, que a gente teve outros impactos, aí a gente não mexeu mais na mata, porque vimos que nosso rio está começando a baixar e daí nós não mexemos nela. É a cultura nossa aqui já, ninguém mexe nessa mata. Assim, só para isso tirar, às vezes, uma madeira e tal, mas que nós considera ela a protetora do rio ali.” (informação verbal)²³.

Conforme as características apontadas pelos camponeses, a Mata de Rio corresponde à vegetação típica da formação florestal das Matas Ciliares e das Matas de Galerias. Estas fitofisionomias se assemelham pela associação ao curso de água, e se diferenciam por sua estrutura e altitude (RIBEIRO; WALTER, 2008). Contudo, não existe distinção para os camponeses, isto é, ambas as fitofisionomias compõem as Matas de Rio. Os camponeses também indicam a presença do Buriti (*Mauritia flexuosa*) como um traço importante das áreas de Mata de Rio, confirmando a correspondência entre essas denominações, pois

²³ Entrevista fornecida por Seu Juarez. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (150 min.).

segundo Ribeiro e Walter (2008), essa é uma árvore característica das fitofisionomias das matas de galeria, Veredas e buritizais.

Fotografia 6 – Mata de rio, Território Melancias, Gilbués/PI.



Fotografia: Bruna Henrique Albuquerque, em abril de 2019.

Também é nas áreas de Mata de Rio onde são localizados os brejos que, para a comunidade, correspondem a pequenas nascentes. Este significado se assemelha bastante à definição geomorfológica, que aponta os brejos como terrenos planos encharcados, que surgem nas regiões de cabeceira ou em zonas de transbordamento de rios (GUERRA; GUERRA, 2011), como apontado na fala a seguir:

“Brejo aqui, na verdade o brejo, que nós chamamos, seria a Mata do Rio. Mas também, assim, brejo é aquelas pequenas nascentes, que nós chamamos de brejo. São as pequenas nascentes. Então, essas pequenas nascentes, que nós chamamos aqui de brejo, e esses brejos está lá, porque todo brejo é sortido do buriti, Buritirana e tem as Bacabas no entorno, nas encostas da terra dura e eles estão por lá. E nós usa esses frutos.” (informação verbal)²⁴.

²⁴ Entrevista fornecida por João. Entrevista n. 3 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (35 min.).

O Território Melancias é atravessado pelo Rio Uruçuí-Preto, cuja nascente está próxima aos limites dos municípios de Santa Filomena e Gilbués, no interflúvio Parnaíba/Gurguéia. Seu curso se estende por 300 quilômetros, destacando-se como um dos principais afluentes da bacia do rio Parnaíba. Possui uma área total de mais de 15 mil quilômetros quadrados – representando cerca de 5% do território piauiense – e abrange parte da região sudoeste do estado projetando-se do sul em direção ao norte (COMDEPI, 2002).

O Rio Uruçuí-Preto é fundamental para a manutenção do modo de vida no Território Melancias. O quintal da maioria das casas tem acesso a esta drenagem, do qual utilizam a água para abastecimento, higiene pessoal, alimentação e pesca. Os moradores da comunidade se identificam como ribeirinhos-brejeiros, pelo reconhecimento da importância do rio:

“O rio para nós é uma grande importância. O rio é um dos maiores potencial nosso, porque tudo nós depende desse rio. A água do rio aqui para tudo usa, para beber, lavar, irrigar, se for o caso. Para nós, para os animais, tudo bebe desse rio e vive, e só vive com ele. Sem ele, nós não vive aqui. Então, para nós, o rio aqui é tudo.” (informação verbal)²⁵.

²⁵ Entrevista fornecida por Seu Juarez. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (150 min.).

Fotografia 7 – Rio Uruçuí-Preto, Território Melancias, Gilbués/PI



Fotografia: Bruna Henrique Albuquerque, em abril de 2019.

Próximos às Matas de Rio, encontram-se os terrenos mais propícios para a agricultura. A vegetação deste espaço é chamada de Mata de Terra Firme, Mata de Roça ou Mata de Trabalho. Os camponeses da comunidade apontam que a maior parte dessas áreas é favorável para abertura e cultivo das roças em razão da umidade e da fertilidade dos solos. Sobre essas áreas destacam-se as seguintes falas dos camponeses:

“Para nós aqui, a Mata de Terra Firme ela é uma área de Mata também, só que é essa a mata de nosso cultivo de roça. Essa Mata de Terra Firme é a nossa roça. É onde nós planta o arroz, o milho, o feijão, a mandioca. Enfim, a plantação nossa é na Mata de Terra Firme.” (informação verbal)²⁶.

“Fica mais distante. É muito difícil, às vezes, a mata firme ir até no rio. Às vezes, tem algum lugar que vai. Aí nós usa a mata enxuta para o plantio.” (informação verbal)²⁷.

²⁶ Entrevista fornecida por Seu Juarez. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (150 min.).

²⁷ Entrevista fornecida por João. Entrevista n. 3 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (35 min.).

Fotografia 8 – Mata de Terra Firme com Roças, Território Melancias, Gilbués/PI

Fotografia: Bruna Henrique Albuquerque, em março de 2020.

De acordo com as características de vegetação e solo, as áreas designadas como Mata de Terra Firme assemelham-se, em grande parte, à fitofisionomia da formação florestal de Mata Seca, conforme a classificação proposta por Walter e Ribeiro (2008):

Sob a designação Mata Seca estão incluídas as formações florestais no bioma Cerrado que não possuem associação com cursos de água, caracterizadas por diversos níveis de caducifolia durante a estação seca. A vegetação ocorre nos interflúvios, em locais geralmente mais ricos em nutrientes. (WALTER; RIBEIRO, 2008, p. 170).

Os camponeses do Território Melancias identificam, ainda, áreas dentro do Baixão que são denominadas Veredas. Para eles, estas áreas correspondem às faixas arbustivas localizadas entre a Mata de Rio e a Mata de Terra Firme ou Chapada, como é relatado:

“A Vereda, como vocês viram, ela é aquela área aberta com pouca árvore, lugares que não têm, de jeito nenhum, só tem aquele capinzinho, mas ali não foi aberto, ali é natural. A natureza já deixou ali dessa forma. (...) As Veredas é essa faixa de terra, como vocês chegaram a ver. (...) ela é uma área de terra úmida, como vocês viram, ela é próxima das matas do rio

e essa terra, ela é úmida. Só tem Vereda em terra úmida. Então essa terra úmida é onde ela brota e onde nós escapa o gado na época difícil, na época da seca, no tempo mais seco. Então, é uma área, para nós, de grande utilidade, por isso. Nós não trabalhamos nela, ela não produz sem mecanismo e nem nada, mas nós tem essa grande precisão dela para criar gado, porque se nós não tiver as Vereda, nós não cria gado aqui também.” (informação verbal)²⁸.

Fotografia 9 – Veredas (Campo Limpo), Território Melancias, Gilbués/PI



Fotografia: Bruna Henrique Albuquerque, em abril de 2019.

Contudo, é importante salientar que o significado de Vereda, conforme a tipologia utilizada pelos camponeses, é distinta da proposta pela maioria das classificações das fitofisionomias do Cerrado. Ribeiro e Walter (2008), por exemplo, apresentam a seguinte definição para estas áreas:

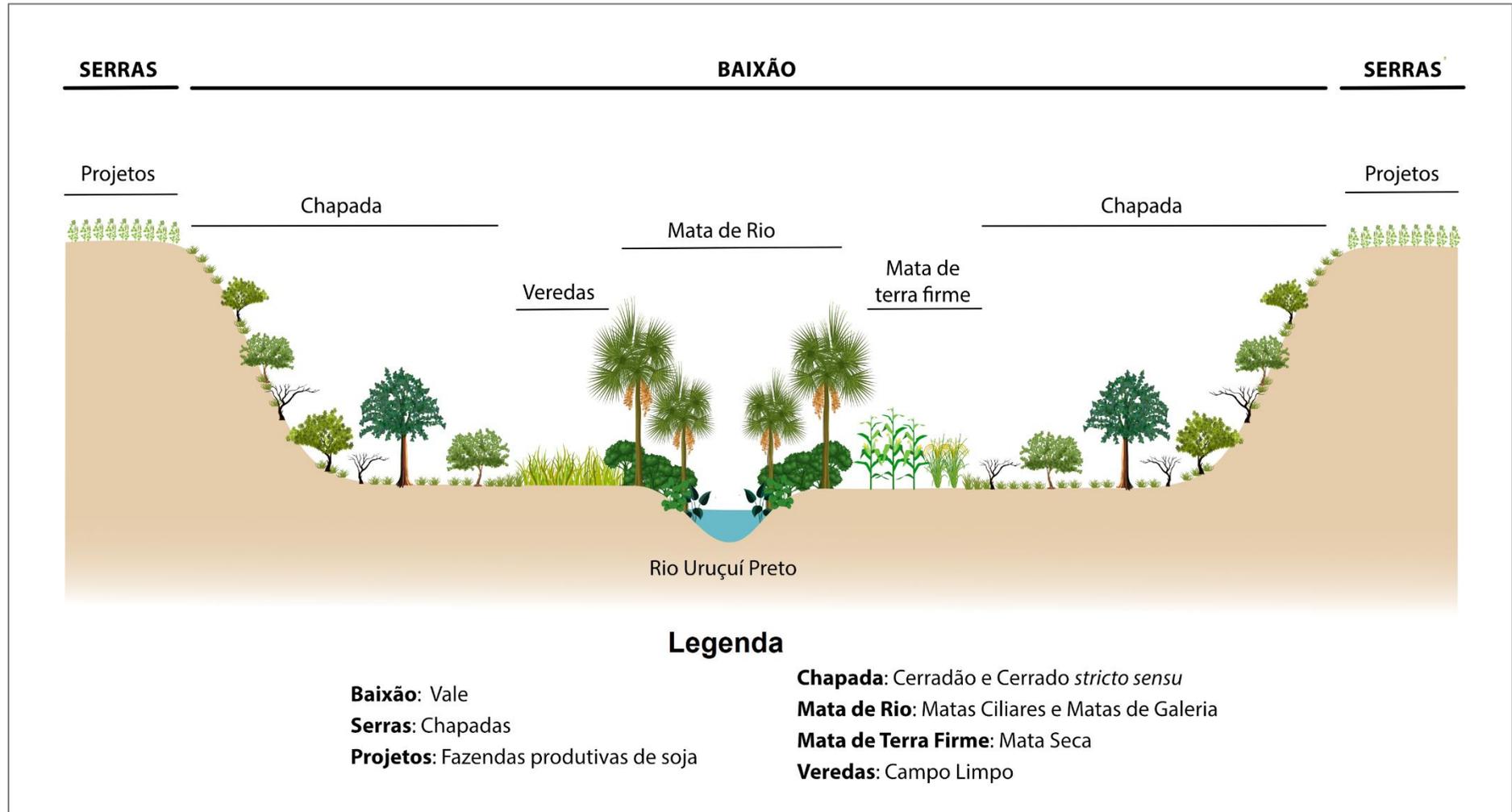
A Vereda é a fitofisionomia com a palmeira arbórea *Mauritia flexuosa* emergente, em meio a agrupamentos mais ou menos densos de espécies arbustivo-herbáceas. (...) As Veredas são circundadas por campos típicos, geralmente úmidos, e os buritis não formam dossel como ocorre no Buritizal (RIBEIRO; WALTER, 2008, p. 182).

²⁸ Entrevista fornecida por Seu Juarez. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (150 min.).

Assim, evidencia-se que a definição técnica de Vereda não coincide com o significado que este termo possui para a comunidade tradicional. De acordo com as características apontadas e as observações realizadas durante o trabalho de campo, a vegetação das áreas de Veredas, indicadas pelos camponeses do Território Melancias, correspondem à fitofisionomia da formação campestre Campo Limpo, segundo a classificação proposta por Ribeiro e Walter (2008).

O Campo Limpo é uma fitofisionomia predominantemente herbácea, com raros arbustos e ausência completa de árvores. Pode ser encontrado em diversas posições topográficas, com diferentes variações de grau de umidade, profundidade e fertilidade do solo. Entretanto, é encontrado com mais frequência nas encostas, nas chapadas, nos olhos d'água, circundando as Veredas e na borda das Matas de Galeria (RIBEIRO; WALTER, 2008, p. 185).

Figura 2 – Perfil simplificado da Tipologia do Território Melancias



Elaboração própria.

A tipologia local dos diferentes terrenos dentro do Baixão expressa a relação estreita da comunidade tradicional com seu território. A partir da compreensão de como classificam os espaços, é possível apreender as lógicas da ocupação e os usos do território. Além disso, o diálogo com estes saberes possibilita reconhecer as contrarracionalidades (SANTOS, 2000), assim como as transformações impostas pelo avanço do agronegócio globalizado na região.

2.3. Horizontalidades dos Baixões Piauienses

Ao longo dos séculos de ocupação, os camponeses presentes no Cerrado desenvolveram um amplo conhecimento das dinâmicas geográficas que existem neste bioma. De acordo com Mazzeto Silva (2012), a partir do contato e da influência dos povos originários da região, grande parte desse conhecimento foi constituído e adaptado, resultando em uma combinação de práticas agrícolas, criação de animais e extrativismo, garantindo a reprodução dessas populações camponesas.

Tais conhecimentos e práticas, fundamentais para a manutenção dos camponeses, são contrarracionalidades (SANTOS, 2000), que resistem a despeito das transformações consequentes do avanço da produção agrícola moderna das últimas décadas na região.

As horizontalidades, pois, além das racionalidades típicas das verticalidades que as atravessam, admitem a presença de outras racionalidades (chamadas de irracionalidades pelos que desejariam ver como única a racionalidade hegemônica). Na verdade, são contrarracionalidades, isto é, formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm nesse território a despeito da vontade de unificação e homogeneização, características da racionalidade hegemônica típica das verticalidades (SANTOS, 2000, p.110).

Assim, apesar das tensões e alterações impostas pelas verticalidades do agronegócio globalizado, muitas comunidades tradicionais do Cerrado continuam reproduzindo seus costumes locais. Estas contrarracionalidades revelam como as práticas e atividades das comunidades tradicionais são influenciadas pela diversidade natural e pela forma como se deu o povoamento da região. No caso do Sul do Piauí, este processo se baseou principalmente no

desenvolvimento da pecuária extensiva e no aproveitamento de terras de uso comum para agricultura de subsistência e extrativismo.

Desse modo, a análise das contrarracionalidades, isto é, das principais atividades e práticas do Território Melancias evidencia como a diversidade dos aspectos naturais influenciam os diversos usos que os camponeses fazem dele. A partir disso, foi possível construir uma topologia do território, que além do reconhecimento dos saberes vernaculares dos Ribeirinhos-brejeiros da rica biodiversidade do Cerrado, permite compreender e legitimar as reivindicações das comunidades diante das transformações impostas pela racionalidade da agricultura moderna na região.

2.3.1. Agricultura

A agricultura é uma das atividades mais importantes e visíveis realizadas dentro do Baixão. A sua produção se destina, majoritariamente, para consumo dos camponeses, enquanto parte do excedente é comercializada nas cidades mais próximas. Os cultivos podem ser divididos entre “principais” e “complementares”, sendo os primeiros aqueles produzidos nas roças em escala adequada à provisão alimentar da comunidade e possuem ciclo anual, como arroz, feijão, milho e fava, ou de ciclo mais longo, como a mandioca. Por outro lado, as culturas complementares são os vegetais e frutas como, por exemplo, maxixe, abóbora, quiabo, jerimum, melancias, entre outros, produzidos em pequenas hortas nos quintais, ou em menor quantidade, entre as roças (MORAES, 2000).

O sistema de cultivo realizado no Território Melancias é a roça-de-toco, também chamada de lavoura de coivara, roça de seco, roça do alto ou roça de broca. Trata-se do sistema agrícola tradicional mais conhecido do Cerrado brasileiro (ELOY; CARVALHO; FIGUEIREDO, 2017), que ocorre há milhares de anos, em diversas regiões do mundo, porém, atualmente, concentra-se nas regiões tropicais (LINTEMANI, 2017). Corresponde a uma agricultura de sequeiro, realizada em áreas abertas por meio de corte e queima da vegetação, assim, o solo é trabalhado sem que os tocos dos troncos sejam arrancados.

De modo geral, no sistema de roça-de-toco, o plantio é feito em uma mesma área, pelo período de dois até quatro anos, dependendo das condições

dos solos. Depois, estas roças se tornam o que os camponeses denominam de "capoeiras", quando a sua capacidade de cultivo é reduzida e, portanto, devem ser deixadas em descanso até que recuperem a fertilidade. Este pousio, isto é, o tempo que leva para a vegetação da capoeira se recompor e poder ser aberta e cultivada novamente, é de, no mínimo, oito anos. Segundo ressalta Moraes (2000, p.254), nesse sistema é “parte fundamental à administração da pequena propriedade tanto o escalonamento dos terrenos em uso e em descanso quanto a combinação das culturas principais com culturas complementares”.

O caráter itinerante desse tipo de agricultura também é relatado pelos camponeses do Território Melancias:

“Essa roça nós usa de acordo com a terra. Porque tem umas terras que elas não aguentam muita coisa. Tem umas terras que nós planta duas vezes, dois anos e já precisa deixar ela para trás, porque ela já está enfraquecendo. Tem outras terras que a gente diz que é melhor, tem mais resistência e aí nós planta até três, no máximo quatro anos. Não passa disso. (...) E aí nós deixa ela lá e vamos abrir outra área. E aí deixa ela para ela voltar de novo, formar a ser mata de novo. (...) Essa mata que nós trabalha dois anos nela, ela leva aí uns oito anos para se recuperar em forma de roça de novo. Se nós trabalhar mais anos ela leva mais tempo para recuperar.” (informação verbal)²⁹.

A abertura dessas áreas de cultivo é realizada a partir da chamada broca, que consiste no corte da vegetação mais baixa com o uso de foice ou facão. Alguns dias depois, as árvores de maior porte são derrubadas com machado e sua madeira é separada, sendo utilizada tanto como lenha quanto para outras finalidades. Após o tempo de secagem do terreno, que dura aproximadamente um mês, os camponeses fazem a queimada. E então, essa área é roçada com enxada e o plantio é feito no início do período das chuvas. Esse processo é descrito detalhadamente por um dos camponeses:

“Essa roça abre com foice e machado, e derruba. Nós chama de broque para roçar o mato fino, aqueles mato fino do chão. É foice e facão e essas coisas, as ferramentas. Aí, depois desse roço, aí a gente derruba as árvore grande, os pau grande e dá um tempo. Nós daí um mês, um mês e tanto para ela secar, porque ela dá um floricho muito grande, aquela coisa. Aí é queimado, nós queima aquilo ali. Bota fogo e queima. Aí, depois da queimada,

²⁹ Entrevista fornecida por Seu Juarez. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (150 min.).

se já não é em uma área cercada, a gente cerca e aí capina com enxada. Nós chama capina. Aí nós capinamos de enxada e daí quando molha nós planta. (...) Quando chove, na época das chuvas. Geralmente, nosso plantio aqui, ele é a partir de novembro". (informação verbal)³⁰.

As práticas agrícolas dos camponeses do Cerrado possuem um ciclo anual demarcado por duas estações: o inverno – ou a estação das chuvas (meses de novembro a março); e o verão – a estação seca (entre abril e outubro). No período do inverno, a atividade agrícola ocorre mais intensamente, pois as chuvas são aproveitadas para abrir e cultivar as roças. Entretanto, durante a estiagem do verão, os camponeses consomem a colheita que produziram e se dedicam a outras atividades, como, por exemplo, a fabricação e comercialização da farinha de mandioca, o extrativismo e o manejo da criação de animais.

Todas as etapas da produção agrícola no Território Melancias envolvem mão de obra coletiva. Os camponeses se organizam em mutirões, que ocorrem desde o momento da abertura dos terrenos até a colheita. Para Rigonato (2017), essa forma de organização do trabalho demonstra uma importante estratégia de organização social das comunidades tradicionais, além de revelar “a tessitura de solidariedade e sociabilidade ainda presente no seu modo de vida.” (RIGONATO, 2017, p. 258). Em uma entrevista, um dos camponeses afirma que:

“Desde a abrição da roça, geralmente nós tem as pessoas... nem todas as pessoas, mas nós tem aqui aquelas pessoa que aí se junta para abrir a roça. Tem gente que abre só a roça, vai abrir uma rocinha pequena e também ele abre só, ele não quer chamar os outros. Mas aqui a gente junta-se muito desde a abertura da roça, para abrir a roça. E aí, quando a gente prepara as terras e tal, na preparo de terra também a gente costuma se juntar. Na planta, geralmente é muito raro a gente plantar uma roça aqui em um só, muito difícil. Nós vai atrás e ó vou plantar minha roça e aí lá vem os outros e plantamos. E nós plantamos uma roça aqui no dia aí. O arroz por exemplo, o arroz nós planta com aquela maquininha. Ninguém planta só, sempre vai um, dois, três, assim ajudar.” (informação verbal)³¹.

³⁰ Entrevista fornecida por João. Entrevista n. 3 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (35 min.).

³¹ Entrevista fornecida por Seu Juarez. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (150 min.).

No entanto, cabe ressaltar que cada camponês possui sua roça e conserva sua produção, ou seja, embora a agricultura envolva trabalho coletivo, a produção não é comunitária. como já foi mencionado, as roças são abertas nas áreas de Mata de Terra Firme, como são denominadas pelos camponeses, e cada uma pode chegar a ter três tarefas³² de tamanho, como é explicado por dois camponeses:

“Cada um tem suas lavourinhas separada. Mas a gente vai um dia para um, outro dia para outro, outro dia para outro. (...) Nós não tem aquele limite de dizer, não, o fulano trabalhou para mim hoje um dia e tenho que trabalhar um dia para ele. Não, é o que o serviço der. Se o dele for mais, aí é mais. Se o meu for mais aí é mais.” (informação verbal)³³.

“Fica para o dono. Não tem nada a ver que eu colhi dez saco de arroz e o fulano colheu trinta. Não, não tem nada a ver, porque eu ajudei ele. Ele me ajudou a colher só dez e eu vou ajudar ele a colher os trinta. Não tem problema. Nós não deve nada, um para o outro, por um ter colhido mais do que o outro. É o nosso costume.” (informação verbal)³⁴.

Fotografia 10 – Roça com Cultivo De Feijão, Território Melancias, Gilbués/PI



Fotografia: Bruna Henrique Albuquerque, em março de 2020.

³² A área de três tarefas corresponde a cerca de 1 hectare.

³³ Entrevista fornecida por João. Entrevista n. 3 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (35 min.).

³⁴ Entrevista fornecida por Seu Juarez. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (150 min.).

Dentre os cultivos de maior importância para os camponeses se destaca o feijão, o arroz e o milho. O feijão, cujo ciclo pode variar entre sessenta e noventa dias, tem sua colheita feita de forma manual em que as vagens são arrancadas e deixadas para secar ao sol. Depois da secagem, dá-se início ao processo de *bateção*, no qual as vagens são pisadas ou batidas, para que os grãos se soltem. Logo após, é realizado o que os camponeses denominam como *ventar*, procedimento que consiste em separar os grãos do restante mais grosso de plantas secas, com o uso de peneiras. Então, finalmente, os grãos são armazenados em paióis feitos com embiras de Buriti ou em sacos e, dependendo da quantidade produzida, garantem a provisão para um ano.

Fotografia 11 – Arroz Secando dentro da casa, Território Melancias, Gilbués/PI



Fotografia: Bruna Henrique Albuquerque, em abril de 2019.

O arroz, outro cultivo indispensável para os camponeses, apresenta-se em dois tipos: (a) o tardão, que possui ciclo de cerca de dezesseis semanas, e (b) o ligeiro, com ciclo de três meses. A colheita desse grão também é realizada de forma manual. Geralmente, cortam-se os cachos com foices ou facões e, após a colheita, passam pelo processo de *bateção* e, em seguida, os grãos do arroz são *ventados* em peneiras e colocados para secar ao sol em lonas ou dentro das casas para evitar a umidade. Geralmente, os grãos secos são

armazenados em sacos, ainda com a casca, e são pilados, pelas mulheres, no momento do consumo.

Fotografia 12 – Milharal após quebra dos talos para colheita de milho seco, Território Melancias, Gilbués/PI



Fotografia: Bruna Henrique Albuquerque, em abril de 2019.

O milho, também produzido nas roças de toco, é outra cultura básica. Possui um ciclo de cerca de noventa dias, podendo ser consumido verde ou seco. A colheita do milho verde consiste em apanhar as espigas para debulhá-las. Esse grão é bastante apreciado cozido, assado ou em preparações diversas, como canjica e pamonha. Já a colheita do milho seco é feita a partir da quebra do talo da planta que, depois, é deixada secar nas roças naturalmente. Após a secagem, as espigas são colhidas, debulhadas e o seu armazenamento é feito em paióis ou sacos. O milho seco é utilizado, principalmente, como ração animal e, em menor quantidade, para preparações alimentares para os camponeses.

A mandioca é outra cultura de muita importância para os camponeses, servindo para o consumo *in natura* ou utilizada para preparo de outros alimentos. Diferente dos cultivos apresentados anteriormente, a mandioca possui um ciclo mais longo: entre oito e vinte e quatro meses. Além disso, apresenta-se em duas variedades: macaxeira e mandioca brava. A primeira costuma ser consumida

assada ou cozida, enquanto a segunda é utilizada para preparar a tapioca, a puba, o grolado e a farinha – sendo esta última preparação a que mais se destina ao comércio local.

O preparo da farinha de mandioca ocorre anualmente no verão, mais precisamente no mês de maio – de acordo com a divisão das estações – e envolve trabalho coletivo em todas as etapas. Primeiro, a mandioca colhida é lavada e descascada para, em seguida, ser triturada com o uso de um motor a gasolina, que substitui a roda manual utilizada antigamente. Ao ser ralada, forma-se uma massa úmida, que passa por uma prensagem e, posteriormente, é peneirada e colocada no forno para ser torrada. O último passo consiste em mexê-la constantemente até retirar toda sua umidade. Este processamento da mandioca é relatado por uma camponesa:

“A farinha aqui, ela, vamos dizer que é quase artesanal. Aí tem que arrancar a mandioca lá na roça, aí leva. Depois tem que rapar a mandioca e tem as rapadeiras, fica só as mulheres lá descascando a mandioca. Aí depois a mandioca vai lá para o motor, que vai moer a mandioca e vai virar uma massa. Aí naquela massa, ela vai para uma prensa, para poder tirar um líquido que ela tem, que a gente chama aqui de manipueira. Aí tira quando ela está bem seca, assim não fica seca toda, porque ela vai secar é lá no forno. Eles tiram aquele líquido, aí passa na peneira para tirar os pedaços maior que fica as chamada crueira. Aí bota lá no forno e o forno tem que estar bem quente. Aí vai no rodo, só mexer para não queimar, até ela ficar no ponto.” (informação verbal)³⁵.

Esses constituem os principais cultivos agrícolas dos camponeses dos cerrados piauienses. Cabe ressaltar que o plantio é realizado com grãos separados de uma safra para outra, as colheitas são realizadas manualmente e a armazenagem é feita em paióis de Buriti ou em sacos.

Outra característica da agricultura das comunidades tradicionais da região é a falta de envolvimento de maquinário avançado, sendo a foice, o facão, o machado, a enxada e a plantadeira manual, conhecida como matraca, os principais instrumentos utilizados. Contudo, no Território Melancias há um pequeno trator de uso comunitário, fornecido pela Secretaria de Agricultura do

³⁵ Entrevista fornecida por Neuza. Entrevista n. 2 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (30 min.).

Estado do Piauí, o que caracteriza um tipo de inovação na abertura do roçado e possibilita uma ampliação da área das terras cultivadas.

Fotografia 13 – Trator utilizado pelos camponeses, Território Melancias, Gilbués/PI



Fotografia: Bruna Henrique Albuquerque, em abril de 2019.

É importante explicar ainda que os insumos industrializados (como agrotóxicos e fertilizantes) são conhecidos pelas comunidades tradicionais, sobretudo porque há camponeses que também trabalham nas fazendas produtoras de soja onde os agroquímicos são amplamente utilizados (RIGONATO, 2017). No entanto, tais produtos possuem custos muito elevados, o que torna difícil o acesso pelos camponeses. Assim, conforme exposto anteriormente, a atividade agrícola das comunidades tradicionais ainda se baseia, majoritariamente, nas formas tradicionais de manejo da terra e da vegetação partindo de seus conhecimentos e do forte envolvimento com os ciclos produtivos naturais do Cerrado.

Contudo, essa dinâmica dos cultivos agrícolas nos Baixões tem passado por grandes alterações em razão do avanço do agronegócio sobre as Serras. Nesse sentido, os camponeses destacam que foi necessário mudar a época de realização de alguns plantios, principalmente o de feijão, para tentar evitar que a leguminosa seja atingida pelas pragas, contraditoriamente resultantes da

presença dos agrotóxicos utilizados pelo agronegócio. Eles apontam, ainda, que houve uma redução na diversidade de culturas e na produção devido aos danos ambientais causadas pelo avanço da produção de soja. Além disso, indicam a necessidade de reduzir o tempo de pousio das capoeiras em razão dos conflitos fundiários pelo território, o que prejudica a recomposição da fertilidade das terras de cultivo. Estas transformações advindas do avanço da agricultura moderna na região serão abordadas com mais detalhes no terceiro capítulo.

2.3.2. – Extrativismo

O extrativismo é uma atividade tão importante quanto a agricultura, na dinâmica dos camponeses dos Cerrados Piauienses. A extração dos recursos naturais, de forma ordenada, é fundamental para o abastecimento e a qualidade de vida dessas populações. Nesse sentido, há na região uma imensa variedade de espécies vegetais que podem ser gêneros alimentícios, como: o pequi (*Cariocar coriaceum*), a cagaita (*Eugenia dysenterica*), o araticum (*Annona montana*), a mangaba (*Hancornia speciosa*) e medicinais como a melosa (*Hyptis crenata Pohl*), a mucuíba (*Virola sebifera*) e o angico (*Anademathera macrocarpa*).

Uma das árvores que possui maior destaque nos baixões, contudo, é o Buriti (*Mauritia flexuosa*), também conhecida como buritizeiro, palmeira-dos-brejos e coqueiro-buriti; que quando se apresenta de forma aglomerada constitui os chamados Buritizais. Trata-se de uma palmeira nativa da região do Cerrado que corresponde a uma espécie característica da fitofisionomia das Matas de Galeria, desenvolvendo-se em terrenos úmidos, como margens de rios e brejos. Apresenta um crescimento muito lento, podendo alcançar entre 20 e 35 metros de altura, e tende a ter grande longevidade, uma vez que alguns tipos com mais de 10 metros podem ter entre 100 e 400 anos. Esta palmeira é chamada por diversos povos indígenas como “árvore da vida” e é totalmente aproveitada pelos camponeses em áreas de extração (EMBRAPA, 2019).

A árvore buriti possui uma copa arredondada, com folhas em formato de leque que podem ter de 3 a 5 metros de comprimento por 2 a 3 de largura. As talas dessa palmeira, formadas por um tipo de fibra flexível retirada do caule, são muito utilizadas tanto nas construções e coberturas de casas quanto para a

produção artesanal de diversos objetos como esteiras, peneiras e abanos. A partir do tronco são feitos, principalmente, os paióis, nos quais são armazenados os grãos cultivados pela população ribeirinha, além de cercas, canteiros, cestos etc. E, por fim, com a fibra do buriti, os camponeses produzem diversos utensílios, como o tapeti que é usado para escorrer a massa de mandioca, no preparo da farinha.

Fotografia 14 – Buriti, Território Melancias, Gilbués/PI



Fotografia: Bruna Henrique Albuquerque, em abril de 2019.

“A gente usa o Buriti para fazer, agora não, mas de primeiro usava a palha para fazer casa, o talo para fazer depósito para guardar o arroz e a farinha. A gente fazia uns caixãozões de talo de Buriti para guardar arroz, farinha e o que produzisse da roça. A fita do que é da palha servia para fazer corda para amarrar rede, para amarrar qualquer outro, porque dá uma corda forte a fita dele. (...) E a palha a gente usava também para fazer esteira para deitar, porque aqui de primeiro não tinha rede e nem cama. Era deitar no chão mesmo. (...) O capengo usava para alguns serviços. Ele servia para fazer as vezes para guardar uma coisa

assim, uma farinha, uma massa, fazer uma estiladeira. Tem uma estiladeira que era para fazer a de coada. Era feito no capengo de buriti. Você pegava as cinzas do próprio pé de Buriti mesmo, aí molhava e fazia aquela caidinha assim bem molhadinha e botava ali debaixo que era para parar aquela água que era soda de primeiro para fazer sabão. Aí a ripa servia para cerca, a ripa seca serve para cerca.” (informação verbal)³⁶.

O fruto dessa árvore, também chamado de Buriti, é um tipo de coco pequeno com uma casca formada por escamas de cor castanho-avermelhada. É constituído por uma semente oval, dura, uma amêndoa comestível, de cor amarelo alaranjada, e sua polpa possui sabor agridoce e consistência gordurosa. A produção do Buriti (masculino) é anual, com floração entre dezembro e abril e frutificação entre dezembro e junho. No entanto, as plantas femininas possuem produção a cada dois anos, normalmente no fim do período das chuvas.

Uma planta produz, em média, 5 a 7 cachos, com 400 a 500 unidades de frutos em cada. Ou seja, a produção em condições naturais é grande, chegando até três toneladas de Buriti por palmeira (EMBRAPA, 2019).

Fotografia 15 – Fruto do Buriti



Fonte: FBSSAN (2017).

A polpa do buriti é utilizada no preparo de doces, rapas e bebidas. Nas comunidades tradicionais é muito comum consumir o que os camponeses chamam de sambica de buriti, que é preparada a partir da polpa da fruta batida

³⁶ Entrevista fornecida por Juarez. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (150 min.).

com adição de farinha de mandioca. O óleo de Buriti, extraído da polpa e da semente, é utilizado e algumas vezes comercializado como produto comestível. Este óleo também é utilizado para fins medicinais como no tratamento de ferimentos e queimaduras, pois apresenta efeito cicatrizante e alto teor de vitamina. O Buriti pode ser utilizado, ainda, para produção de sabão. Os diversos usos do fruto dessa palmeira são apontados pelos ribeiros brejeiros do Território Melancias:

“E a fruta (buriti) é usada de várias formas. Ela serve aqui no café da manhã. Nós é criado aqui comendo Buriti de manhã. É o pão da manhã aqui, é Buriti (risos). Além desse pão da manhã, é feito o óleo que serve para sabão, serve para algum medicamento. Ele é muito indicado para queimaduras de fogo, além de cicatrizar fácil, não deixa aquela mancha se for tratado com óleo de buriti. (...) Picada de cobra, diz que é excelente para picada de cobra.” (informação verbal)³⁷.

A colheita do Buriti ocorre entre outubro e janeiro e se inicia com a queda espontânea dos frutos. A recolha dos frutos caídos no chão é realizada, sobretudo, pelas mulheres camponesas. Esse papel das mulheres na colheita e produção dos preparos alimentares a partir do Buriti é relatado a seguir:

“Sim, o Buriti é mais para as mulheres, é uma função mais das mulheres. Elas é quem encara de verdade no buriti. Os homens ajuda, às vezes ajuda, elas junta lá no brejo, deixa lá nos sacos e os homens vão lá buscar. Às vezes tem vez aí que ajuda até em casa mesmo, ajuda a descascar o Buriti e enfim. Mas a tarefa mesmo é elas que enfrenta, elas é quem encara mesmo o buriti.” (informação verbal)³⁸.

Os produtos derivados do Buriti são fontes de renda complementar, principalmente, para as mulheres que, além de serem as maiores responsáveis pela colheita, também se apropriam da produção do óleo e dos doces vendidos na cidade, como relatado pela camponesa:

³⁷ Entrevista fornecida por Seu Juarez. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (150 min.).

³⁸ Entrevista fornecida por Seu Juarez. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (150 min.).

“O Buriti aqui ele já está para muitos aqui até como fonte de renda. Ajuda um pouquinho sabe. (...) Assim, não é para dizer assim que é totalmente a fonte de renda, que as pessoas vão viver só daquilo ali. Mas hoje eles já estão tirando aquela polpa e colocando na geladeira, aí já vende e aí já dá uma ajuda, assim, se você quer comprar alguma coisa, aí já compra. Só nesse período assim que guarda no freezer. Antigamente não, porque não podia guardar o Buriti então só fazia para comer mesmo e para extrair o óleo. Hoje não, já é utilizado para isso, já para tirar a polpa e aí já vende, faz o doce de Buriti também e vendem.” (Informação verbal)³⁹.

Além do Buriti, os camponeses relataram o extrativismo de outras palmeiras, como a Buritirana (*Mauritiella armata*) e a Bacaba (*Oenocarpus bacaba*). A Buritirana é encontrada em terrenos úmidos, atinge 10 a 15 metros de altura, apresenta espinhos no tronco e possui uma folha que se assemelha com a do buriti, mas é menor e se abre como um guarda-chuva. A polpa do seu fruto pode ser consumida em sucos, doces e geleias e a fibra de sua folha pode ser utilizada para o artesanato ou utensílios domésticos. Já a bacaba pode ser encontrada em terrenos com menor umidade, atingindo 25 metros de altura e com folhas de mais de cinco metros dispostas em forma de leque (CAMPOS-FILHO, 2009). A partir da polpa do seu fruto é feita um suco chamado de sebereba, e a sua madeira possui alta durabilidade podendo ser utilizada para confecção de cabos de ferramentas, vigas ou ripas.

Fotografia 16 – Buritirana (Esq.) e Bacaba (Dir.), Território Melancias, Gilbués/PI.



Fotografias: Bruna Henrique Albuquerque, em março de 2020.

³⁹ Entrevista fornecida por Neuza. Entrevista n. 2 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (30 min.).

Essas palmeiras além de terem um grande destaque no uso do território pelos camponeses dos cerrados, também possuem funções ecológicas importantes. O Buriti e a Buritirana, por exemplo, auxiliam na manutenção dos brejos, das várzeas e das nascentes, além de serem indicadas para a recuperação de áreas degradadas, enquanto a Bacaba reduz a quantidade de alumínio tóxico do solo. Além disso, as árvores são locais de abrigo e de reprodução de diversos animais, e seus frutos são fontes de alimento (LORENZI, 1992). Por outro lado, os camponeses relataram que muitas dessas palmeiras, sobretudo o Buriti, secaram ou apresentaram uma grande queda na produção dos frutos. Tais danos estão diretamente relacionados com a redução do nível dos cursos d'água, o que também vem acarretando o processo de seca das áreas brejosas e das nascentes, uma das consequências negativas do recente avanço do agronegócio na região.

2.2.3. Criação e manejo dos animais

Nos quintais das casas ribeirinhas, é comum encontrar a criação, em pequena escala, de suínos e galináceos, para o consumo familiar. Entretanto, é a criação do gado bovino a que tem maior importância e que apresenta a mais complexa dinâmica de manejo pelas comunidades tradicionais no sul do Piauí.

O gado bovino é criado de forma extensiva pelos camponeses, isto é, são mantidos soltos no território. Assim, é comum os animais de donos diferentes se misturarem, por isso as cabeças de gado geralmente possuem uma identificação com as iniciais ou símbolo definido pelo proprietário que é conhecido pelo restante da comunidade. Nesse sentido, há um tipo de pacto ou cooperação entre os camponeses, pois existe o costume de cada um vigiar ou informar caso saiba de alguma informação que envolva o rebanho que pertence a outra pessoa (ALVES, 2017). Então, caso encontrem algum animal ferido ou perdido avisam o dono e auxiliam para solucionar a situação.

Fotografia 17 – Criação de Galinhas do Quintal, Território Melancias, Gilbués/PI

Fotografia: Bruna Henrique Albuquerque, em março de 2020.

O manejo do gado bovino possui um ciclo anual, que varia em cada época do ano, associado ao regime de chuvas da região. Quando as chuvas se iniciam, no período entre o fim do mês de setembro e início de outubro até meados do mês de maio, o gado permanece solto nas áreas que os camponeses do Território Melancias denominam como chapadas, onde os animais se alimentam de espécies arbóreas nativas. Conforme já mencionado, os camponeses denominam como “chapadas” as áreas que apresentam uma vegetação característica, marcada pela presença do Capim Agreste (*Imperata brasiliensis*), que se apresenta tanto no Baixão quanto nas Serras.

Diferentemente de diversas comunidades tradicionais presentes no sul do Piauí, no Território Melancias não há o costume de soltar o gado nas serras. Portanto, há muito tempo o gado é criado solto nos limites do Baixão da comunidade.

“Nosso gado, nós não usamos ele lá em cima da serra. Não é que não sirva lá em cima da serra, é ótimo, é porque nós nunca tivemos condições para ter ele em cima da serra. Primeiro que para ter lá na serra precisa de ter água, ter grande cercado e tudo, e a gente não tem como fazer isso. Aí a chapada do gado

nosso não é a chapada da soja, é chapada daqui do nosso Baixão.” (informação verbal)⁴⁰.

Fotografia 18 – Gado Bovino Solto na Chapada, Território Melancias, Gilbués/PI



Fotografia: Bruna Henrique Albuquerque, em março de 2020.

A partir do mês de junho, quando as chuvas começam a diminuir, o gado permanece nas chamadas roças de pasto. Estas correspondem às áreas onde os camponeses cultivam, para alimentação animal, forrageiras como o capim Braquiarão (*Brachiaria brizantha*), o Agropolo (*Andropogon gayanus*) e o Massai (*Panicum maximum*). Estes pastos são cultivados nos terrenos localizados nas áreas denominadas como Mata de Terra Firme.

“Aqui a criação do gado a gente usa às vezes no período do verão nós coloca em rocinha, aonde que tem roça. (...) Aí no inverno é o período que eles andam soltos para lá até tantão. Aí a roça sustenta até o mês de agosto. No mês de agosto tem que tirar, lá as roças seca tudo, aí é uma época das Veredas, que nós precisa.” (informação verbal)⁴¹.

⁴⁰ Entrevista fornecida por Seu Juarez. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (150 min.).

⁴¹ Entrevista fornecida por João. Entrevista n. 3 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (35 min.).

Fotografia 19 – Roça de Pasto, Território Melancias, Gilbués/PI



Fotografia: Bruna Henrique Albuquerque, em abril de 2019.

Os pastos cultivados duram até meados do mês de julho, quando se esgotam ou começam a secar, devido à chegada da época de estiagem, que atinge o ápice no mês de agosto. Nesse período, o gado permanece nas áreas nomeadas pelos camponeses de Veredas, que correspondem aos campos limpos na classificação fitofisionômica de Ribeiro e Walter (2008).

Segundo os ribeirinhos brejeiros, a criação do gado bovino é muito dependente dessas áreas, pois as veredas apresentam capins úmidos fundamentais para alimentar os animais durante o período mais seco do ano. Esta relação entre o gado e essas áreas é confirmada em outra parte do relato:

“E esse gado ele vai ficar solto aqui de acordo com as chuvas, de acordo com o pasto, as pastagens. A pastagem vai secando e de acordo com essa secagem é a época que a gente volta eles para os pastos que a gente tem plantado. Mais ou menos aí final de maio até qualquer coisa de junho. Depende das chuvas, quando as chuvas vai embora mais cedo, isso precisa ir para roça mais cedo. E quando a chuva está como esse ano, até agora ainda temos chuva, talvez ele vá para roça só em junho. Eles vão para roça e ficam na roça esse período até que a roça dê, isso é de acordo com a roça e não tem um tempo determinado para tirar, isso aí quem vai dizer é o pasto que a gente tem. Quem tem mais pasto o gado fica mais tempo e quem

tem menos pasto o gado fica menos tempo. E quando esse pasto acaba da roça, aí nesse período a gente só tira quando acaba. Acaba porque está seco e não tem o que brotar e nem nada e aí que vem a hora das Veredas. Aí quem salva a situação é a Vereda. Então por isso que eu falei que a Vereda é de grande utilidade. Nós sem Vereda aqui somos até incapaz de criar gado, porque quem salva esse gado que é aquele tempo mais duro que vem ali setembro, a partir de agosto até começo das chuvas.” (informação verbal)⁴².

Os camponeses do Território Melancias se queixam de possuírem cada vez menos terras para o pastoreio devido aos conflitos fundiários que tem ocorrido no Baixão. De acordo com os relatos, o avanço de algumas fazendas sobre o território da comunidade tornou muitas áreas de Veredas indisponíveis tanto para o acesso dos moradores, quanto para a criação de gado, que necessita dessa faixa de capins úmidos para sua alimentação, sobretudo durante o período de estiagem.

Além do manejo do gado bovino e a pequena criação de outros animais, desde 2017, os camponeses do Território Melancias vêm implementando a piscicultura em tanques escavados. As espécies de peixes produzidos são: Tambaqui (*Colossoma macropomum*), Tilápia (*Oreochromis niloticus*) e Surubim (*Pseudoplatystoma corruscans*).

O ciclo da piscicultura é anual e a maior parte dos peixes é comercializada entre as comunidades mais próximas. Entretanto, no período da Semana Santa, uma pequena parte é comercializada na cidade de Gilbués/PI. Os Alevinos são comprados em Barreiras/BA ou em Teresina/PI, mas a Secretaria de Agricultura do município de Gilbués/PI também os fornece para a comunidade, além de oferecer apoio técnico de um engenheiro de pesca para orientar o manejo adequado desta atividade.

⁴² Entrevista fornecida por Seu Juarez. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (150 min.).

Fotografia 20 – Tanques escavados para piscicultura, Território Melancias, Gilbués/PI.



Fotografia: Bruna Henrique Albuquerque, em março de 2020.

Para a oxigenação da água, inicialmente foi adquirida uma bomba elétrica, porém o custo elevado da energia e suas frequentes quedas de transmissão comprometiam a produção. Inclusive, os camponeses relatam um episódio durante o qual a comunidade ficou cerca de nove dias sem energia elétrica, causando a perda total dos peixes. Então, como solução, o bombeamento elétrico foi substituído por rodas de madeira instaladas no curso do rio Uruçuí-Preto.

Alguns camponeses, a partir de projetos encontrados na internet, construíram e instalaram as rodas de água aproveitando a madeira das áreas de chapada. Com este sistema, o custo da energia foi eliminado e o risco de perda da produção, reduzido. Atualmente, o Território Melancias possui três rodas de água e cerca de treze tanques, sendo que cinco se localizam no núcleo Riacho dos Cavalos e oito no núcleo Melancias 1.

Fotografia 21 – Roda D'água no Rio Uruçuí-Preto, Território Melancias, Gilbués/PI.



Fotografia: Bruna Henrique Albuquerque, em março de 2020.

Apesar de ter uma escala muito pequena de produção, a piscicultura tem se mostrado uma fonte de renda complementar, sobretudo, para os camponeses mais jovens. Vale ressaltar que, a pesca artesanal também é uma prática tradicional das populações dos cerrados piauienses, mas, assim como as outras práticas camponesas, vem sendo muito afetada pelo avanço do agronegócio na região, como veremos a seguir.

CAPÍTULO 3 - As Verticalidades do Agronegócio sobre o Uso do Território Melancias

3.1. Consequências ambientais sobre o uso do Baixão

3.1.1. O uso intensivo de agrotóxicos

A agricultura moderna foi constituída a partir da adoção do pacote tecnológico do paradigma da Revolução Verde. Entre seu conjunto de técnicas está o emprego, em larga escala, de insumos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos. A função dos agrotóxicos, como inseticidas, herbicidas e fungicidas, é eliminar todos os organismos que possam prejudicar o desenvolvimento e a produtividade dos monocultivos. Para tanto, muitas vezes essa prática exige a associação ao uso de sementes geneticamente modificadas, que resistem à ação desses produtos.

No Brasil, os agrotóxicos foram incorporados de forma gradativa, por meio de mecanismos institucionais, principalmente, após a década de 1970 (LONDRES, 2011). Como resultado desse processo, o país se tornou um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo, posição que lidera desde 2008 (ABRASCO, 2015).

Contudo, o uso intensivo de agrotóxicos tem provocado muitos conflitos socioambientais no Brasil (FOLGADO, 2015). Além de representar riscos à saúde, Van Der Ploeg (2009) afirma que essa prática afeta diretamente a base de recursos dos povos indígenas, quilombolas e camponeses das comunidades tradicionais, que habitam os locais próximos das áreas ocupadas pela produção agrícola moderna, como os diversos casos expostos nos relatórios publicados pela REDE (2015; 2017). Com isso, uma das principais queixas dos ribeirinhos-brejeiros do Território Melancias consiste, justamente, nos danos causados pelo uso indiscriminado de agrotóxicos pelas fazendas do seu entorno.

Nessa região, o tipo mais comum de aplicação de agrotóxicos nas grandes propriedades é a pulverização aérea, o que indica um nível superior de modernização agrícola devido ao custo elevado deste objeto técnico (SOUZA, 2017). Um grande problema dessa pulverização é que esses produtos não atingem apenas o alvo (PIGNATI; MACHADO; CABRAL, 2007), ainda que sejam

aplicados sob condições ideais, com o controle de temperatura, calibração e ventos (ABRASCO, 2015). Conforme apontado por Rigotto (2013), somente 32% dos agrotóxicos aplicados desta forma permanecem nas plantas, enquanto o restante ou atinge o solo (49%) ou as áreas circunvizinhas através do ar (19%). Além disso, os camponeses relatam que as aeronaves fazem curvas sobre os Baixões, pulverizando essas substâncias, diretamente, sobre o território da comunidade.

“De avião, porque eles usa a aérea aí, a pulverização aérea normalmente. Mas os avião passa aqui, bate um dali, bate outro daqui, tem dia que vocês não sabem qual é o que está zuando se é aquele ou é aquele lá, que é o dia inteiro aqui. (...) Forte. Tem dia que você passa esse baixão aí e está arrochado o veneno ali dentro. O cheiro é terrível do veneno, veneno puro ali.” (informação verbal)⁴³.

A Lei Federal 7802/89 (BRASIL, 1989), conhecida como Lei dos Agrotóxicos, não aborda a pulverização aérea. Nesse caso, é a Instrução Normativa n. 2, de 3 de janeiro de 2008, estabelecida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2008), que determina algumas limitações a este tipo de aplicação, entre essas, que as aeronaves mantenham uma distância mínima de quinhentos metros de povoações, cidades, vilas e bairros.

Art. 10. Para o efeito de segurança operacional, a aplicação aero agrícola fica restrita à área a ser tratada, observando as seguintes regras:

I - Não é permitida a aplicação aérea de agrotóxicos em áreas situadas a uma distância mínima de:

a) quinhentos metros de povoações, cidades, vilas, bairros, de mananciais de captação de água para abastecimento de população;

b) duzentos e cinquenta metros de mananciais de água, moradias isoladas e agrupamentos de animais. (MAPA, 2008).

Para Folgado (2015), grande parte do problema atual referente aos produtos agrotóxicos, no Brasil, passa pelo não cumprimento da legislação. Nesse sentido, o dossiê sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde, publicado

⁴³ Entrevista fornecida por Juarez. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (150 min.).

pela ABRASCO (2015, p. 152), ressalta "a inoperância e a deficiência das instituições públicas responsáveis por, no uso de suas atribuições legais, garantir o cumprimento das leis e normas que dizem respeito ao 'uso seguro' dos agrotóxicos".

Os relatos dos camponeses do Território Melancias apontam que os agrotóxicos que atingem a região prejudicam os cultivos agrícolas, impossibilitando a produção de hortaliças e causando a queima de árvores frutíferas no Baixão.

"Ah além disso aí o veneno que é jogado de avião que está afetando muito principalmente as plantações que tinha na comunidade. De primeiro muita laranja e as laranjas agora não tem mais, não estão mais produzindo mais como elas produziam antigamente. Então, é devido ao veneno que é lançado no ar." (informação verbal)⁴⁴.

Ademais, eles apontam que após as fazendas terem começado a aplicar agrotóxicos as abelhas desapareceram da região. As abelhas, além de produzirem o mel consumido pelas comunidades, possuem um papel muito importante na polinização das plantas, portanto, a sua extinção também prejudica a fertilidade dos cultivos agrícolas dos camponeses.

"Esse impacto acabou com nossas abelhas, acabou. Nós tinha mel aqui. Nós tinha várias espécies de abelha e hoje nós não tem nada. E alguma abelha que tem se você achar a moradia de uma abelha, elas é um pouquinho de abelha assim. As moradia de abelha era muita abelha. Nós nascemos e criamos aqui tirando mel de abelha e tudo, sabe muito bem como que era as abelha. Tinha a urucu que é a abelha mais usada, que mais tirava aqui, que ela produz muito mel. E o mel é muito bom e serve para o pessoal usa como remédio, como alimentação, enfim. E a gente tirava na época certa, porque tem a época certa de ter o mel, mas a gente sabia. Não sei quem ensinou os mais velho e os mais velho veio dizer para gente e a gente sabia qual é a época do mel do urucu. Assim e de todas as outras." (informação verbal)⁴⁵.

⁴⁴ Entrevista fornecida por Neuza. Entrevista n. 2 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (30 min.).

⁴⁵ Entrevista fornecida por Juarez. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (150 min.).

A exposição aos agrotóxicos tem efeitos nocivos sobre a saúde humana, dentre os quais se destacam: irritações na pele, dificuldade de respirar, náuseas, vômitos, dor de cabeça, câimbras, entre outros diversos sintomas inespecíficos. Tais efeitos são os mais agudos, causados pelo contato direto com essas substâncias (INCA, 2019). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), as intoxicações agudas por agrotóxicos atingem, no mundo, a marca de 3 milhões de pessoas e o número de mortes chega a 20 mil, em números anuais. Desses números, cerca de 2,1 milhões de casos de intoxicação e 14 mil mortes correspondem aos países em desenvolvimento. No Brasil, somente entre 2007 e 2014, o Ministério da Saúde registrou cerca de 25 mil ocorrências de intoxicações por agrotóxicos.

Não existem registros oficiais sobre os efeitos crônicos causados pelo contato com esses produtos (BOECHNER, 2007, BOMBARDI, 2011), o que indica que as estatísticas reais devem ser ainda maiores. Contudo, há uma série de pesquisas apontando a relação entre o consumo de água e alimentos com agrotóxicos, com a elevação da incidência de doenças na população, tais como anomalias congênitas, doenças mentais, disfunções de reprodutividade e câncer (RONDA *et al.*, 2005; SILVA, 2015; SIQUEIRA; KRUSE, 2008).

Para Londres (2011), os riscos da pulverização aérea de agrotóxicos justificariam a sua proibição total em âmbito nacional. Os trabalhos da geógrafa Larissa Bombardi (2011) revelam como a utilização desses produtos tem sido "nefasta não só do ponto de vista sócio-econômico, como também ambiental e sanitário" (2011, p. 20). A autora aponta, ainda, que essas intoxicações deveriam ser compreendidas como mais um elemento da violência no campo.

Cabe enfatizar a ineficiência, a longo prazo, do uso de agrotóxicos, uma vez que as pragas ficam cada vez mais resistentes a essas substâncias, fazendo com que suas aplicações sejam mais frequentes e os produtos, ainda mais tóxicos. Esse fato se mostra presente nas lavouras das fazendas que circundam o Território Melancias. Uma matéria publicada pela Gazeta do Povo (2013), afirma que os proprietários de uma das fazendas vizinhas à comunidade aumentaram o número de pulverizações de agrotóxicos na região, de cinco para nove aplicações por ano, para evitar a proliferação da lagarta *Helicoverpa armígera*, que prejudica as lavouras de soja. A dependência, cada vez maior, do uso desses produtos fica ainda mais em evidência quando um daqueles

produtores aponta que “as pragas que chegaram nos últimos anos foram controladas, mas permanecem na lavoura. O tempo da tranquilidade, em que era feita uma ou duas aplicações de defensivos, acabou” (GAZETA DO POVO, 2013).

Outro resultado da utilização de agrotóxicos, em larga escala, é a proliferação de pragas que acabam afugentadas nos fundos dos vales. Como será apresentado a seguir, essas pragas têm comprometido grande parte dos cultivos agrícolas das comunidades.

3.1.2. A proliferação de pragas no Baixão: Mosca Branca

De acordo com relatos dos camponeses do Território Melancias, desde o avanço das monoculturas de soja na região, há uma infestação de pragas que antes não existiam no Baixão. Como mencionado, tal fato é desencadeado pelo desequilíbrio ecológico, resultante do uso intensivo de agrotóxicos, somado ao desmatamento nos planaltos. Como afirma um camponês:

“Não tinha antes. Aqui nós não tinha praga e nem nada, só o periquito para comer arroz na roça e milho. Tem uns periquito aqui que come o arroz. Nós tinha que ir para roça tanger eles. No período que o arroz enchia para até amadurecer no ponto da colheita nós tinha que tanger eles na roça. Era a praga que nós tinha isso aqui. Isso tinha muito, mas praguinha, insetos não tinha.” (informação verbal)⁴⁶.

Entre as pragas que surgiram a partir do avanço do agronegócio na região, a Mosca-Branca (*Bemisia tabacci*) é uma das mais danosas para os sistemas produtivos das comunidades. Este inseto se hospeda nos cultivos de feijão, milho, arroz e mandioca; devastando inclusive os cultivos de hortaliças e abóboras, além de ser apontada como principal causa da improdutividade dos cultivos de fava. Em consequência disso, os camponeses relataram que passaram a antecipar o plantio do feijão, para não coincidir com o período do ataque deste inseto na soja e, assim, não perderem seus cultivos agrícolas.

⁴⁶ Entrevista fornecida por Juarez. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (150 min.).

A Mosca-Branca é relatada no Brasil desde o início da década de 1990, tratando-se de um inseto que se disseminou, rapidamente, por quase todo o país e se caracteriza por:

apresentar um grande número de plantas hospedeiras de interesse econômico, como hortaliças (tomate, pimentão, repolho, melão, abóbora), feijão, algodão, soja e plantas ornamentais (poinsetia). Dentre as plantas hospedeiras da mosca-branca destacam-se também várias espécies de plantas daninhas, o que significa que, na entressafra, esses insetos sobrevivem muitas vezes em alta população nas áreas de cultivo. Desta forma, não há interrupção no ciclo de vida da praga e, em um próximo cultivo, a pressão de mosca-branca sobre as plantas pode ser ainda maior que no cultivo anterior. (BÔAS, 2005, p. 1).

Os adultos da Mosca-branca apresentam coloração amarelo-pálido e asas brancas, medem de 1 a 2 milímetros e a fêmea é maior que o macho. São muito ágeis e, com auxílio do vento, podem atingir longas distâncias e realizar, igualmente, voos baixos, ao migrar de culturas velhas para culturas novas. Segundo Buainain et al. (2014, p. 198), este inseto “possui grande capacidade de adaptação, alta taxa reprodutiva e é um inseto vetor de muitos vírus que causam doenças em plantas, que podem dizimar plantações inteiras”. Lima *et al.*, (2002) apontam que a Mosca-branca causou perdas bastante substanciais em, pelo menos, dezessete tipos de cultivos de grande importância econômica, na América do Sul, como o feijão e, notadamente, a soja.

Fotografia 22 – Pé de Feijão (Esquerda) e Milho (Direita) doentes devido a ação da Mosca-Branca, Território Melancias, Gilbués/PI



Fotografia: Bruna Henrique Albuquerque, em março de 2020.

O dano direto da Mosca-branca ocorre com a sucção da seiva das plantas, o que as enfraquece, afeta o seu desenvolvimento vegetativo e reprodutivo e compromete a produtividade e a qualidade dos frutos, conforme o que é relatado pelos camponeses:

“Quando ela (Mosca-branca) chega é feijão, feijão não dá mais se ela atingir. (...) Aí o feijão ele é rápido e às vezes a gente chega a colher ainda antes dela atacar muito, mas se ela atacar acabou, perdemos a planta. Perde a plantação, não dá nada. A mandioca ela atinge também, só que a mandioca a gente aproveita só que não cresce. A mandioca não cresce. Não cresce não é o pé é a raiz, que é o que a gente usa. A raiz da mandioca ela não cresce mais e nem fica uma massa firme, massa enxuta como nós chama, massa boa. A farinha já não dá uma farinha boa. A farinha vem áspera. Não tem como a gente chama aqui tapioca que é a goma da mandioca, não tem, perde aquilo ali, aí a massa dela fica muito ruim. A farinha dá só que diminui, cai a produção porque a raiz não cresce e a farinha não dá de boa qualidade. Além de outras pragazinhas e insetos e tudo.” (informação verbal)⁴⁷.

⁴⁷ Entrevista fornecida por Juarez. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (150 min.).

Outro dano, considerado o mais grave, ocorre quando o inseto atua como vetor de vírus que adoecem as plantas, como os geminivírus e o vírus do mosaico-dourado, que paralisam o crescimento vegetal e geram grandes perdas na produção. A Mosca-branca pode causar até mesmo o depósito de toxinas que provocam crescimento disforme dos tecidos vegetais, ao secretar uma substância açucarada que cobre as folhas e serve de substrato para fungos. Isso resulta na formação da fumagina (fungo preto), que causa o escurecimento das folhas e impede a fotossíntese das plantas (BÔAS, 2005). Os camponeses do Território Melancias notaram a fumagina principalmente nas laranjeiras:

“A laranja, como vocês viram aqui, minha laranja, tudo matada desse jeito. Agora por fim as folhas que têm é tudo preta, criou um caruncho. Igual você levanta uma sujeira em cima dessas folha. Um caruncho, o broto que sai engrungia ali e essa mesma que fica está aí só o caruncho, o caruncho grosso que você vê parece sujeira ou coisa assim. Aí a fruta, se der alguma fruta nesse meio aí, a água também, não dá água. Se tiver um pouco de água não é doce, é uma água qualquer assim, não é doce. Acabou laranja aqui para nós, não tem. Foi uma das que sofreram primeiro também aqui o impacto foi a laranja, plantação de laranja. Aqui tinha laranja toda a época do ano, sem problema, era só plantar e cuidar dela aí. Era uma beleza o chão aqui para laranja. Hoje não tem laranja em época nenhuma mais do ano, nada.” (informação verbal)⁴⁸.

“Ela (Mosca-branca) é qualquer plantinha. Pode ser planta ou pode ser um pau. Se ela atingir a conta aí já começa a mudar a folha. Eu acho que até umas laranja que eu tenho aqui, que as laranja aqui esse ano ficaram tudo roxa as folha, assim escura as folhas. Eu acho que foi por causa dessa que foi muito tempo que elas ficaram passando assim... Que a gente vê só aquele cisco passando, não sabe nem se é vivo ou se é morto aquele bichinho. Aí fica uns tempos não fica as folhas limpa, sempre fica suja agora.” (informação verbal)⁴⁹.

O controle da Mosca-branca é muito difícil, pois esse inseto desenvolve rapidamente resistência aos diversos princípios ativos dos agrotóxicos, o que leva à necessidade de uma rotação de diversos produtos químicos para impedir sua propagação. Vale enfatizar que os camponeses afetados por esta praga não têm acesso a estes produtos químicos como as empresas do agronegócio

⁴⁸ Entrevista fornecida por Juarez. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (150 min.).

⁴⁹ Entrevista fornecida por João. Entrevista n. 3 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (30 min.).

globalizado e, dessa maneira, sua produção de subsistência fica extremamente comprometida pela ocorrência destas pragas.

3.1.3. A ocorrência de plantas invasoras: o Capim-rabo-de-raposa

Além da proliferação de pragas, o avanço da produção agrícola moderna sobre os Cerrados Piauienses também levou à propagação de plantas invasoras sobre o território das comunidades dos Baixões. A maior reclamação dos camponeses do Território Melancias diz respeito ao Capim-rabo-de-raposa (*Setaria parviflora*), que invade pastos e áreas de cultivos agrícolas, prejudicando a recuperação das capoeiras, isto é, das áreas de roças que estão em pousio.

“É assim que nós chama, é rabo de raposa. Eu não sei se ele traz esse nome de outro lugar e ele não era daqui. (...) Não tinha, ele é novo aqui. Esse capim aqui, de uns cinco anos para cá, para começar a ver. Aí, foi de três anos para cá, foi que ele aí chegou.” (informação verbal)⁵⁰.

Fotografia 23 – Capim-rabo-de-raposa, Território Melancias, Gilbués/PI.



Fotografia: Samuel Frederico, em abril de 2019.

⁵⁰ Entrevista fornecida por Juarez. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (150 min.).

O Capim-rabo-de-raposa também é popularmente chamado de bambuzinho, Capim búfalo, Capim-rabo-de-gato, Capim-rabo-de-rato, Capim panasco-de-tabuleiro, espartilho e rabo-de-cachorro. Trata-se de um tipo de gramínea perene, relatada por todo o país, que ocupa principalmente as áreas com lavouras ou destinadas à fruticultura, terras abandonadas e margens de estradas e rodovias.

Desenvolve-se com grande facilidade em solos úmidos e arenosos, podendo alcançar até 1 metro de altura, e possui um pedúnculo (espigueta) com coloração avermelhada, semelhante a um rabo de raposa – de onde vem o nome popular. Pode reproduzir-se pela fragmentação de sua raiz, porém se propaga através de sementes espalhadas pelo vento e, por isso, é de difícil manejo, sendo muito resistente (MOREIRA; BRAGANÇA, 2011), o que foi relatado pelos moradores:

“Aonde você capina ele (Capim-rabo-de-raposa) dá, ele nasce. É muito difícil para morrer, não morre. Eu, ano passado, mostrei para os meninos, eu tenho uma roça de plantio de arroz, uma rocinha, de plantio de arroz e ele nasce bem e pega forte lá. (...) Ele é resistente, é muito resistente. Agora, quando ele pendoa que vem o tempo seco ele morre todinho, seca todo, mas aí aquela semente, que ele deixa aí, é que empesta as roças.” (informação verbal)⁵¹.

“Ele (Capim-rabo-de-raposa) entra no capim de planta para o gado, no pasto. Ele está acabando com as roça de pasto, porque em roça de pasto ninguém pode capinar, e aí, ele entra no meio, e vai enfraquecendo o pasto, e vai tomando conta dos pastos. Na roça de plantação de cereais nem tanto, porque a gente capina, limpa e tira de enxada, e tudo bem, mas na roça de pasto é o pior lugar dele aqui. O gado não gosta dele, o gado não come ele, pode ele está aí, bonitão; o gado não come ele.” (informação verbal)⁵².

⁵¹ Entrevista fornecida por Juarez. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (150 min.).

⁵² Entrevista fornecida por Juarez. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (150 min.).

Fotografia 24 – Roça de pasto invadida pelo Capim-rabo-de-raposa, Território Melancias, Gilbués/PI.



Fotografia: Bruna Henrique Albuquerque, em abril de 2019.

Este capim não possui nenhuma utilidade nas comunidades dos Baixões, pois não serve nem para o consumo alimentar dos camponeses, nem para a criação de animais. Por isso, seu avanço tem sido um empecilho para o desenvolvimento dos cultivos agrícolas e tem prejudicado, sobretudo, as pastagens plantadas pelos camponeses.

3.1.4. Os processos erosivos e o assoreamento dos cursos fluviais

Como mencionado, o avanço do agronegócio globalizado se deu principalmente sobre as áreas das chapadas, com desmatamento da vegetação nativa do Cerrado. Em trabalho de campo, foi possível observar que boa parte dessas lavouras não obedece à norma do Código Florestal que determina como Área de Proteção Permanente (APP) “as bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em

projeções horizontais” (BRASIL, 2012). No entanto, de acordo com Martins, Salgado e Carmo (2014), um dos grandes fatores que dificulta a preservação dessas áreas de APPs é que a legislação atual apresenta uma definição de chapada pouco abrangente, o que abre margem para múltiplas interpretações, segundo apontam:

Conforme a lei estabelece, um dos requisitos para um platô ser classificado como chapada é terminar de forma abrupta em escarpa, ou seja, ter vertente com declividade igual ou maior a 45°. Entretanto, a lei não menciona a quantidade e frequência com que as escarpas (declives iguais ou maiores que 45°) devem ocorrer nas bordas do relevo, dando margem a diferentes interpretações. Além disso, abre-se uma outra questão: Não podem existir chapadas em que as laterais nunca alcancem 45°? Geomorfologicamente isso é plenamente possível. Impossível é determinar uma declividade mínima para que o processo de erosão da lateral da chapada ocorra. Igualmente é impossível determinar com base em artigos científicos ou livros uma declividade mínima em suas laterais para classificar um platô como chapada (MARTINS; SALGADO; CARMO, 2014, p. 37).

Assim, segundo os autores, a maior parte das chapadas pode não estar protegida por lei, simplesmente, por apresentar as laterais com declividades inferiores a 45° e, com isso, está sujeita a ter suas bordas desmatadas. Esse desmatamento da mata nativa dos planaltos, associado à falta de um manejo apropriado das curvas de nível e ao alto grau de revolvimento e de exposição dos solos, promove a erosão acelerada das vertentes. Sem a manutenção da vegetação nativa, que favorece a estabilidade das encostas, a descida das águas da chuva acentua os processos erosivos (GUERRA; CUNHA, 2000). O avanço desse processo pode levar à formação de voçorocas: fenômenos erosivos de difícil controle, que ocorrem quando a erosão chega a um estágio acentuado, atingindo o nível subterrâneo do escoamento das águas. Durante o trabalho de campo no Território Melancias, pôde ser observada uma destas grandes erosões que, de acordo com os camponeses, teve início no período chuvoso de 2015 e tem aumentado progressivamente.

“Acabou. Ali não tem área de mata, em cima. Não tem área de mata nativa, nem pequena, não tem. Nada. Vai cair a serra daqui a pouco tempo. Começar a desmoronar, até acabar, porque ainda está segurando, porque as chuvas suspenderam. Se as chuvas não tivesse tido problema com a falta de chuva, eu acho

que nós não tinha rio mais aqui. Se chovesse constante, como nós tinha antigamente, seis meses de chuva aqui, essa serra já tinha desmontado todinha. Eles hoje tinha grande prejuízo já, porque estavam comendo, engolindo as terras deles.” (informação verbal)⁵³.

Além disso, essa erosão acelerada também ocasiona o assoreamento dos cursos fluviais, localizados nos fundos de vale. Isso porque os escoamentos superficiais e subterrâneos transportam partículas, que são depositadas nas áreas mais baixas do relevo, e se sedimentam nos brejos, lagos, rios etc. Esse assoreamento, somado à mudança do regime de chuvas, tem levado brejos, nascentes e riachos da região a secar, o que é apontado pelas falas dos camponeses:

“As água minguaram muito, que aquele brejo mesmo, que nós passamos, o brejinho lá onde vocês pararam, que eu adiantei ali, de primeiro tinha água. Ali era cheio de água, ele era corrente, o brejinho. E agora só tem água, só ali na nascente. E aquele outro brejo, do Riacho dos Cavalos, ele tinha um largamar até muito em cima, dentro do baixão, perto do baixão lá. E hoje, ele minguou um tanto. Além de minguar, criou umas erosão nas costandeira, e começou a aterrar. Tem uma parte lá, que até o areião tomo, de um lado para o outro. Parece que é causa dos projeto.” (informação verbal)⁵⁴.

“O rio está secando. Nosso rio está secando. As nascente, nós não têm mais nascente do rio Uruçuí-Preto. Não, com a água não. Nós temos o lugar da nascente, mas com a água está muito abaixo da água. As nascentes pequena, os brejinho que nós chamava, está tudo secando, seco, maioria está seco. Nós passamos em um, ontem, e você viu, aquilo ali era água, água correndo, ali, não tem, acabou. Igual aquele ali são vários, pequenininho assim, esse brejinho pequeno, nascentezinhas pequenas são muitos, que é o que alimentava o rio. Era a água do rio, que nascia ali, e vai complementando ali as águas. E o rio está baixo. Eu acho que o nosso rio, a gente não tem uma medição nenhuma, mas pelo o que a gente conheceu, eu acho que não tem mais de 50% do seu volume, da sua capacidade de água que tinha antes.” (informação verbal)⁵⁵.

⁵³ Entrevista fornecida por Juarez. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (150 min.).

⁵⁴ Entrevista fornecida por João. Entrevista n. 3 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (35 min.).

⁵⁵ Entrevista fornecida por Juarez. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (150 min.).

Fotografia 25 – Voçoroca, Território Melancias, Gilbués/PI.



Fotografia: Bruna Henrique Albuquerque, em abril de 2019.

Soma-se a isso o fato de que o assoreamento compromete o volume da água dos cursos fluviais, os quais são progressivamente poluídos e recebem uma sobrecarga de sedimentos. No período mais chuvoso, entre janeiro e abril, a coloração do rio altera-se, naturalmente, devido à presença de sedimentos. No entanto, os moradores relatam que, desde o avanço do agronegócio sobre as chapadas, além do volume do rio ter diminuído significativamente, a sua coloração tornou-se mais turva e avermelhada.

“Esse desmatamento que está muito próximo das encostas aí. Muitas vezes, nosso rio aqui mesmo, quando dá no período do inverno, ele muda a cor da água. Agora não, porque reclamaram muito, mas antes a água ficava da cor de buriti, bem vermelha, mesmo e a gente não utilizava, nesse período, não prestava de jeito nenhum. (...) Porque eles fazem as chamadas curva de nível e acho que elas arrebentava, e aí descia as enxurrada de cima da serra. É do barro a cor. Aí descia para dentro do rio.” (informação verbal)⁵⁶.

“Tem dia, no período chuvoso, tem dia aqui, que nós tem água, e tem dia que nós tem barro com água, lama que nós chama.

⁵⁶ Entrevista fornecida por Neuza. Entrevista n. 2 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (30 min.).

Agora, por fim, esse ano está uma cor aí, como vocês já chegaram ver, o rio não presta para agora, nesse período. Não é a lama, mas veio outro trem aí, um ferrugem, uma tinta que não se sabe de onde ela criou, que não existia dessa cor. A gente só simula que é essa consequência aí, dessas erosão grande. Essas erosão da serra que tem vários. Nós acabamos de ver aí algumas, e a gente simula-se que é alguma coisa, algum produto que sai dessa terra mexida, essa coisa que está fazendo com que essa água fique desse jeito.” (informação verbal)⁵⁷.

Ademais, o aumento da turbidez da água, favorecido pelo grande acúmulo de partículas nos rios, prejudica a vida aquática na região e causa a mortandade dos peixes. Nos últimos anos, de acordo com relatos dos moradores, houve uma redução expressiva do número de peixes no rio, fazendo com que a pesca artesanal deixasse de ser uma atividade comum de subsistência.

“Acabou-se, sumiu, nós não tem mais peixe natural do rio. Aqui, para comer peixe tem que criar, criado no tanque. E esse, assim mesmo, ainda tem perdas. O menino aqui, meu sobrinho, ele cria e tem um tanque aqui, e tem que repor a água, ele tem a bomba, para repor ali a água, de vez em quando, uns cinco dias ou oito dias, tem que trocar a água, para dar a oxigenação do peixe.” (informação verbal)⁵⁸.

Essa redução dos níveis dos cursos d'água, nos fundos do vale, também está relacionada ao processo de desmatamento das chapadas por ação do avanço da pecuária e dos monocultivos da agricultura moderna. As chapadas são as áreas de recarga hídrica do Cerrado, pois as suas condições – como topografia plana, altitudes elevadas, solos predominantes do tipo Latossolos e, sobretudo, a vegetação nativa, com troncos grossos e raízes profundas – favorecem que a água das precipitações se infiltre no solo e abasteça os aquíferos e cursos fluviais (LIMA, SILVA, 2008).

O Cerrado é chamado de "caixa d'água do Brasil" em razão de sua importante contribuição hídrica: nele se localizam, além de três grandes aquíferos (o Bambuí, o Guarani e o Urucuia), os rios São Francisco, Tocantins/Araguaia e Paraná/Paraguai, que formam três das maiores bacias

⁵⁷ Entrevista fornecida por Juarez. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (150 min.).

⁵⁸ Entrevista fornecida por Juarez. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (150 min.).

hidrográficas brasileiras e sul-americanas. Apesar disso, como Silva (2009) destaca, não há proteção na legislação ambiental da vegetação do topo das extensas chapadas do Cerrado, isto é, "nas áreas de recarga hídrica do bioma, tudo pode" (SILVA, 2009, p. 97). Porto-Gonçalves (2019) enfatiza essa questão:

Afinal, a maior "caixa d'água" do país é exatamente a região dos Cerrados com suas chapadas, área de recarga hídrica que, diga-se de passagem, não tem proteção na legislação ambiental que, como sabemos, protege o topo dos morros florestados e as beiras dos rios, mas não protege o topo das extensas chapadas dos Cerrados, que são, repito, a maior área de recarga hídrica de um país que detém a maior reserva de recursos hídricos do planeta. A água que infiltra desde as chapadas alimenta o lençol d'água, as fontes e nascentes dos rios, assim como os solos para a agricultura nas veredas, onde estão as matas galerias e as matas ciliares. Uma compreensão mais holística dos Cerrados nos aponta claramente para a dependência das matas ciliares e das matas galerias da recarga hídrica das chapadas e, assim, essas matas estariam mais protegidas por uma legislação que proteja as chapadas, área de recarga hídrica, do que por uma legislação que proteja diretamente as matas galerias e matas ciliares. (PORTO-GONÇALVES, 2019, p. 35).

Portanto, ressalta-se que a retirada da vegetação nativa, aliada às técnicas de irrigação utilizadas pelos monocultivos da produção agrícola moderna, têm comprometido os cursos fluviais, dos quais dependem, não apenas os camponeses que ocupam os fundos de vales, mas também grande parte da população no território brasileiro.

3.2. Pressões e conflitos fundiários: a luta pelo Território Melancias

A expansão da fronteira agrícola moderna no território brasileiro é marcada por intensos conflitos fundiários, envolvendo empresas agrícolas, grandes proprietários e os camponeses que ainda resistem nos fundos dos vales. Esses são os mais vulneráveis e vêm sofrendo com constantes ameaças e pressões para deixarem seus territórios.

As populações camponesas nunca tiveram documentos formais de posse da terra, entretanto ocupam essas regiões desde tempos imemoriais, estabelecendo-se de acordo com a disponibilidade de recursos para sua subsistência ao longo de gerações (ALVES, 2006).

Os conflitos fundiários resultam das diversas irregularidades no processo de apropriação de terras devolutas pelo domínio privado durante avanço da agricultura moderna sobre o Cerrado. O processo de tomada de terras foi marcado pela grilagem, mecanismo que consiste em toda a ação ilegal, que tem por objetivo a apropriação de terras públicas ou de terceiros, por meio da criação ou falsificação de documentos para legitimar a propriedade sobre a terra (INCRA, 1999). De acordo com Oliveira (2015), trata-se de uma prática antiga, que está na base da formação do território brasileiro, e se faz muito presente na recente expansão da fronteira agrícola no país (OLIVEIRA, 2000; MARTINS, 2001; ALVES, 2009; MIRANDA, 2011; LIMA, 2014).

No sul do Piauí, de acordo com Alves (2009), a grilagem de terras tem origem na década de 1970. Nesse período, membros das elites locais passaram a se apropriar e cercar terras devolutas, tomando posse de forma oficial, através da oferta de títulos de posse da Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI), ou a partir da grilagem de terras. O interesse desses grupos era ter acesso aos generosos subsídios do governo federal, para implementação de programas de modernização e reflorestamento e obter a posse de extensas áreas de terra, para utilizá-las como reserva de valor (REYDON; MONTEIRO, 2006).

No início, as terras eram adquiridas, sobretudo, na região dos cerrados, diretamente, ao governo estadual, a preços simbólicos, desde que era de interesse da administração, à instalação dos referidos projetos no Estado. A 'Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI)' era o órgão encarregado das negociações, mas face ao desconhecimento da quantidade de terras existentes e da situação em que se encontravam, podiam ser vendidas a mais de um projeto, culminando com a expulsão das pessoas que se encontravam em situação de posse. Em outras zonas, as terras eram adquiridas de proprietários e, via de regra, eram terras '*griladas*'. Isto porque, grandes proprietários da região registravam imensas extensões de terra em seus nomes e, depois, as vendiam aos projetos, mesmo com a ressalva de que o preço da terra era baixo." (BANDEIRA, 1993, p. 195).

Esse processo desencadeou a mobilização de um mercado de terras nos Cerrados Piauienses. Logo, a partir de meados da década de 1980, os grupos que se apropriaram de terras, irregularmente ou através dos títulos de posse ofertados pelo Estado, passaram a vendê-las para empresas e produtores

agrícolas que, em sua maioria, eram oriundos da região Centro-Sul do país. Esses foram atraídos pelos preços baixos e incentivos do governo estadual, o que deu início à fase da ocupação produtiva da região, com a implantação de lavouras modernas (ALVES 2009, JESUS; FABRINI 2017).

Aliás, o que se observa é um aumento da apropriação privada de terras que, a partir da década de 2000, se acentua com a chamada “corrida por terras”, e a chegada de empresas agrícolas controladas por fundos financeiros interessadas em obter lucros com a valorização das terras. Esse movimento acentuou a grilagem de terras na região (FREDERICO, 2018).

Apesar da diversidade de mecanismos, todas as ações de grilagem têm o intuito de forjar documentos que dão início à cadeia dominial, isto é, a intenção de falsificar o histórico dos proprietários e das transmissões de registros de posses ocorridas sobre um terreno. Ressalta-se que, no Brasil, a cadeia dominial desse tipo de terreno deve apresentar uma origem pública, bem como o momento em que a propriedade passou para o domínio privado.

A forma mais comum de grilagem consiste em utilizar a assinatura de “laranjas”, ou seja, supostos proprietários legais da terra, em documentos de compra e venda. Em seguida, os grileiros, como são chamados os agentes que, ilegalmente, se apropriam de terras, utilizam esses documentos fraudados para registrar as posses em cartórios locais. Com o registro em mãos, eles revendem as terras a empresas e produtores agrícolas. A questão é ainda mais grave, porque, frequentemente, os grileiros vendem os mesmos terrenos mais de uma vez para grupos e pessoas diferentes, o que resulta em uma sobreposição de titularidades e em terrenos disputados na justiça por vários proprietários.

Em 2012, o poder judiciário do estado do Piauí expediu um relatório que contém alguns exemplos de irregularidades, constatadas a partir da inspeção de livros cartorários do Estado:

Como medida inicial de combate à referida grilagem nesta região do Piauí, por ocasião da inspeção ora realizada, foram analisados livros cartoriais na Comarca de Santa Filomena. A exemplo das irregularidades encontradas tem-se a que foi constatado dano Livro de Registro de Imóveis 2-C: as matrículas 641 e 651, que fazem a, aproximadamente, 46.852ha. (quarenta e seis mil e oitocentos e cinquenta e dois), foram rerratificados pelo Cartório de Santa Filomena, com origem em Escritura Pública de Compra e Venda lavrada no Livro nº 54 do Cartório 1º Ofício da Comarca de

Gilbués-PI. Ocorre, no entanto, que o referido Livro nº 54 não existe, conforme certidão expedida pelo referido Cartório de Gilbués em 24 de setembro de 2012. (ESTADO DO PIAUÍ, 2012, p. 20).

É necessário evidenciar que a efetivação dos mecanismos de grilagem depende da ação de diversos agentes e instituições. Alves (2009) destaca, por exemplo, a participação fundamental dos cartórios municipais piauienses para ampliação e efetivação da rede de grilagem, muitas vezes, com a conivência de juízes de comarca. Nesse sentido, Frederico (2018) aponta, ainda, que:

A apropriação e grilagem de terras na região é um fenômeno eminentemente transescalar, que envolve temporalidades conflitantes, convergentes e hierarquizadas. Encontram-se, desde agentes financeiros, em compasso com o tempo-mundo, isto é, vinculados às redes de poder globais e que pensam e executam suas estratégias em escala mundial, até agentes locais (como grileiros, posseiros, tabeliões, produtores agrícolas, etc.), que auxiliam o capital externo no acesso ao mercado de terras local, sem desconsiderar o papel intermediário do Estado (na criação de normas, na implantação de infraestruturas e no fornecimento de crédito), assim como das empresas que atuam em escala nacional. (FREDERICO, 2018, p. 306).

Dessa forma, a escala da rede de grilagem no sul do Piauí, que no início apresentava base regional, atualmente se ampliou, contando com uma articulação entre diversos agentes, classes e grupos sociais. Como reflexo deste amplo e acentuado processo de grilagem, quase a totalidade das terras incorporadas pela produção agrícola moderna, nos Cerrados Piauienses, são oriundas de transações irregulares (ALVES, 2009).

3.2.1. O avanço da apropriação de terras sobre os Baixões

As tentativas de apropriação e grilagem de terras nos Cerrados Piauienses, que inicialmente priorizavam as áreas dos planaltos, recentemente, passaram a avançar sobre os vales úmidos. O principal intuito é se apropriar dessas áreas para criação de Reserva Legal, exigida pelo Novo Código Florestal Brasileiro (Lei nº. 12.651/2012). De acordo com esta legislação, a Reserva Legal

representa uma porcentagem⁵⁹ das propriedades rurais que deve ser mantida com a cobertura da vegetação nativa.

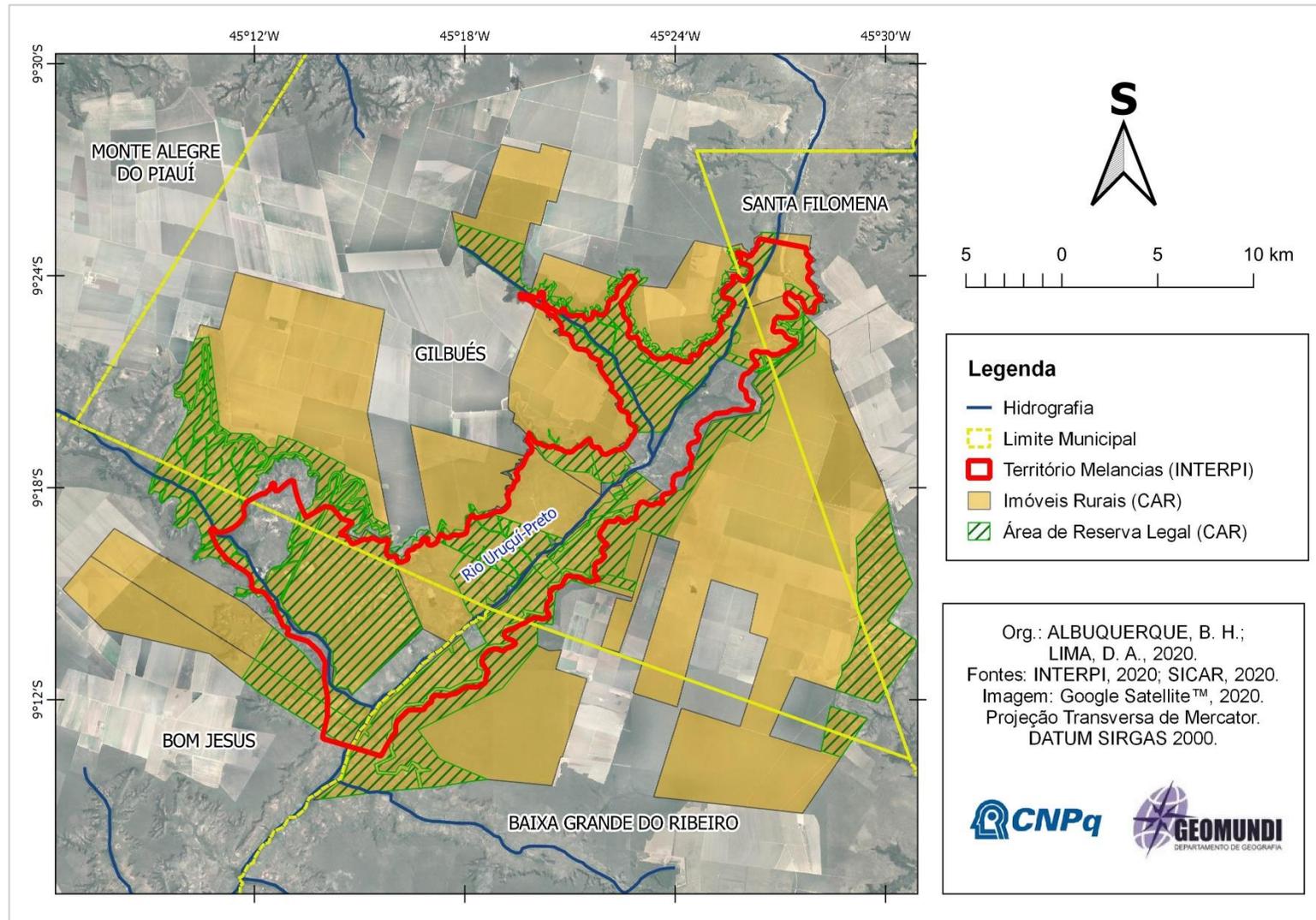
Essa exigência resultou na formação de um mercado com grande interesse nas terras localizadas nos fundos de vale. Essas áreas, em geral, apresentam relevo acidentado que dificulta a utilização de maquinário agrícola e inviabiliza a formação das grandes lavouras monocultoras. Com isso, os grandes produtores e empresas agrícolas passaram a estabelecer os perímetros da Reserva Legal sobre estas áreas que são tradicionalmente ocupadas pelas comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, gerando ainda mais conflitos.

Para monitorar as informações das propriedades rurais do país, o Novo Código Florestal tornou obrigatório o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Trata-se de um cadastro público eletrônico de âmbito nacional e de natureza declaratória, cuja finalidade é “compor uma base de dados visando controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento” (BRASIL, 2012).

As informações do CAR são centralizadas em um sistema baseado em georreferenciado chamado Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR). A partir dos dados disponibilizados nesse sistema é possível constatar uma grande quantidade de cadastros, principalmente de áreas de Reserva Legal, que se sobrepõem aos territórios das sociedades tradicionais, como no caso do Território Melancias apresentado a seguir.

⁵⁹ O percentual de Reserva Legal varia conforme o bioma e a região em que se localiza o imóvel rural. O Artigo 12 da Lei nº. 12.651/2012, incisos primeiro e segundo, estabelece os seguintes percentuais: “I - Localizado na Amazônia Legal: a) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas; b) 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado; c) 20% (vinte por cento), no imóvel situado em área de campos gerais; II - localizado nas demais regiões do País: 20% (vinte por cento) (BRASIL, 2012)”.

Mapa 5 – Imóveis Rurais e áreas de Reserva Legal sobrepostos ao Território Melancias, Gilbués/PI



Assim, além de terem perdido o acesso às áreas das chapadas, que eram utilizadas de forma comunal, os ribeirinhos-brejeiros relatam também enfrentar pressão para deixarem de ocupar o Baixão. Algumas das fazendas que estabeleceram sua reserva legal sobre a comunidade passaram a impedir que estas áreas sejam utilizadas para abertura de roças, criação de gado ou extrativismo, por vezes por meio do uso de violência e ameaça. Além disso, há imóveis que possuem CAR, mas não estão inseridos no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), o que indica possibilidade da apropriação irregular dessas terras.

Com isso, observa-se uma apropriação de grandes porções de terras devido a necessidade de regularização ambiental. Esse processo é denominado de *green grabbing* (FAIRHEAD, LEACH e SCOONES, 2012), ou apropriação verde (SAUER e BORRAS JR., 2016). Essa apropriação se materializa de diversas formas, como mecanismos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD), pagamentos por serviços ecossistêmicos e compensações ambientais, sustentada por uma “lógica da economia da reparação” (FAIRHEAD, LEACH e SCOONES, 2012, p. 242). Segundo Silva (2020, p. 16), o Novo Código Florestal “estabeleceu e ampliou mecanismos de compensação ambiental, em especial, quanto às reservas legais a serem mantidas em todos os imóveis rurais, independentemente de serem posses ou propriedades”.

Nesse sentido, cabe destacar que o CAR foi criado apenas como um mecanismo de controle e gestão ambiental. Portanto, não deve ser utilizado para regularizar uma posse ou propriedade, como é explicitado no Artigo 29 do Novo Código Florestal, “o cadastramento não será considerado título para fins de reconhecimento do direito de propriedade ou posse” (BRASIL, 2012). Contudo, há diversos registros de desvio no uso desse instrumento, que tem sido utilizado como uma nova ferramenta de grilagem em diversas regiões do Brasil (TUPIASSU, GROS-DESORMAUX e CRUZ, 2016; AGÊNCIA PÚBLICA, 2016; BRASIL DE FATO, 2017; ISA, 2017, 2020; DE OLHOS NOS RURALISTAS, 2020; REVISTA FÓRUM, 2021; CAZULA, 2021).

Tal prática se aproveita do caráter autodeclaratório do CAR, ou seja, do fato de se tratar de um processo realizado por proprietários ou supostos proprietários das áreas registradas no sistema. Os órgãos estaduais do meio ambiente são

responsáveis pela verificação e validação dessas informações, porém esta análise tem sido muito morosa e apresentado uma série de falhas. Isso favorece o grileiro que utiliza o documento de registro, mesmo que o título ainda não esteja validado, para tentar legitimar ocupações irregulares, comercializar terras ilegalmente e expropriar territórios tradicionais.

3.2.2. O Programa de Regularização Fundiária e a luta pelo território tradicional

A instabilidade gerada pelo grande número de conflitos fundiários no sul do Piauí tem afastado investidores e prejudicado o mercado de terras na região (FREDERICO, 2018). À custa disso, o governo do Piauí passou a tomar medidas visando a regularização fundiária do estado. Para tanto, em 2012, foi criada a Vara Agrária da Justiça Estadual, no município de Bom Jesus (ESTADO DO PIAUÍ, 2011). Assim, em seis anos, o primeiro juiz que esteve à frente dessa fiscalização determinou o bloqueio de cerca de 6 milhões de hectares, do Estado e de particulares, e o cancelamento de registros de mais de 1 milhão de hectares. Ademais, na região sul do estado, diversos cartórios de registro de imóveis foram colocados sob intervenção judicial, como os dos municípios de Gilbués, Santa Filomena e Uruçuí (CIDADE VERDE, 2013).

Além disso, em 2015, o governo do Piauí passou a receber apoio e financiamento do Banco Mundial por meio do programa intitulado: "Projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social". Trata-se de um plano multissetorial de US\$ 120 milhões, que apresenta entre seus objetivos oficiais o de "expandir o registro de usuários de água subterrânea em áreas rurais e regularização fundiária" (PIAUÍ, 2016, p. 2).

O Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) é o órgão que ficou responsável pela implementação do projeto apoiado pelo Banco Mundial. Para isso, o governo aprovou a Lei nº 6.709 de 28 de setembro de 2015, que prevê o georreferenciamento das terras devolutas do Piauí e a concessão de título de posse para pequenos e grandes produtores que ocupam terras públicas, desde que estejam cumprindo a função social e comprovem a ocupação mínima de cinco anos. Esta lei pretende regularizar o mercado de terras do Piauí, ainda que elas sejam oriundas de algum processo de grilagem, pois possibilita a aquisição

de terrenos por grandes empresas e produtores agrícolas a preços muito baixos. Portanto, percebe-se que os processos de legalização das terras são facilitados àqueles que possuem maiores condições econômicas, conforme apontado por Oliveira (2015):

Uma análise sucinta do acesso à terra na história da sociedade brasileira permite verificar que o descumprimento das normas legais e a elaboração de novas normas, para regularizar os atos ilegais, foi sempre o procedimento histórico das elites nacionais (p. 5).

Contudo, o programa de regularização fundiária do Piauí, financiado pelo Banco Mundial, passou a receber denúncias frequentes das comunidades tradicionais (BRASIL DE FATO, 2018). Essas estavam sendo diretamente atingidas pela legalização da apropriação ilegal de seus territórios, pelos grandes produtores e empresas do agronegócio. Tais denúncias ganharam repercussão internacional devido ao apoio de organizações nacionais, como a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (REDE) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e internacionais, como a Food First Information and Action Network (FIAN) e a Genetic Resources Action International (GRAIN). Em consequência disso, em 2017, o Ministério Público Federal (MPF) emitiu uma recomendação para que o Banco Mundial e o INTERPI suspendessem o projeto, até que fossem tomadas as medidas necessárias para garantir os direitos territoriais das comunidades tradicionais.

RECOMENDA ao INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ – INTERPI e ao BANCO MUNDIAL, nas pessoas de HERBERT BUENOS AIRES, Diretor-Geral do INTERPI, e MARTIN RAISER, Diretor do Banco Mundial para o Brasil:

- a) que procedam à imediata suspensão da aplicação da Lei Estadual nº 6.709/2015 (Lei de regularização fundiária do Estado do Piauí), em relação às áreas ocupadas por povos e comunidades tradicionais, até que sejam adotadas medidas que assegurem o direito de titulação coletiva dos referidos territórios, na forma em que já se encontram ocupados, conforme entendimento adotado pelo STF e contido nas normas de Direito Interno e Internacional sobre o tema;
- b) que realizem estudo antropológico prévio para identificação, delimitação e avaliação da forma de ocupação das terras acima mencionadas, de modo a garantir, efetivamente, os direitos das comunidades que as ocupam;
- c) que realizem consulta livre e informada aos povos e comunidades tradicionais diretamente afetados pela Lei Estadual

n. 6.079/2015, assegurando-lhes o direito de manifestar-se sobre a forma pela qual exercem a posse atual de seus territórios e de que forma pretendem a regularização fundiária das terras devolutas e outras terras sob domínio do estado que ocupam (BRASIL, 2017).

Em resposta às contestações do projeto, representantes do Banco Mundial foram ao Piauí, para participar de reuniões com representantes das comunidades tradicionais e membros de grupos de apoio, como a CPT. Nessas ocasiões, os conflitos e os prejuízos ambientais foram expostos de forma detalhada e as comunidades enfatizaram sua insatisfação com os inúmeros obstáculos encontrados para garantir que seus direitos sobre o território fossem reconhecidos, enquanto o projeto vinha priorizando apenas grandes empresas e produtores do agronegócio.

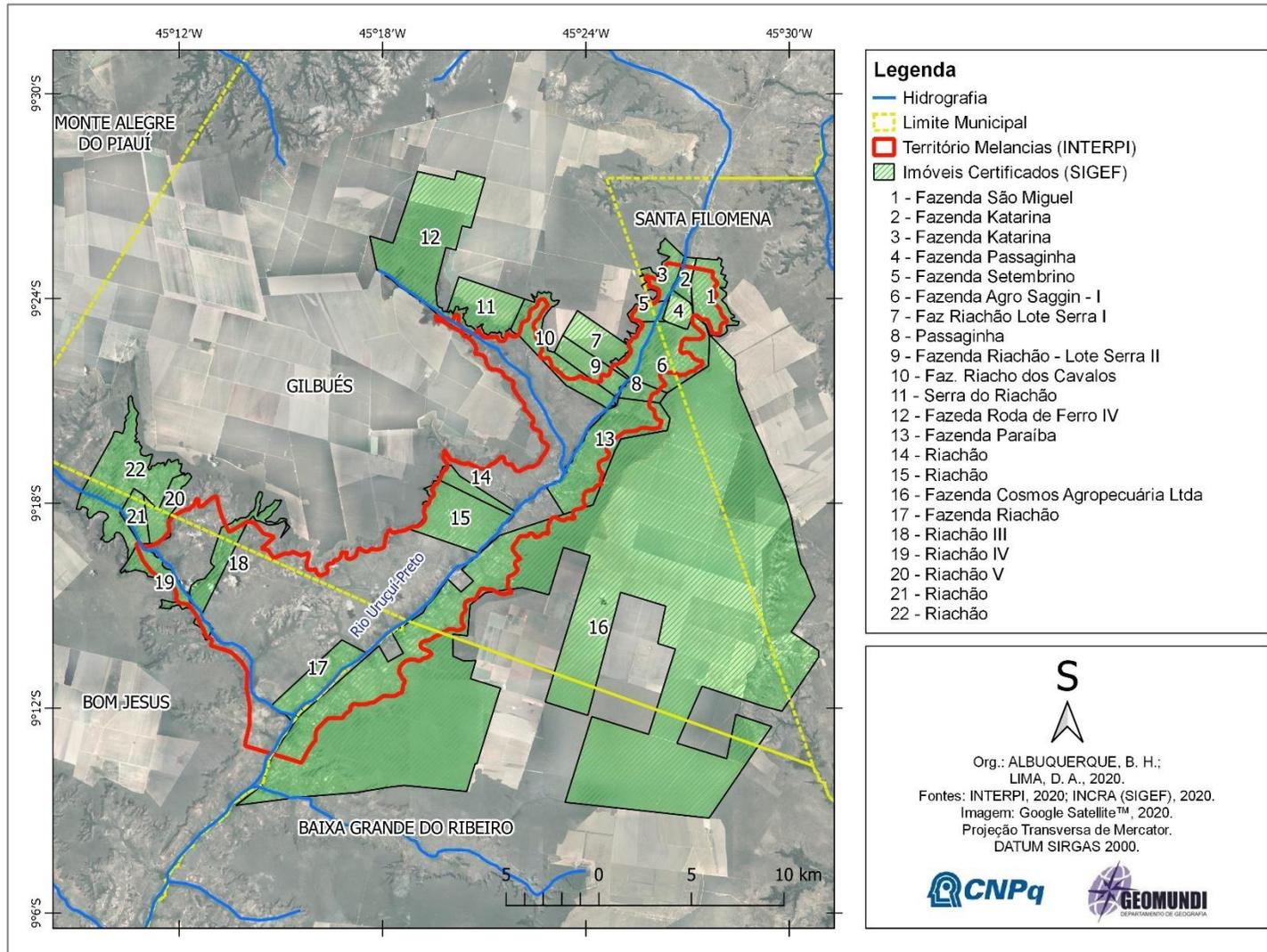
Após uma série de negociações, em 2018, o Banco Mundial concordou em destinar parte dos recursos do projeto para regularização fundiária de algumas comunidades tradicionais. Além disso, após dois anos de debate, a Assembleia Legislativa do Piauí (ALEPI) aprovou a nova Lei Estadual de Regularização Fundiária nº 7.294, em 10 de dezembro de 2019, revogando alguns dispositivos da Lei nº 6.709/2015. A nova norma determina que sejam destinadas às comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, as terras públicas e devolutas estaduais, por elas ocupadas coletivamente. Elas deverão ser regularizadas de acordo com as normas específicas, aplicando-se, no que couberem, os dispositivos da nova Lei.

O Território Melancias foi uma das primeiras comunidades tradicionais no qual o INTERPI deu início ao processo de regularização fundiária dentro do projeto custeado pelo Banco Mundial. Ainda em 2018, foi elaborado um estudo antropológico desta comunidade. No mesmo ano, também foi realizado o georreferenciamento da área reivindicada pelos ribeirinhos-brejeiros, correspondente a cerca de 15 mil hectares. Entretanto, funcionários do INTERPI receberam instruções para colocar marcos legais em apenas 900 hectares, porém foram questionados pelas lideranças da comunidade e acabaram por deixar apenas pedaços de tronco de árvores fincados no chão, como sinal de indicação dos marcos do território.

Após aproximadamente um ano, em maio de 2019, o INTERPI deu início à Ação Discriminatória Administrativa, para regularização fundiária do Território

Melancias, buscando identificar terras estatais ou propriedades privadas registradas que se sobreponham à área reivindicada pela comunidade. Foi exposto que, tanto no caso do Território Melancias, quanto em outras comunidades da região, existem matrículas sobre a maior parte dos territórios tradicionais. Isso é evidenciado no mapa a seguir, elaborado com base nos dados de cadastros de imóveis disponibilizados pelo Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Mapa 6 – Imóveis Certificados pelo INCRA sobrepostos ao Território Tradicional Melancias, Gilbués/PI



A grande quantidade de imóveis rurais cadastrados sobre o território da comunidade dificulta e torna moroso seu processo de regularização. De acordo com os camponeses, essas terras foram vendidas por grileiros, portanto, todas as suas matrículas são irregulares.

É importante ressaltar que os camponeses do Território Melancias ocupam a região há mais de um século, o que é evidenciado pela presença de cemitérios e ruínas de habitações (INTERPI, 2018). Em entrevista, uma das lideranças relatou que seu pai chegou à região na década de 1940, para trabalhar no garimpo de diamantes em Gilbués, quando conheceu a sua mãe, que já vivia na comunidade, com seus avós. Além disso, outra liderança guarda a documentação de pedidos de regularização fundiária, que inclui cerca de nove protocolos de iniciação do processo, sendo que o primeiro destes data de 1992, porém nunca obtiveram retorno.

Enquanto aguardam que seus direitos tradicionais sobre a terra sejam reconhecidos e protegidos, os camponeses continuam sofrendo ameaças, intimidações e invasões da comunidade. Em 2019, os donos de uma dessas fazendas, que apresentam matrícula de terras sobre a comunidade, destruíram uma roça dos camponeses e expulsaram o gado da comunidade de uma área das quais se apropriaram dentro do Baixão. Na ocasião, apesar de os fazendeiros contarem com o auxílio de policiais, não apresentaram nenhum documento oficial que justificasse a ação (CPT, 2019).

Fotografia 26 – Cerca entre duas fazendas no Território Melancias, Gilbués/PI



Fotografia: Bruna Henrique Albuquerque, em abril de 2019.

Ainda segundo relatos dos camponeses, essa mesma fazenda avançou sobre o território do Baixão e, há alguns anos, tem impedido o uso da parte leste do Rio Uruçuí-Preto, principalmente das áreas das veredas (campos limpos). Estas áreas são importantes para o manejo do gado da comunidade e a sua disponibilidade já é naturalmente escassa, uma vez que correspondem a uma pequena extensão próxima à mata ciliar. Como a fazenda cercou a maior parte dessas áreas, isso tem dificultado muito a criação dos animais da comunidade, como afirmam os moradores:

“Aconteceu comigo que eu tinha o meu gado nas vereda e como a maior parte da vereda está cercada hoje por projeteiros e nós não pudemos mais utilizar essa área. Essa é também uma ameaça muito forte, porque o projeteiro, ele me procurou e foi na roça para mandar eu tirar esse gado de lá. Eu estava na roça trabalhando e ele foi lá, porque ele mandou recado e eu disse que só tirava se ele mandasse uma ordem por escrito. E ele achou que a ordem não servia e aí ele mesmo foi e disse que eu tinha que tirar o gado de lá porque lá era dele, ele tinha cercado e ia botar o gado era dele lá agora.” (informação verbal)⁶⁰.

⁶⁰ Entrevista fornecida por Juarez. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (30 min.).

Fotografia 27 – Placa colocada por uma das fazendas no Território Melancias, Gilbués/PI



Fotografia: Bruna Henrique Albuquerque, em abril de 2019.

“Desceu do outro lado do rio aqui vizinho nosso aqui, pega bem aqui. Agora estamos aqui imprensado de um lado sem vereda. E o costume era trocar o gado. (...) nós usa os dois lados do rio. Isso serve para o desenvolvimento do gado, é uma coisa que vem dos antigo que é trocar o gado de um lado para o outro. Nós deixa o gado dois meses naquele lado. (...) Porque não é só para vereda do outro lado, a chapada também do outro lado para troca do gado. E porque um lado não é suficiente também só a chapada de um lado, não é suficiente para criação do gado porque o pasto da chapada é pouco e o gado para pastar tem que andar muito longe. (...) Então eles estão produzindo soja ali na serra e estão querendo produzir gado aqui na chapada nossa.” (informação verbal)⁶¹.

Os conflitos na comunidade continuaram a ocorrer mesmo durante a pandemia da COVID-19. Em maio de 2020, um dos grileiros locais passou a ameaçar os camponeses, derrubando as cercas da comunidade e afirmando que tinha a intenção de expulsá-los e cercar toda a região. Além disso, ordenou que duas retroescavadeiras desmatassem parte da mata ciliar dentro da comunidade. Após receber denúncias, no dia 31 de agosto de 2020, o MPF

⁶¹ Entrevista fornecida por João. Entrevista n. 1 [Abril. 2019]. Entrevistadora: Bruna H. Albuquerque. Melancias, 2019. arquivo .mp3 (30 min.).

determinou a suspensão imediata da invasão e de qualquer atividade do grileiro (CIDADE VERDE, 2020).

O processo de regularização fundiária do Território Tradicional Melancias segue andamento pelo INTERPI. Além da grande sobreposição de matrículas sobre o baixão, existe uma fragilidade no núcleo Sumidouro que não aceitou participar da reivindicação coletiva do território, pois este núcleo familiar mantém relações próximas com o dito proprietário da localidade e, por isso, solicitaram apenas 50 hectares que correspondem a área das casas e uma parte de brejo e veredas (INTERPI, 2018).

Os Ribeirinhos-brejeiros do Território Melancias reivindicam cerca de 15 mil hectares, o que pode parecer uma extensão territorial exagerada para as 140 pessoas que vivem na comunidade. Contudo, deve-se considerar que as áreas propícias para o plantio de alimentos (Mata de terra firme) e as áreas de veredas necessárias para a criação do gado são escassas no baixão. Diante disso, a dinâmica do uso do território pelos camponeses estreitamente associado as condições naturais da região, justificam a necessidade dessa extensão de terras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas adotadas pelo Estado Brasileiro a partir da década de 1970, conjuntamente com o desenvolvimento e difusão da base técnica e científica, impulsionaram a expansão da agricultura moderna sobre as áreas do Cerrado. Na região Sul do Piauí essa verticalização do agronegócio (ALVES, 2015) é acentuada, sobretudo, após os anos 2000, configurando-se como uma região em que a agricultura científica globalizada (SANTOS, 2000) tem se consolidado e expandido com maior velocidade. Contudo, esse avanço priorizou os interesses dos agentes hegemônicos, impondo uma racionalidade que tem sido responsável por eventos verticais de apropriação, ocupação e transformação dessa região que até então era predominantemente ocupada por comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas.

Essas populações ocupam os Cerrados Piauienses desde tempos imemoriais (ALVES, 2009), estabelecendo-se historicamente sobre as áreas dos fundos de vale, devido ao acesso facilitado à água e à presença de solos agricultáveis. Ao longo dos séculos de ocupação, desenvolveram um conhecimento amplo das dinâmicas geográficas que existem neste bioma (MAZZETO SILVA, 2012), resultando em uma combinação de práticas agrícolas, criação de animais e extrativismo, que envolvem grande dependência dos ciclos biológicos e recursos naturais (DIEGUES, 2008). Contudo, esses saberes vernaculares (PORTO-GONÇALVES, 2019) foram subjugados no processo de avanço da agricultura moderna sobre a região, afetando social e ambientalmente essas sociedades tradicionais.

Diante disso, essa dissertação buscou analisar as transformações no uso do território das comunidades tradicionais devido à presença da agricultura moderna na região Sul do Piauí. Para isso, a pesquisa se desenvolveu a partir do caso do Território Melancias, uma das muitas comunidades tradicionais piauienses que resistem nos vales úmidos entre os planaltos que foram intensamente ocupados pelas lavouras modernas. Devido aos problemas ambientais e conflitos territoriais consequentes da implantação da agricultura moderna, a comunidade passou a se organizar e se articular com outras comunidades e, com apoio de organizações como a CPT, tem lutado pelo reconhecimento legal de seu território.

A realização dos trabalhos de campo e das entrevistas semiestruturadas com os ribeirinhos-brejeiros foi fundamental para compreender os usos do território dentro do Baixão, pois disso possibilitou o diálogo entre e os saberes locais e os saberes científicos (PORTO-GONÇALVES, 2019). A partir da proposta de uma tipologia do território baseada nas nomenclaturas e na classificação utilizada pelos camponeses, também identificamos denominações que não coincidem com a definição adotada no campo acadêmico. Esse é o caso das áreas da fitofisionomia de Campo limpo que a comunidade denomina como Veredas, e as áreas de chapada que, para o Território Melancias, corresponde as áreas dentro e fora do baixão caracterizada pela presença do capim agreste.

Ao apresentar a topologia do território com as principais práticas e atividades exercidas no Território Melancias, evidenciamos como essa dinâmica do uso do território está estreitamente associada aos aspectos naturais da região. A área reivindicada pelos ribeirinhos-brejeiros é de aproximadamente 15 mil hectares, o que sem considerar a escassez das áreas propícias para a agricultura e veredas necessárias para criação de gado, pode parecer muito para as cerca de 50 famílias que vivem na comunidade. Portanto, esse aspecto é muito importante para compreender a necessidade dessa extensão territorial para a manutenção das sociedades tradicionais no Cerrado.

A proximidade com as fazendas monocultoras de grãos instaladas nas chapadas tem acarretado uma série de problemas ambientais que comprometem a reprodução das comunidades tradicionais. Entre estes destaca-se a contaminação de cultivos agrícolas e da água pela pulverização aérea de agrotóxicos, o que além de colocar a saúde dos camponeses em risco, também causa um desequilíbrio ecológico resultando em novas pragas como a mosca-branca e o capim-rabo-de-raposa. Ademais, o desmatamento próximo às encostas tem acelerado o processo erosivo nas escarpas provocando o assoreamento dos rios e áreas brejosas, o que provoca a mortandade de peixes e redução da produção dos buritis.

Além disso, o avanço da agricultura moderna na região também é acompanhado por um acirramento de conflitos territoriais. Inicialmente as tentativas de grilagem e apropriação de terras no Sul do Piauí priorizaram as áreas das chapadas. Porém, recentemente passaram a avançar sobre os baixões com o intuito de se apropriar dessas terras para criação de Reserva

Legal. Desse modo, a partir da análise dos dados disponibilizados pelo SICAR é possível constatar uma grande quantidade de cadastros de áreas de reserva legal que se sobrepõem aos territórios das comunidades tradicionais, como é o caso do Território Melancias.

Essa apropriação verde (SAUER e BORRAS JR., 2016) tem resultado em um grande aumento dos conflitos. Os ribeirinho-brejeiros relataram que, devido às constantes ameaças de expropriação, passaram a ser impedidos de ter acesso a algumas áreas e recursos dentro de seu território que são fundamentais para garantir sua subsistência. Nesse sentido, destacam a perda do acesso a áreas de veredas (campo Limpo) que já são naturalmente escassas dentro do baixão e possuem grande importância para a criação do gado.

Apesar dos problemas ambientais e conflitos por terra decorrentes do rápido avanço da agricultura moderna na região, muitas comunidades tradicionais ainda resistem e se reproduzem nos baixões do Sul do Piauí. Nesse sentido, a articulação entre as comunidades e a atuação da CPT se mostram fundamentais na luta pelo território. Os agentes da CPT oferecem apoio moral e jurídico para as comunidades e, através da realização de reuniões, orientam as comunidades acerca de seus direitos. A CPT também possui uma atuação importante na divulgação de denúncias dos conflitos e violências no campo, além de levarem as reivindicações das comunidades à justiça.

Após receber denúncias que tiveram repercussão internacional, o “Projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social” financiado pelo Banco Mundial, passou a destinar parte dos recursos para a regularização dos territórios ocupados por algumas comunidades tradicionais, entre estas o Território Melancias. Assim, em 2018, o INTERPI deu início ao processo de regularização do Território Melancias, porém a grande quantidade de matrículas de imóveis rurais que se sobrepõem a área reivindicada pelos ribeirinhos-brejeiros tem dificultado muito esse processo.

Os usos pretéritos do Cerrado continuam sendo desconsiderados pela ação e discurso dos agentes do agronegócio que, a partir dos principais meios midiáticos, afirma-se como uma racionalidade superior, isto é, como o caminho mais eficiente para impulsionar a economia brasileira. No entanto, conforme assinala Porto-Gonçalves (2019), ao passo que produz cada vez mais toneladas de commodities para exportação, o modelo de produção agrícola moderno

produz muita riqueza para poucos, acentua as violências para as populações camponesas e gera destruição ambiental para todos, mesmo que de forma desigual entre os diferentes grupos e classes sociais. Frente a isso, muitas comunidades tradicionais ainda resistem nos interstícios das grandes lavouras modernas protagonizando as lutas pelo direito de habitar os territórios que garantem a sua sobrevivência. Estas comunidades apresentam um profundo conhecimento dos diferentes ecossistemas do bioma e seu modo de vida revela as possibilidades de produzir de forma sustentável, a partir de uma grande diversidade de racionalidades que se mostram como caminhos seculares para manutenção da vida no Cerrado.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ABRASCO. **Dossiê ABRASCO: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na Saúde**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- AGUIAR, T. J. A.; MONTEIRO, M. do S. L. Modelo Agrícola e Desenvolvimento Sustentável: a ocupação do Cerrado Piauiense. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 8, n. 2, 2005.
- ALVES, V. E. L. A mobilidade sulista e a expansão da Fronteira Agrícola Brasileira. **Agrária**, n. 2, p. 40–68, 2005.
- ALVES, V. E. L. A presença das grandes empresas do agronegócio nos cerrados nordestinos: o caso da Bunge Alimentos no sul do Piauí. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 2, p. 241–261, 2012.
- ALVES, V. E. L. **Mobilização e Modernização nos Cerrados Piauienses: Formação Territorial no Império do Agronegócio**. 320 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- ALVES, V. E. L. Modernização agropecuária, ruptura e permanência do modo de vida camponês nos cerrados do sul do Piauí. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 77, p. 7–28, 2017.
- ALVES, V. E. L. O Mercado de Terras nos Cerrados Piauienses: Modernização e Exclusão. **Revista Agrária**, n. 10/11, p. 73–98, 2009.
- BANDEIRA, W. J. **Os Programas e Projetos Governamentais e seus Efeitos sobre a Estrutura Agrária Piauiense no Pós-70**. Tese (Doutorado em Economia. 490 f. 1993. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1993.
- BARCELOS, I; BARROS, C. Crime e grilagem com uso do CAR. **Agência Pública**, 2 ago. 2016. Disponível em: <<https://apublica.org/2016/08/crime-e-grilagem-com-uso-do-car/>>.
- BERNARDES, J. A. Fronteiras da agricultura moderna no Cerrado Norte/Nordeste: descontinuidades e permanências. In: BERNARDES, J. A.; BRANDÃO FILHO, J. B. (Org.). **Geografias da Soja II**. A territorialidade do Capital. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009. p. 13–39
- BÔAS, G. L. V. Manejo Integrado de Mosca-Branca. **Embrapa Hortaliças- Comunicado Técnico (INFOTECA-E)**. Brasília, DF: [s.n.] 2005. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/779132/1/cot30.pdf>>.

BOCHNER, R. Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas SINITOX e as intoxicações humanas por agrotóxicos no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 73-89, 2007.

BOMBARDI, L. M. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim Dataluta**, v. 45, p. 1-21, 2011.

BRASIL. Decreto nº 8.447, de 6 de janeiro de 2015. **Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e A Criação de Seu Comitê Gestor**. Brasília, 2015.

BRASIL. Decreto 6.040/07, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, 2007.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 maio 2012.

BRASIL. **Lei Nº 7.802 de 11 de julho de 1989**. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção ea fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1989.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Secretaria Geral. **Projeto RADAM BRASIL**. Parte da folha SC.23 Rio São Francisco e SC.24 Aracaju: geologia, geomorfologia, solos, vegetação, uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1973.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em Goiás. **Recomendação nº 2017**. Goiânia, 12 dez, 2017. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pi/sala-de-imprensa/docs/recomendacao-matopiba>>.

BUAINAIN, A. M. et al. **O mundo rural no Brasil do século 21**: A formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília - DF: Embrapa, 2014.

CAMPELO, L. Cadastro Ambiental é usado para legalizar grilagem na Ilha de Marajó. **Brasil de Fato**. [S.l.] 12 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/04/12/cadastro-ambiental-e-usado-para-legalizar-grilagem-na-ilha-de-marajo>>.

CAMPOS, N. J. Populações tradicionais e formas de uso comum. Transformações atuais em áreas de fronteiras agrícolas. In: ALVES, V. E. L. (Org.). **Modernização e regionalização nos Cerrados Centro-Norte do Brasil**: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste do Tocantins. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 165–197.

CAZULA, L. P. **O Cadastro Ambiental Rural (CAR) nas estratégias de grilagem de terras na Amazônia: o caso da gleba Pacoval, Pará.** Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-15102021-214354/publico/2021_LeandroPansonatoCazula_VCorr_V1.pdf>.

COLAÇO, T. L.; SPAREMBERGER, R. F. L. Sociedade da informação: comunidades tradicionais, identidade cultural e inclusão tecnológica. 2010. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, v. 1, n. 1, p. 207-230, 2010.

COMDEPI. Companhia de desenvolvimento do Piauí. **Estudo de viabilidade para aproveitamento hidroagrícola do vale do rio Uruçuí Preto.** Teresina, 2002.

CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil.** Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2000 a 2020.

CPT. **Nota Pública: no cerrado, polícia expulsa moradores da terra onde produzem.** 08 de nov. 2019. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4988-nota-publica-no-cerrado-policia-expulsa-moradores-da-terra-onde-produzem>>.

DALLABRIDA, P; FERNANDES, S. Terras em 297 áreas indígenas estão cadastradas em nome de milhares de fazendeiros. **De olhos nos ruralistas.** [S. L.] 27 out. 2020. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2020/10/27/terras-em-297-areas-indigenas-estao-cadastradas-em-nome-de-milhares-de-fazendeiros/>>.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DINIZ, B. P. C. **O grande Cerrado do Brasil Central: Geopolítica e economia.** 2006. 231 p. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006.

ELIAS, D. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. *In:* ELIAS, D., PEQUENO, R. **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais.** Fortaleza, 2006. p. 25-83,

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 153–167, 2011.

ELIAS, D. **Globalização e Agricultura: a região de Ribeirão Preto/SP.** Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

ELOY, L.; CARVALHO, I. S. H. DE; FIGUEIREDO, I. Sistemas Agrícolas Tradicionais no Cerrado: Caracterização, Transformações e Perspectivas. *In: SANTILLI, J.; BUSTAMANTE, P.; BARBIERI, R. L. (Org.) Biodiversidade e Agroecologia*. Coleção Transição Agroecológica. Brasília: ABA /Embrapa, 2017. p. 129–164.

EMBRAPA (Brasília - DF). Ageitec - Agência Embrapa de Informação Tecnológica. **Buriti**. 2019. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/agroenergia/equipe_editorial.html>.

FAIRHEAD, J.; LEACH, M.; SCOONES, I. Green grabbing: a new appropriation of nature? **Journal of peasant studies**, v. 39, n. 2, p. 237-261, 2012. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y9pvgk6z>>.

FOLGADO, C. A. R. Agrotóxicos e Estado de Exceção: a Suspensão da Legislação de Agrotóxicos em Atenção aos Interesses do Agronegócio. *In: SOUZA FILHO, C.F. M. de, JOCA, P. M.; MILÉO, B. A. P.; ARAÚJO, E. F. de; MOREIRA, E. M.; QUINTANS, M. T. D. (Org.). Direitos Territoriais de Povos e Comunidades Tradicionais em Situação de Conflitos Socioambientais*. Brasília -DF: Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais, p. 568 – 587, 2015.

FRAGÃO, L. Grileiros usam cadastro ambiental do governo para tomar 18,6 milhões de hectares na Amazônia. **Revista Fórum**, [S.l.] 11. mai. 2021. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/brasil/grileiros-usam-cadastro-ambiental-do-governo-para-tomar-186-milhoes-de-hectares-na-amazonia/>>.

FREDERICO, S. Agronegócio e dinâmica territorial brasileira no início do século XXI. *In: IV Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales. Estudios Territoriales*. São Paulo, 8 a 12 de setembro de 2014. ISBN: 978-85-7506-232-6. p. 2134-2154.

FREDERICO, S. Economia Política do Território e as forças de dispersão e Concentração no Agronegócio Brasileiro. **GEOgraphia**, v. 17, n. 35, p. 68–94, 2015.

FREDERICO, S. Modernização da agricultura e uso do território: a dialética entre o novo e o velho, o interno e o externo, o mercado e o estado em áreas de cerrado. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, n. 34, p. 46–61, 2013.

FREDERICO, S. **O Novo do Tempo do Cerrado**: Expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. 2009. 273 f. Tese de Doutorado, Programa de Pós- Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, 2009.

FREDERICO, S. **Território, Capital Financeiro e Agricultura**: Land Grabbing e Fronteira Agrícola no Brasil. 2018. 253 f. Tese (Livre-Docência), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Departamento de Geografia. Universidade

Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP - Campus de Rio Claro - SP, 2018.

FREDERICO, S.; ALMEIDA, M. C. DE. Capital financeiro, land grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA. **Revista Nera**. Dossiê, v. 22, n. 47, p. 123–147, 2019.

FREDERICO, S.; BÜHLER, E. A. Capital financeiro e expansão da fronteira agrícola no oeste da Bahia. *In*: ALVES, V. E. L. (Org.) **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil**: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste do Tocantins. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 199–225.

GODOI, E. P. DE; MENEZES, M. A. DE; MARIN, R. A. (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. São Paulo: Editora UNESP, 2009. Disponível em: <www.mda.gov.br>.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. DA. **Geomorfologia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. **Novo Dicionário Geológico Geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HAJI, F. N. P.; LIMA, M. F.; ALENCAR, J. A. DE. **Histórico sobre mosca branca no Brasil**. Santo Domingo, República Dominicana: Programa Nacional de Manejo Integrado de Plagas, 1997. p. 5–8.

HARLEY J. B. La nueva naturaleza de los mapas. **Ensayos sobre la historia de la cartografía**. Comp. Laxton Paul. Distrito Federal, México: Fondo de Cultura Económica, 2005. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4262/426252094013.pdf>>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2010

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017**: Resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INCA. Instituto Nacional de Câncer. **Exposição no trabalho e no ambiente: Agrotóxico**, 2019. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/exposicao-no-trabalho-e-no-ambiente/agrotoxicos>. Acesso em: 07 mai. 2020.

ISA. **Tentativa de regularizar terras com CAR causa polêmica**. [S.l.] 17 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/tentativa-de-regularizar-terras-com-car-causa-polemica>>.

ISA. **Oito anos após criação, Cadastro Ambiental Rural (CAR) ainda viola direitos quilombolas.** [S.l.] 19 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/oito-anos-apos-criacao-cadastro-ambiental-rural-car-ainda-viola-direitos-quilombolas>>.

JESUS, A. D. DE; FABRINI, J. E. Barbárie e modernidade na expansão do agronegócio nos Cerrados Piauienses. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** - Seção Três Lagoas - MS, v. Ano 14, n. 25, p. 94–116, 8 maio 2017. Disponível em: <<http://seer.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/3849>>.

LIMA, I. M. DE M. F. Relevô Piauiense: uma proposta de classificação. **Carta CEPRO**, v. 12, n. 2, p. 55–84, 1987a. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/308696661>>.

LIMA, L. H. C. et al. **Identificação de Populações de Mosca Branca Bemisia spp. (hemiptera, aleyrodidae) Coletadas no Paraguai.** Brasília - DF: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. (Comunicado Técnico 72), 2002.

LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida.** Rio de Janeiro - RJ: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Gabinete do Ministro. **Instrução Normativa Nº 2**, de 3 de janeiro de 2008. Aprova as normas de trabalho da aviação agrícola, em conformidade com os padrões técnicos operacionais e de segurança para aeronaves agrícolas, pistas de pouso, equipamentos, produtos químicos, operadores aeroagrícolas e entidades de ensino. Diário Oficial da União, 4 jan. 2008.

MAPBIOMAS. **Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil** – Boletim Biomas: Cerrado ago/2018 a set/2019. 2019. Disponível em: <<http://plataforma.alerta.mapbiomas.org/boletim/bioma>>.

MARTINS, F. P.; SALGADO, A. A. R.; CARMO, F. F. A legislação brasileira e sua adequação a realidade na proteção ambiental das chapadas: reflexões iniciais. **Revista Geonorte**, v. 5, n. 23, p. 36–40, 2014.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização" em rede".** São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

MAZZETTO SILVA, C. E. Territorialidades Camponesas Do Cerrado - O Saber Gerado a Partir Do Conhecimento Local. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 7, n. 14, p. 1–35, 2012.

MIRANDA, R. de S. **Ecologia política da soja e processos de territorialização no sul do Maranhão.** 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

MONTEIRO, M. DO S. L. **Ocupação do cerrado piauiense**: estratégia empresarial e especulação fundiária. 2002. 227p. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000, 431 p.

MORAES, M. D. C. de Um povo do cerrado entre baixões e chapadas: modo de vida e crise ecológica de camponeses(as) nos cerrados do sudoeste piauiense. *In*: GODOU, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. São Paulo - SP: Editora UNESP, 2009.

MORAES, M. D. DE C. **Memórias de um sertão desencantado**: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense. 2000. 481 f. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.

MOREIRA, H. J. DA C.; BRAGANÇA, H. B. N. **Manual de Identificação de plantas infestantes**. São Paulo: FMC Agricultural Products, 2011.

MPF obtém decisão que suspende grilagem de terras em Gilbués. **Cidade Verde**, [S.I], 02 set. 2020. Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/331502/mpf-obtem-decisao-que-suspende-grilagem-de-terras-em-gilbues>>.

PEIXINHO, D. M.; SCOPEL, I. A territorialização da agricultura moderna no Piauí. **A territorialidade do capital**: geografias da soja II. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009. p. 89–113.

PIAUI. **Lei nº 4.859, de 27 de agosto de 1996**. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais de dispensa do pagamento do ICMS para empreendimentos industriais e agroindustriais, estabelecidos no Estado do Piauí, e dá outras providências. Diário Oficial Estadual, Teresina, PI, 1996.

PIRES, M. O. Programas agrícolas na ocupação do Cerrado. **Sociedade e cultura**, v. 3, n. 1–2, p. 111–131, 2000.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Dos Cerrados e de suas riquezas**: de saberes vernaculares e de conhecimento científico. Rio de Janeiro e Goiânia: FASE e CPT, 2019. Disponível em: <<http://www.povosdocerrado.org.br/?p=12>>.

QUEBRA na safra de soja do Matopiba deve ficar em 12%. **Canal Rural**, [S.I] 23 de mar. de 2016. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/projeto-soja-brasil/quebra-na-safra-de-soja-do-matopiba-deve-ficar-em-12/>>.

REYDON, B. P.; MONTEIRO, M. de S. L. A ocupação do cerrado piauiense: um processo de valorização fundiária. *In*: REYDON, B. P.; CORNÉLIO, F. N. M. (Org.). **Mercados de Terras no Brasil** - Estrutura e Dinâmica. Brasília: NEAD, 2006, p. 95-121.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. As principais Fitofisionomias do Bioma Cerrado. In: RIBEIRO, J. F.; ALMEIDA, S. P. DE; SANO, S. M. (Org.). **Cerrado: ecologia e flora**. Brasília - DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. v. 1. p. 152–212.

RIGONATO, V. D. **O modo de vida das populações tradicionais e a inter-relação com o Cerrado da microrregião da Chapada dos Veadeiros: O distrito de Vila Borba**. 2005. 117 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

RIGONATO, V. D. **Por uma geografia de/em transição: r-existência e (re)habitação dos geraizeiros no médio vale do rio Guará, São Desidério, BA**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

ROCHER, J. Lagarta exige raio X da lavoura a cada dois dias no Piauí. **Gazeta do Povo**, 27 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/expedicoes/expedicao-safra/2014-2015/diario-de-bordo/lagarta-exige-raio-x-da-lavoura-a-cada-dois-dias-no-piaui-9b1rivnvtczkmzvj3x74vrq7/>>.

RONDA, E. *et al.* Association between congenital anomalies and paternal exposure to agricultural pesticides depending on mother's employment status. **Journal of occupational and environmental medicine**, v. 47, n. 8, p. 826–828, 2005. Disponível em: <https://journals.lww.com/joem/fulltext/2005/08000/Association_Between_Congenital_Anomalies_and.8.aspx>.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAUER, S.; BORRAS Jr., S. “Land grabbing” e “Green grabbing”: Uma leitura da corrida na produção acadêmica sobre a apropriação global de terras. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 11, n. 23, p. 6-42, 2016.

SAWELJEW, Y. M. **Capital financeiro e Land Grabbing**: o uso das técnicas da informação para a captura da renda da terra. 2019. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro - SP, 2019.

SILVA, A. DE S.; SUERTEGARAY, D. M. A.; BARROS, J. R. Entre Chapadas e Malhadas: transformações da paisagem e a expansão agrícola em Gilbués - Piauí. **Geographia**, v. 21, n. 45, p. jan./abr., 2019.

SILVA, J. B. L.; FERREIRA, W. L.; ALMEIDA, K. N. S.; CORREIO, K. B. S.; *et al.* Evolução temporal do desmatamento e expansão agrícola entre 1984 a 2010 na Sub-Bacia Do Rio Uruçuí-Preto, Piauí. **Revista engenharia na agricultura - REVENG**, v. 22, n. 3, p. 254–261, 2014. Disponível em: <<https://search.proquest.com/openview/b6ae063eac3e3416ed9401f3ff40befc/1?pq-origsite=gscholar&cbl=426377>>.

SILVA, J. F. S. DA. **Câncer de próstata e exposição a agrotóxicos no Estado de Mato Grosso do Sul**. 2015. Tese (Doutorado em Saúde e Desenvolvimento), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, 192 p.

SILVA, P. da. **Regularização ambiental e apropriação verde na estação ecológica Uruçui-Una**. 2020. 150f. dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SILVEIRA, M. L. A região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, M. A. A. (Org.). **Território brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003. p.408-416.

SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, v. 6, n. 6, p. 21-28, 1999.

SIQUEIRA, S. L. DE; KRUSE, M. H. L. Agrotóxicos e saúde humana: contribuição dos profissionais do campo da saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 42, n. 3, p. 584–590, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342008000300024&script=sci_arttext&tIng=pt>.

SOUZA, G. V. A. de. **A elaboração da viabilidade territorial para o agronegócio na região do Matopiba**. 2017. 193f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia - MG, 2017.

SÜSSEKIND, F.; AZEVEDO, E. M.. A controvérsia dos jegues: tabus alimentares e espécies companheiras no Nordeste. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, v. 7, n. 2, p. 10-26, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/cadecs/article/view/28298/20292>>.

TUPIASSU, L.; GROS-DESORMAUX, J.; DA CRUZ, G. A. C. Regularização fundiária e política ambiental: incongruências do cadastro ambiental rural no estado do Pará. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 7, n. 2, p. 189, 2017

VAN DER PLOEG, J. D. O modo de produção camponês revisitado. **A diversidade da agricultura familiar**, p. 13–54, 2006.

VAN DER PLOEG, J. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**, n. Especial, p. 17–32, 2009.

VINHA, J. F. de S. C.; PEREIRA, L. I. Estrangeirização de terras e Geopolítica da questão agrária: a usina Umoe Bioenergy em Sandovalina - SP. **Campo Território**, edição especial, v. 11, n. 23, p. 257-284, 2016.

WALTER, B. M. T. **Fitofisionomias do bioma Cerrado**: síntese terminológica e relações florísticas. 2006. 373 f. Tese (Doutorado em Ecologia) Universidade de Brasília, Departamento de Ecologia. Instituto de Ciências Biológicas, Brasília, DF, 2006.